FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

ROWENA PORTO DAS NEVES

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

A QUESTÃO DA PALESTINA:
ABORDANDO O TEMA DO "FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO" NO ENSINO MÉDIO

PPGCR
Faculdade Unida de Vitória

VITÓRIA-ES

2023

ROWENA PORTO DAS NEVES

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

A QUESTÃO DA PALESTINA:
ABORDANDO O TEMA DO "FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO" NO ENSINO MÉDIO

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Dissertação de Mestrado Profissional como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Ciências das Religiões. Faculdade Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões. Área de Concentração: Religião e Sociedade. Linha de Atuação: Religião e Espaço Público.

Orientador: Graham Gerald McGeoch

VITÓRIA-ES

2023

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

Neves, Rowena Porto das
A questão da Palestina / Abordando o tema do “fundamentalismo religioso” no Ensino Médio / Rowena Porto das Neves. -- Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2023.
ix, 90 f. ; 31 cm.
Orientador: Graham Gerald McGeoch
Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2023.
Referências bibliográficas: f. 86-90
1. Ciência da religião. 2. Religião e espaço público. 3. Religião e política. 4. Palestina e Israel. 5. Sionismo político. 6. Terrorismo. 7. Fundamentalismo. - Tese. I. Rowena Porto das Neves. II. Faculdade Unida de Vitória, 2023. III. Título.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

ROWENA PORTO DAS NEVES

A QUESTÃO PALESTINA:
ABORDANDO O TEMA DO "FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO" NO ENSINO MÉDIO

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Dissertação de Mestrado Profissional como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões. Faculdade Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões. Área de Concentração: Religião e Sociedade. Linha de Atuação: Religião e Espaço Público.

Data: 25 set. 2023.

Graham Gerald McGeoch, Doutor em Teologia, UNIDA (presidente).

Sérgio Luiz Marlow, Doutor em História Social, UNIDA.

Documento assinado digitalmente
gov.br
SORAYA MISLEH DE MATOS
Data: 03/10/2023 13:48:24-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Soraya Misleh de Matos, Doutora em Estudos Judaicos e Arabes.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

"Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do milênio. Por esse motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores".

Eric Hobsbawm.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

RESUMO

Este estudo busca, a partir das narrativas de ocupação dos árabes e judeus ao longo da história na região hoje conhecida como Palestina e Israel, analisar de que forma o conflito entre essas duas nações resultou/foi resultado na formação de grupos terroristas fundamentalistas, religiosos ou não, principalmente a partir da implantação do Estado de Israel. Tal fato, ocorrido em 1948, foi o estopim para a fomentação de atitudes extremistas no embate bélico. Este estudo visa contribuir com a compreensão do conflito árabe-israelense indo além das questões políticas e geográficas, mas apontando de que forma os conflitos no Oriente Médio e seus desdobramentos podem trazer para a pauta mundial temas que se tornam recorrentes, como terrorismo, fundamentalismo, sionismo político e jihadismo, assuntos que surgem corriqueiramente em sala de aula e só podem ser compreendidos adequadamente através da contextualização histórica que abrange o estudo das narrativas religiosas. Tem como resultado a produção de uma proposta de sequência pedagógica para o ensino médio sobre o tema, com atividades e dinâmica pedagógica para se trabalhar o tema de forma interdisciplinar, objetivando que o profissional de ciências da religião possa dialogar com todas as disciplinas da área de ciências humanas ao tratar deste tema, que perpassa o aspecto religioso, político, social e geográfico a um nível global.

Palavras-chave: Religião e Política. Palestina e Israel. Sionismo Político. Terrorismo. Fundamentalismo.

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

ABSTRACT

This paper aims, from the narratives of occupation of Arabs and Jews throughout history in the region now known as Palestine and Israel, to analyze how the conflict between these two nations resulted/was a result of the formation of fundamentalist terrorist groups, religious or not, mainly since the establishment of the State of Israel. This fact, which occurred in 1948, triggered extremist attitudes in the war. This study tries to contribute to the understanding of the Arab-Israeli conflict going beyond political and geographical issues, but pointing out how conflicts in the Middle East and their aftermath can bring to the world agenda recurring themes such as terrorism, fundamentalism, political Zionism and jihadism, topics that arise routinely in the classroom and can only be properly figured out through the examination of the religiosities that build up these trajectories and the historical contextualization that encompasses the study of religious narratives. It results in the production of a pedagogical proposal for high school, with activities and pedagogical dynamics to work in an interdisciplinary way, so that the professional of religious studies can dialogue with all the subjects of humanities when dealing with the theme, which permeates the religious, political, social and geographical aspects on a global level.

Keywords: Religion and Politics. Palestine and Israel. Political Zionism. Terrorism. Fundamentalism.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

LISTA DE SIGLAS

a.C. – Antes de Cristo

AEC- Antes da era comum

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

d.C. – Depois de Cristo

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EUA – Estados Unidos da América

FDLP - Frente Democrática para a Libertação da Palestina

OLP – Organização de Libertação da Palestina

ONU – Organização das Nações Unidas

ANP – Autoridade Nacional Palestina

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS 8
INTRODUÇÃO 10
1 FUNDAMENTALISMO 13
1.1 Origem do uso do termo fundamentalismo 13
1.2 Islã e fundamentalismo 16
1.2.1 Jihad e terrorismo 20
1.2.2 Orientalismo 25
1.3 Sionismo e fundamentalismo 28
1.3.1 Sionismo político 28
1.3.2 A construção da narrativa bíblica sobre Israel 32
2. CONFLITO PALESTINA/ISRAEL 38
2.1 Terra e História 39
2.2 O Estado Moderno de Israel e o surgimento dos primeiros grupos extremistas 49
2.3 Uma resposta à questão? 64
3 TRABALHANDO O TEMA COM O ENSINO MÉDIO 69
3.1 O ensino religioso e o ensino sobre religiões no Ensino Médio 70
3.2 Proposta de sequência didática 73
CONCLUSÃO 84
REFERENCIAS 86

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

INTRODUÇÃO

A questão da Palestina é uma das maiores crises do Oriente Médio e é considerada umas das mais delicadas de se resolver, nos dias de hoje. A criação do Estado de Israel, em 1948, trouxe uma série de questões políticas, econômicas e culturais, que resultaram numa guerra ainda sem previsão de resolução. Enquanto professora de História, notei grande interesse por parte dos estudantes em conhecer as origens destes conflitos, porém, o fato dos alunos tenderem a ter uma referência bíblica da visão de Israel, associando o Estado criado em 1948 imediatamente aos judeus da Bíblia Sagrada, lhes dá uma visão unilateral da disputa que ocorre hoje, os levando a ignorar outros aspectos relevantes motivadores e decorrentes desta guerra pelo domínio territorial e os impedindo de enxergar este conflito de forma crítica e ampla.

O primeiro capítulo será uma delimitação da noção do que é o fundamentalismo religioso e se desdobrará na análise da influência desse mesmo fundamentalismo nas religiões judaica e islã, buscando associar de que forma elas influenciam ou influenciaram em determinado momento, na constituição do conflito de proporções globais que está posto hoje. Para entender o fundamentalismo no contexto do cenário do conflito israelo-palestinense nesse estudo, terei como ponto de partida estudos clássicos de Martin E. Marty, dentre outros que tratam do fundamentalismo religioso a partir de uma ótica política, o que é relevante no contexto de luta territorial e guerra entre nações, de que trata este estudo. No tópico que trata do islã e fundamentalismo, partirei da perspectiva de Eric Hobsbawm, que faz uma leitura crítica de como o imperialismo no século XX influenciou no surgimento de grupos terroristas, além de outros autores especialistas que abordam o tema, como Enzo Pace e Piero Stefani, além de Noam Chomsky e Gilbert Achcar. O tópico finaliza com as observações de Edward Said sobre o *orientalismo*. Tal conceito é essencial para se refletir de forma crítica o desenrolar das decisões sobre a partilha do território palestino, ao longo dos anos, e do apoio ocidental que Israel recebe, em detrimento à causa árabe. Para o tópico que aborda o sionismo político, utilizarei trechos das obras do próprio líder sionista Theodor Herzl, com alguns apontamentos críticos de Mario Liverani e Shlomo Sand, que enxerga a fundação do Estado de Israel e da própria narrativa da identidade e religião judaica como uma construção sionista nacionalista da história deste povo.

No segundo capítulo, que trata do conflito entre Israel e Palestina, inicialmente irei relatar brevemente o vínculo e história do povo judeu e árabe com a região, o que é um aspecto importante, visto que ambos defendem sua legitimidade à permanência. Para a pesquisa da construção histórica dos judeus, o ponto de partida serão os estudos de Albright e Bright sobre

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

o tema, que defendem a narrativa bíblica da ocupação e, portanto, direito histórico ao território. De forma a fazer um contraponto com essa perspectiva, utilizarei os estudos mais recentes de Finkelstein e Silberman, que analisam a ocupação do território da Palestina de uma ótica fatual e antropológica, o que nos convida a refletir sobre a abordagem tradicional da narrativa e a científica e em seguida, discorrerei sobre a ocupação árabe no território da Palestina. Nessa segunda parte também abordarei o processo histórico da fundação do Estado moderno de Israel e como essa fundação sufocou a formação do Estado da Palestina e de que forma isso refletiu na relação árabes x israelenses, culminando no surgimento de grupos formação de organizações da resistência islâmicas, religiosas ou não, e o agravamento dos conflitos. Neste ponto, no que tange o aspecto do conflito e seus desdobramentos em Palestina/Israel, nos guiaremos pelos estudos de Judith Butler, que embasada em suas teorias em pensadores clássicos do tema como Edward Said, Hannah Arendt e Walter Benjamin, nos apresenta possíveis caminhos para a resolução desse conflito.

O terceiro capítulo se voltará ao aspecto profissional deste trabalho, focando na aplicabilidade do tema discutido à sala de aula. Hoje, quando se aborda o assunto com os estudantes, não encontramos nos materiais didáticos um conteúdo que abranja toda a questão histórica de uma forma crítica e tampouco que aborde os aspectos religiosos que permeiam o conflito, fato que aguça a curiosidade dos estudantes, quando se trata deste tema. Com base nos trabalhos de Dolz, Noverraz e Schneuwly, buscarei apresentar uma proposta de sequência pedagógica interdisciplinar, que faça um diálogo entre as disciplinas de ciências humanas no curso do ensino médio, de forma que o tema possa ser apresentado aos alunos em consonância com o currículo do Novo Ensino Médio. A sequência didática é uma ferramenta que se desenvolve por meio de um projeto de comunicação bem definido, motivando os alunos para seu objetivo principal. Por meio do gênero textual escolhido, o professor fará uma espécie de sistematização do conhecimento propondo atividades diversificadas, estimulantes e com possibilidades de progressão e culminância, pois sabemos que diferentes atividades mobilizam diferentes saberes e estimulam o aprendizado.

A pesquisa é totalmente bibliográfica, analisando o processo histórico da ocupação do território, salientando os aspectos religiosos fomentadores do conflito. É possível retomar narrativas de cerca de 4 mil anos atrás durante a análise da delimitação histórica, relacionando a ocupação dos povos judeus e árabes no local e sua construção histórica, social e cultural, até o ápice dos atuais conflitos.

O problema principal a ser esclarecido é como trabalhar, em sala de aula, o entendimento na linha do tempo histórico que desembocou no conflito da Palestina, analisando durante esse

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

processo o aspecto religioso que pode ser percebido na forma de fundamentalismo através do sionismo, da parte de Israel e da criação de grupos de ataque extremistas religiosos, por parte dos árabes, que acabaram surgindo em decorrência dos atritos contínuos ao longo dos anos, após a criação do Estado de Israel.

A relevância deste tema ao profissional de Ciências da Religião está em discutir uma problemática atual, de impacto mundial, que perpassa por várias esferas, conectando a religião à temas sociais, culturais, geográficos, econômicos, históricos e políticos. O tema coloca em evidência a influência da religião em conflitos bélicos de ampla escala e impacto mundial. O desenvolvimento do tema será de grande relevância para a aprendizagem discente e para a atuação do profissional de ciências das religiões, já que o tema se dispõe nos livros didáticos de forma fragmentada, sendo necessária muitas vezes a consulta a duas obras diferentes, para a junção e construção de uma linha de pensamento coesa sobre os fatos.

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

1 FUNDAMENTALISMO

Este capítulo inicial destina-se a conceituar a noção do que é o Fundamentalismo, antes de aprofundar em seus diversos tipos, seja o religioso, seja o político. Tomarei como base conceitual os estudos clássicos de Martin E. Marty, que nos apresenta o fundamentalismo de uma forma clara, nos permitindo ampliar nossa visão de conceito e aplicações em nosso mundo.

Dando sequência, relacionarei o tema "fundamentalismo" ao islã e também ao sionismo, buscando fazer alguns apontamentos de que forma esses tipos de fundamentalismos se manifestaram ou se manifestam no conflito hoje conhecido como "A questão da Palestina".

1.1 Origem do uso do termo fundamentalismo

O termo "fundamentalismo" tem suas origens bem demarcadas na história. Ele nasceu na passagem do século XIX para o século XX nos EUA, com a vinda dos *Pilgrims* para o solo norte-americano. Seu lançamento formal se deu entre 1890 e 1915 com a publicação do documento teológico intitulado *Fundamentals: a testimony of the truth* (Os Fundamentos: Um testemunho da verdade). O documento consistia em 12 fascículos teológicos e apontava os principais pilares da fé cristã que deveriam ser protegidos contra a ameaça liberal.[1] Conforme Boff pontua, os fundamentalistas se opunham à visão liberalista e eram contra o rumo que o cristianismo estava tomando no Ocidente:

> Os *Fundamentals* apresentavam a proposta de um cristianismo extremamente rigoroso, ortodoxo e dogmático, que servia como orientação aos fieis diante da avalanche de secularização e modernização que invadia toda a sociedade norte-americana. (...) Para os fundamentalistas, tais movimentos punham em risco a segurança e a tranquilidade de espírito que a fé cristã sempre oferecera. Importava condená-los.[2]

Ao analisar alguns aspectos do fundamentalismo americano, poderemos reconhecê-los em outros fundamentalismos também, em particular o sionismo e islamismo, os quais serão tratados mais adiante. Martin E. Marty nos apresenta o cenário de partidas da análise desses aspectos de uma forma clara:

> O caráter teológico fundamental dos modernos fundamentalismos religiosos – sem esquecer que também há outros - é o oposicionismo. Em todo e qualquer contexto, o fundamentalismo começa a tomar forma quando os membros de movimentos já conservadores ou tradicionais se sentem ameaçados. Alguma coisa ou alguém, seja a

[1] BOFF, Leonardo. *Fundamentalismo, terrorismo, religião e paz*. 1 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009, p. 9.
[2] BOFF, 2009, p. 10.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

> modernidade ou o modernismo, a secularização ou o Ocidente, o infiel ou o Grande Satã, ataca a sua cultura, seu grupo, a eles mesmos. O adversário de fora ou o transigente ou traidor de dentro é percebido por eles como um adversário. E eles passam a contra-atacar.[3]

Para Marty, todo fundamentalismo é anti-hermêutico, tendo os seguidores certeza do seguimento literal da revelação divina, a despeito da interpretação: "um texto, por mais difícil e misterioso que seja, por ser uma revelação de Deus, é acessível e admite um só sentido"[4]. A essência do fundamentalismo estadunidense era lutar pelos fundamentos da fé cristã, tendo por ponto chave o conceito de "inerrância absoluta do texto bíblico", que parte do pressuposto de que nada escrito de forma literal na Bíblia Sagrada está errado ou pode dialogar com outras áreas do conhecimento.

Para Armstrong, fundamentalistas religiosos se contrapõem a modernidade, até mesmo a seus valores mais positivos para a sociedade[5]. Rejeitam a modernidade por ser vista como contraditória ao plano espiritual e às escrituras, fazendo com que a ciência se torne uma ameaça aos seus seguimentos. A modernidade trás o contato com o outro, o que os fundamentalistas enxergam como uma ameaça, pois conforme Marty:

> Isso significaria o endosso de um pluralismo dentro da igreja que representaria para os fundamentalistas o fim da seriedade teológica. Significaria também um relativismo capaz de corroer as verdadeiras razões que se teria para ser um cristão e um membro de uma denominação particular. Por isso partiram para o contra-ataque e prepararam uma teologia de oposição.[6]

Os fundamentalistas confiam fielmente que ao serem adversos ao desenvolvimento estão mantendo seus valores seguros, e deste modo não aceitam e muito menos acompanham os avanços da sociedade atual, incluindo muitos valores morais que evoluem e se adaptam com decorrer os anos, tornando-os desta forma arcaicos ao desenvolvimento da sociedade, à medida que seu extremismo e fanatismo os faz seguir e manter completa devoção ao plano espiritual. A princípio, o objetivo dos fundamentalistas era de ser um movimento combativo de defesa da bíblia, mas aos poucos foi tomando ares de movimento político, tornando-se mais engajado. Seu marco foi em 1925, quando um professor de biologia norte-americano foi processado por um pastor fundamentalista por ensinar a teoria evolucionista de Charles Darwin. Este processo

---

[3] MARTY, Martin E. *O que é fundamentalismo?* - Perspectivas teológicas. *Revista Concilium*, Ecumenismo, 1992, p. 13.
[4] MARTY, 1992, p. 16.
[5] ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus:* o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. (H. Feist, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 09.
[6] MARTY, 1992, p. 20.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

ficou conhecido como “Scopes Trial” e foi a partir deste ponto que o fundamentalismo norte-americano passou a acrescentar às suas pautas o combate ao darwinismo:

> A teoria da evolução na ciência - aos olhos dos fundamentalistas – trouxe explicações repugnantes, antiescriturísticas, e por conseguinte patentemente falsas sobre as origens do universo, inclusive sobre a condição humana. Quando teólogos mais abertos à ciência começaram a adotar a evolução como uma explicação histórica e, portanto, como muito mais que mera hipótese biológica e natural, os fundamentalistas reagiram e partiram para o contra-ataque.[7]

Mais tarde, nas décadas de 1960 e 1970, os fundamentalistas passaram a combater as agendas de direitos civis, como amor livre, feminismo, direitos dos homossexuais e legalização do aborto, ganhando também apoio de outros segmentos conservadores, como os mórmons e os judeus ortodoxos. Hoje em dia, conhecidos como neo-fundamentalistas, esses segmentos conservadores mantêm pautas políticas organizadas, indo além do objetivo inicial proposto, de defesa do texto bíblico.

Os fundamentalistas acreditam com certeza serem portadores da verdade absoluta e terem ciência sobre o futuro (geralmente apocalíptico), o que é negado a todos os outros. Sendo assim, se sentem impelidos a propagar suas ideias e converterem outros à sua causa.[8] O fundamentalismo, passou a ser uma forma de se experienciar a religiosidade associada ao devoto tão absolutamente comprometido com a verdade de seu credo, que pode se tornar violento e perigoso. São grupos organizados e engajados politicamente que interferem nas pautas públicas, buscando impor ao Estado a sua visão exclusivista de mundo. São grupos que muitas vezes têm como objetivo negar aos que não fazem parte de sua crença direitos fundamentais, como liberdade religiosa, de discurso e de imprensa. Isso quando não o fazem de forma ilegal e violenta. O fundamentalismo hoje é um problema global, independente da religião do qual se deriva e nos faz perceber a importância da defesa das instituições de direitos civis e dos que são alvos de seus ataques. É importante salientar que o fundamentalismo não se relaciona exclusivamente com uma única religião, mas em várias religiões há correntes fundamentalistas.

A seguir, focarei em analisar as implicações de dois fundamentalismos em específico, que permeiam o conflito da Palestina: O islamismo e o sionismo, buscando explicitar se, e de que forma ambos influenciam no conflito atual e ao fazer isso, voltar o nosso olhar ao passado, procurando nas narrativas culturais de ambos os povos as possíveis

[7] MARTY, 1992, p. 21.
[8] MARTY, 1992, p. 23.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

justificavas religiosas para a manutenção dos embates, que se arrastam sem uma perspectiva de término a curto prazo, deixando um número que já atinge milhares de mortos, em seu percurso.

1.2 Islã e fundamentalismo

No ano de 620 D.C Muhammad (*Maomé*, em português), na época comerciante acabou casando-se com uma viúva. Na tradição islâmica, Muhammad recebe a visita do Arcanjo Gabriel que lhe diz que existe somente um deus (*Allah*) e que Muhammad seria o profeta responsável por espalhar a sua palavra.

Como a pregação de Muhammad passou a incomodar alguns comerciantes da região de Meca que tentaram emboscá-lo, ele foi obrigado a fugir de sua cidade, indo então para Medina. Lá, Muhammad organiza um exército e com posse de tal poder bélico, conquista a cidade de Meca, passando assim a organizar e dissipar a religião islã, e paralelamente, o império árabe, como Lannes salienta:

> Durante seis séculos (VII-XIII) os árabes estabeleceram um Império que, em seu auge, se estendeu do continente asiático à Europa, passando pelo norte da África, unindo diversos povos e religiões, os quais eram governados por uma estrutura política que seguia os preceitos do Corão, o livro sagrado dos islâmicos. Durante esse tempo, eles desenvolveram uma complexa infraestrutura administrativa e controlaram as principais rotas comerciais, dominando o comércio no Mar Mediterrâneo.[9]

Após a morte de Muhammad, houve a dúvida de quem deveria substituí-lo. Dois grupos então se formaram dentro do islã:

> Os xiitas defendiam que o sucessor fosse da família de Maomé, porém como o profeta não havia tido filhos homens, o pretendido pelo grupo seria seu genro Ali ibn Abi Talib, casado com sua filha Fátima. Os sunitas, grupo majoritário, ao qual pertencem cerca de 90% total dos muçulmanos, por sua vez, acreditavam que como o profeta não possuía herdeiro legítimo, qualquer fiel poderia se candidatar à sucessão, desde que a comunidade aceitasse o candidato por consenso. Devido à necessidade de escolher um sucessor o quanto antes e sob a justificativa de que Ali seria jovem e inexperiente demais para o cargo, Abu Bakr, grande amigo do profeta, se tornou califa, apesar das queixas dos xiitas. Antes de morrer, Abu indicou seu sucessor que, por sua vez, criou um conselho para decisão do próximo califa. O indicado por esse conselho foi Uthman ibn Affan, o que acabou por acirrar os conflitos, já que era membro de uma família rica e considerado possuidor de privilégios que Maomé havia combatido. A crise teve como consequência o assassinato de Uthman por rebeldes e a abertura para que Ali se tornasse califa, conforme a vontade dos xiitas. Naquele contexto, a divisão entre as vertentes já estava muito profunda e, 33 cinco anos mais tarde, Ali também foi assassinado por um opositor. O próximo califa foi novamente o de preferência dos

[9] LANNES, S. B. *A Formação do Império Árabe–Islâmico:* História e Interpretações. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2013, p. 17.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

> sunitas e desde então inúmeros conflitos foram travados e sub-vertentes surgiram dentro da complexidade que é a comunidade islâmica.[10]

O fundamentalismo islâmico se caracteriza por uma forma mais extremista de se pensar a religião islâmicas e suas escrituras. A sua organização mais sistemática remonta a meados da queda do Império otomano, com o surgimento da irmandade muçulmana. As suas características principais são a total reverência à sharia. Em alguns países islâmicos, ela serve até como base de leis civis; A criação de um grande califado: uma unidade islâmica em forma de Estado; o rompimento com a cultura ocidental; nacionalização das jazidas de petróleo; oficialização dos grupos considerados terroristas.

Como já visto anteriormente e Oz ressalta, em todas as religiões é passível o surgimento do fundamentalismo:

> Muitos esquecem que o Islã radical não detém nenhum monopólio sobre o fanatismo violento. [...] O fanatismo é mais antigo que o Islã. Mais antigo do que o cristianismo e o judaísmo. Mais antigo do que toda a ideologia que existe no mundo. [...] Genocídio e jihad e cruzadas, Inquisição e gulags e campos de extermínio e câmaras de gás, porões de tortura a atentados terroristas indiscriminados, nada disso é novidade, e quase todos esses tipos de manifestações antecederam em muitos séculos a ascensão do Islã radical.[11]

As raízes do processo do fundamentalismo islâmico estão no Egito e na Arábia Saudita. A monarquia saudita surgiu entre os séculos 18 e 19, consolidando-se no início do século 20, integrando militares e políticos da família de Saud[12] e a seita ortodoxa extremista islâmica e conservadora *wahhab*[13], "cujo apelo ia no sentido da rejeição das práticas islâmicas inovadoras, a fim de se aplicar somente doutrinas originais do Islão"[14]. Tal fator ditou o tom ideológico da monarquia saudita, tornando-se uma das sementes históricas do terror jihadista, que prega uma guerra santa em prol do domínio do islã. Formou-se assim, na Arábia saudita, uma teocracia islâmica sunita.

Já o Egito teve um processo diferente. Na década de 1950 houve um golpe militar no país, colocando no poder militares nacionalistas, em conjunto com Nasser, que iniciou um governo modernizador no Egito e instituiu um governo laico. Apesar do governo ter um caráter

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

---

[10] LAURIA, Bianca Vince; SILVA, Henrique Roder; RIBEIRO, Poliana Garcia. *O Estado Islâmico*. Série Conflitos Internacionais, v. 2, nº 2, Marília, abr. 2015, p. 01.
[11] OZ, Amós. *Mais de uma luz*: fanatismo, fé e convivência no século XXI. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 13-14.
[12] A Casa de Saud está no poder desde a criação do país em 1932, representando a atual casa real da Arábia Saudita e tem influência no país inclusive desde antes de sua criação como Estado.
[13] Grupo religioso islâmico extremamente conservador e fundamentalista. Fundado por Muhammad bin Abd al-Wahhab, se tornou a religião oficial da Arábia Saudita.
[14] COSTA, H. S. *O Revivalismo Islâmico*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas –Centro de Estudos Islâmicos da Universidade Técnica de Lisboa, 2001, p. 19.

autoritário, não pregava mais uma identidade religiosa, mas uma identidade árabe, ou melhor, pan-arabe. Defendia a ideia da união de todos os povos árabes em torno de uma grande nação árabe. Desta forma, temos o republicanismo revolucionário e autoritário de Nasser de um lado e de outro, as monarquias conservadoras da Arábia Saudita.

Dentro do Egito, porém, havia um partido islamista, a Irmandade Muçulmana. Dentro deste partido havia um intelectual tão influente, que até hoje as suas obras são referência para os fundamentalistas islâmicos: Sayyd Qutb. Sayyd era egípcio e teve formação em escolas e universidades ocidentais, incluindo os EUA. Ao retornar para o Egito, percebeu que o governo nasserista reprimia todo tipo de movimento ideológico dentro do país, não importando a sua origem.

Uma de suas obras de destaque é "Maalim fil Tarik" (Sinalizações na estrada, em português). Esta obra, que é até hoje referência para o fundamentalismo islâmico, afirma que o ocidente se esgotou intelectualmente em todas as suas possibilidades e representava uma decadência moral. A solução para os árabes, então, não seria um sistema de governo ocidental, como o nacionalismo, mas um retorno às suas origens e fundamentos islâmicos. Para Sayyd:

> todo sistema no qual as decisões finais estão referidas aos seres humanos e nos quais as fontes da autoridade são humanas, deificam os seres humanos por designarem outros que não Alá como soberanos sobre os homens. Essa declaração quer dizer que a autoridade usurpada de Alá deve ser reconduzida a Ele e que os usurpadores devem ser expulsos - aqueles que por si próprios elaboram leis para outros seguirem, assim elevando-se ao estatuto de senhores e reduzindo os outros ao estatuto de escravos. Em suma, proclamar a autoridade e a soberania de Alá significa eliminar todo o domínio humano e anunciar a lei Daquele Que Sustenta o universo sobre o mundo inteiro.[15]

Para Murr, "mais radicais e subversivas do que as ideologias de seus predecessores, a ideologia de Qutb se tornaria a base dos grupos islamitas em todo o mundo".[16] Por suas ideias, Sayyd foi perseguido pelo governo de Nasser e condenado à morte em 1966. Seus seguidores, também perseguidos, acharam refúgio dentro da teocracia islâmica da Arábia Saudita, tendo contato assim com o ultraconservador wahabismo. Nasce, desta forma, as raízes do fundamentalismo islâmico global que conhecemos hoje, que dará origem à Al-Qaeda, na década de 1980 e ao Estado Islâmico[17], no século 21, tendo dentre as suas personalidades de maior

[15] QUTB, Sayyid. *Milestones* (Special Edition). Birmingham - United Kingdom.: Maktabah Booksellers and Publishers, 2006, p. 67.
[16] MURR, V. *The Power of Ideas*: Sayyid Qutb and Islamism. Rockford College Summer Research Project 2004, p. 9.
[17] O Estado islâmico surgiu em 2004, no Iraque, como uma dissidência da Al-Qaeda, e é uma vertente sunita do islamismo que consideram os xiitas infiéis, por não seguirem os textos deixados por Muhammad. Ele chegou a dominar uma área entre o Iraque e Síria e fundar um Califado, onde a sharia é aplicada como legislação.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

destaque da organização, Osama Bin Laden. Segundo Pace e Stefani, esses fundamentalistas religiosos islâmicos tem uma linha de pensamento, que em síntese busca:

> Voltar a fundar religiosamente a sociedade em vias de secularização e, se esta operação encontrar a oposição das elites no poder, organizar a revolta contra o poder e instaurar um modelo de estado coerente com o modelo ideal presente no alcorão e na tradição.[18]

A principal vitória do fundamentalismo islâmico aconteceu em 1979, com a captura da Revolução Iraniana, quando sobe ao poder Aiatolah Khomeyni, de orientação xiita, diferentemente da sunita, proposta por Qutb. Com a ajuda do Hezbollah[19] (partido de Deus), Khomeyni, funda a República Islâmica do Irã, que seria uma terceira via alternativa ao socialismo e ao capitalismo, utilizando-se de um sistema teocrático de governo, aonde as regras constitucionais tinham como base as escrituras sagradas do islã. Khomeyni consolida-se então como figura de desforra contra o Ocidente – O Grande Satanás – e sinal do renascimento islâmico contra o domínio do Ocidente.[20] Este fato reforçou a expansão do fundamentalismo islâmico e dos Estados Islâmicos.

Apesar do termo ter surgido no início do século 20 nos EUA, o fundamentalismo religioso passou a ser associado ao islã quando, a partir da década de 1970 o Irã, que até então era um país de monarquia autocrática pró Ocidente, se transforma numa República Islâmica Teocrática. Tal fato se deu no início de 1979 e denominou-se Revolução Islâmica. Esse novo Estado passou a se basear nas leis dos escritos do Alcorão, passando a serem proibidos vários costumes ocidentais, como saias e maquiagem, além de instituir o uso da burca para as mulheres e o uso de castigos físicos para quem desrespeitasse a *sharia*[21]. No país, começaram as perseguições a membros de outras igrejas, prostitutas, homossexuais e seguidores de ideologias laicas, como o liberalismo e o marxismo. Neste momento, o termo "fundamentalismo", que já era associado a comportamentos de grupos fanáticos religiosos radicais, passou a se reconhecer no islã também.

No dia 11 de setembro de 2001, o tema "fundamentalismo" ganhou destaque e atenção global, devido ao impacto que esse atentado causou na história. Neste dia, aviões foram lançados contra as torres gêmeas do Word Trade Center e do Pentágono. Tal ato de violência

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

[18] PACE, Enzo; STEFANI, Piero. *Fundamentalismo religioso contemporâneo*. São Paulo: Paulus, 2002, p. 67.
[19] Surgiu em 1982 durante a invasão iraquiana ao Líbano, como uma milícia. É um grupo fundamentalista que atua tanto militarmente quanto politicamente. Possuem cadeiras no parlamento libanês, meios de comunicação e programas sociais dentro do país.
[20] PACE; STEFANI, 2002, p. 66-78
[21] Sharia significa "legislação". É o nome dado ao Direito Islâmico e tem uma série de proibições. Como define Fares (1988, p. 12): "O Alcorão é a suprema Lei do Islamismo"

assustador foi assumido pelo grupo radical islâmico, o Al-Qaeda. O choque e paralisia que tal atentado causou no mundo, abriu debates para o tema e junto com ele, uma nova expressão se consolidava: Terrorismo, que é a guerra lançando mão do terror em seus ataques. De um lado, o pensamento dito secular, com valores de ordem e dogmas democráticos e do outro lado, os ditos fanáticos religiosos que antagonizam com o pensamento secular e são contra seus valores: os islâmicos, árabes, extremistas.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

1.2.1 Jihad e terrorismo

Jihad é uma palavra árabe que se traduz como "esforço", "luta", "determinação", etc. Jihad no Islão pode ter significados diferentes, dependendo do contexto em que é usado. Em sentido amplo, Jihad refere-se ao esforço que os muçulmanos devem fazer para buscar melhorar a si mesmos e à sociedade em que vivem. Isso pode incluir esforço pessoal para se tornar uma pessoa melhor, bem como atos para ajudar os outros e promover a justiça social. Em um sentido mais restrito, jihad pode ser entendida como uma luta física para proteger o Islão e os muçulmanos. Nesse contexto, jihad pode ser vista como uma "guerra santa" contra aqueles que ameaçam a segurança dos muçulmanos ou a integridade da religião muçulmana.

É importante notar que jihad não é sinônimo de violência ou terrorismo, embora em alguns casos essas práticas tenham sido associadas a esses vocábulos. Na verdade, a maioria dos muçulmanos acredita que jihad deve ser realizada pacificamente e dentro dos limites da lei e da ética islâmicos. Para muitos muçulmanos, a Palestina é vista como uma questão de justiça e liberdade, e jihad é vista como uma forma legítima de combater a ocupação israelense da região.

Além disso, é importante lembrar que a questão palestina não é apenas uma questão religiosa ou jihadista. Também cobre questões políticas, econômicas e sociais, bem como direitos humanos e autodeterminação palestiniana. A resolução do conflito na região deve passar por um diálogo construtivo entre todas as partes envolvidas, respeitando os direitos e as aspirações de todos os povos da região.

Partindo da definição de Chomsky e Achcar, podemos descrever o terrorismo como "a violência ou ameaça de violência calculada para atingir os objetivos que são políticos, religiosos ou de natureza ideológica ... por meio de intimidação, coerção, ou incursão do medo"[22]. O terrorismo parece ser uma pauta recente, mas podemos ver alguns exemplos do uso do terror ao

[22] CHOMSKY, Noam; ACHCAR, Gilbert. *Perilous Power:* The Middle West and US foreign policy. Londres: Penguin, 2007, p.1.

longo da história: em 1793, pelos jacobinos, na Revolução Francesa; em 1881, quando o czar Alexander II foi assassinado por um grupo terrorista chamado “Vontade do Povo”; e em 1914 Francisco Ferdinando foi assassinado por um integrante de um grupo terrorista chamado “Mão Negra”. Também é famosa a atuação de grupos terroristas atuais, como IRA (*Irish Republican Army,* em português, “Exército Republicano Irlandês”), na Irlanda e o ETA (acrônimo para *Euskadi Ta Askatasuna,* em português "Pátria Basca e Liberdade" ou "País Basco e Liberdade") no país de Basco. Para sintetizar o tema, focando principalmente o seu conceito de forma sobreposta à sua ampla definição, Chomsky e Achcar apontam que se deve considerar como terrorista todo ato contra civis inocentes desarmados por motivos religiosos, ideológicos ou políticos, na intenção de imposição a um governo ou coletividade.[23]

O terrorismo e o islã começam a ser relacionados a partir do 11 de setembro de 2001, aonde dois aviões se chocaram contra o World Trade Center em Nova York, outro avião atingiu o Pentágono, em Washington DC e um outro foi abatido antes de atingir a Casa Branca, resultando a morte de mais de 3.000 pessoas colocou em foco o tema terrorismo e a Al-Qaeda, responsável pelos ataques, assumido por seu representante, Osama Bin Laden. Há uma mudança radical no que se conhecia na dinâmica do terrorismo até então, que deixa de ser um local e passa a ser espalhado pelo globo, inaugurando o terrorismo internacional. Nos anos seguintes, houve ataques no metrô de Madrid (2004), ao metrô de Londres (2005), e à revista francesa Charlie Ebdo (2015). E é nessa dinâmica que o fundamentalismo islâmico se encaixa. O fundamentalismo religioso não é uma exclusividade do mundo árabe. Todas as religiões podem ter uma ala mais extremista. O que eles têm em comum é o uso das escrituras sagradas como regra de conduta política, social, familiar e moral.

A reação aos ataques de 11 de setembro foi praticamente imediata pelo presidente da época, George W. Bush, que a nomeou de “Guerra ao Terror”. Consistiu no combate internacional ao terrorismo, pelos EUA e seus aliados. Além do terrorismo, também combatiam governos apoiadores de grupos fundamentalistas e o desenvolvimento de armas de destruição em massa. Aos países que se opuseram às ações dos EUA, foi dado o nome de “Eixo do Mal” e é composto por nações como Coreia do Norte, Cuba, Irã, Iraque, Líbia e Síria.

> As pessoas que planejaram os ataques suicidas de Nova Iorque e Washington certamente estavam convencidas de que faziam isto em nome da luta do bem contra o mal. [...] Seus argumentos não precisam ter sido religiosos. Os argumentos do presidente Bush ao jurar vingança foram semelhantes: “Vamos eliminar o mal deste mundo”. Bush não fez suas colocações forçosamente a partir de convicções religiosas. Nossos fundamentais não são necessariamente religiosos. Não são apenas fanáticos

[23] CHOMSKY, Noam; ACHCAR, Gilbert, 2007, p.05.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

> religiosos que precisam de argumentos para justificar seus atos, que a maioria chama de loucura. Muitas vezes (na maioria das vezes?), quando procuramos argumentos para definir nossos fundamentos, procuramos por inimigos. Os proprietários e os acionistas da indústria de armamentos precisam de argumentos para dizer que são fundamentais. Então o bom passa a ser mau, e o mau passa a ser bom.[24]

Hobsbawm caracteriza o século XX "o mais mortífero da história documentada"[25]. A respeito do terrorismo, o autor aponta o perigo da noção ideológica de que se a causa que um determinado grupo considera justa, e a causa do adversário não é, é oposta, automaticamente é considerada “terrível” ou “desprezível” e nesse contexto, vale tudo para se atingir os objetivos de uma causa maior. Ideologicamente, vale a vida de quem luta por aquela causa, ou até mesmo a vida de inocentes que nada tem a ver com ela. Ele tipo de concepção aumenta tanto a violência perpetrada por Estados, ou por grupos contra esses Estados.

A partir do século XX, principalmente partir década de 1970 quando houve um grande aumento nos preços do petróleo, que permitiu a muitos países muçulmanos desenvolverem suas economias, houve também um contato maior com cultura ocidental, o que muitos muçulmanos enxergavam como uma ameaça à sua identidade e valores tradicionais. Desde então, grupos fundamentalistas islâmicos como a Irmandade Muçulmana, o Hezbollah e o Talibã crescem em popularidade e influência em muitos países islâmicos, promovendo uma fundamentalista da religião e muitas vezes usando a violência para atingir seus objetivos. Um dos principais argumentos das organizações terroristas islâmicas é que o ocidente ataca a cultura islâmica, por meio da imposição cultural. Como os EUA, que são grandes representantes simbólicos dessa cultura ocidental modernizadora e invasora apoiam a causa de Israel em relação ao conflito na região da Palestina, buscando dessa forma garantir influência ocidental na região através de Israel, há reverberações deste apoio ocidental à ocupação da Palestina:

> O fundamentalismo islâmico é uma reação contra o compromisso estabelecido com a sociedade secular moderna, bem como uma expressão do desejo de manter ou redescobrir os valores essenciais da fé. Desde o primeiro cisma, aquando da sucessão de Maomé, até à submissão do Dar al-Islam (mundo islâmico) ao Ocidente materialista no século XX, os muçulmanos têm sido sujeitos à divisão, ao descrédito, ao imperialismo, ao colonialismo, à tirania, à corrupção e, mais recentemente, à reocupação, tanto econômica como militar. O fundamentalismo islâmico parece querer afastar esta história desfigurada e restabelecer a submissão à palavra de Deus, seguindo os princípios mais puros ocultos no Alcorão.[26]

Os EUA adotaram e reproduzem a premissa de que a democracia é automaticamente superior a outros tipos de regimes e tentar exportar essa ideia de "globalização democrática"

[24] DREHER, Martin Noerberto. Fundamentalismo. São Leopoldo: Sinodal, 2006, p. 06-07.
[25] HOBSBAWM, Eric. Globalização, democracia e terrorismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 21.
[26] GRIEV, Paul. A brief to Islam. New York: Carroll & Graf Publishers, 2006, p. 307

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

para outros países, impondo uma reorganização do mundo sob sua própria ótica, "protagonizado pelos países poderosos"[27]. A ideia imperialista é que podem exportar ideias de democracia para esses países, como uma tecnologia a ser assimilada. Esse tipo de intervenção do Ocidente, cada vez mais presente no Oriente Médio, provoca um sentimento de ressentimento e desconfiança em relação ao Ocidente e sua modernização. E como já foi visto, uma das sementes do fundamentalismo é a oposição e resistência à aspectos modernizadores. Hobsbawm reforça:

> Estamos atualmente engajados no que pretende ser um reordenamento planejado do mundo, protagonizado pelos países poderosos. As guerras do Iraque e Afeganistão são apenas uma parte de um esforço supostamente universal de criação de uma nova ordem mundial por meio da "disseminação da democracia". Essa ideia não é apenas quixotesca: é perigosa. A retórica que envolve essa cruzada implica que tal sistema é aplicável de forma padronizada (ocidental), que pode ter êxito em todos os lugares, que pode remediar os problemas transnacionais do presente e que pode trazer a paz, em vez de semear a desordem. Não é verdade. [28]

Hobsbawn é um crítico ferrenho do imperialismo e em suas obras, critica o que ele chama de "imperialismo dos direitos humanos", que seriam as incursões imperialistas com a justificativa da garantia de direitos humanos. Ou seja, usar uma retórica moral, para "justificar" incursões a outros países:

> Na ausência de uma governança internacional efetiva, alguns interesses humanitários continuam dispostos a apoiar uma ordem mundial imposta pelo poder dos Estados Unidos. Contudo, é sempre bom suspeitar quando as potências militares afirmam estar fazendo favores às suas vítimas e ao mundo ao ocupar e derrotar países mais fracos.[29]

O autor nos lembra, que apesar dessas justificativas de direitos humanos, esses países imperialistas não têm nenhum pudor em passar por cima dos direitos humanos para atingir os seus objetivos, e os exemplos durante toda a história são abundantes. Podemos perceber esse aspecto de forma gritante na ocupação de Israel no território da Palestina, e do controle de acesso ao próprio país que faz aos palestinos, sob a justificativa de ordem e segurança nacional. Essas incursões humanitárias geralmente se baseiam em 3 premissas:

a) O surgimento de situações intoleráveis, como massacres, genocídios, ataques de grupos violentos, ditaduras, etc.;

b) Ausência de alternativas para tratar essas situações intoleráveis;

c) Presunção de que os benefícios superam os danos.

Geralmente, a premissa de situação intolerável é subordinada ao julgamento da nação que irá fazer a incursão supostamente humanitária. E é essa nação que defenderá a retórica de

[27] HOBSBAWM, 2007, p. 116.
[28] HOBSBAWM, 2007, p. 116.
[29] HOBSBAWM, 2007, p. 117.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

situação insustentável. Outra crítica do autor é que esses países imperialistas partem da premissa de impossibilidade de mudança interna, como se os próprios países não pudessem resolver suas próprias questões e necessitassem de intervenção. Hobsbawm segue afirmando que

> Essa ideia está sendo perigosamente subestimada. Embora a ação das grandes potências possa ter consequências moral ou politicamente desejáveis, uma identificação com ela é perigosa porque a lógica e os métodos da ação do Estado não são iguais aos dos direitos universais. Todos os países existentes põem seus próprios interesses em primeiro lugar. Se eles têm o poder necessário e se o objetivo é considerado suficientemente importante, os países encontram maneiras de justificá-lo e meios para alcançá-lo (embora raramente em público) - em particular quando creem que Deus está do seu lado. Tanto os impérios bons quanto os maus produziram os aspectos bárbaros da nossa época, aos quais agora se soma a "guerra ao terrorismo".[30]

Pode-se dizer que Israel também se utiliza de terrorismo[31] como forma de intimidação e coerção, pois, com a justificativa de combater grupos palestinos, há muitas baixas civis. Porém, tal atitude não é vista midiaticamente dessa forma. Nas palavras de Chomsky e Achcar: "Deve-se encontrar uma definição que exclua o terror que nós causamos contra eles, e incluir somente o terror que eles causam contra nós"[32].

> O terrorismo é mais do que uma ameaça; é uma realidade. Existe uma guerra contínua, completamente desigual e assimétrica, entre um enorme e muito poderoso estado e seus aliados, de um lado, e do outro lado, organizações terroristas não-governamentais com meios limitados, mas que podem causar danos enormes quando acertam alvos civis.[33]

Para Hobsbawm, a crise de refugiados mundial atual é muito mais que simples "transferências compulsórias e maciças de populações". Trata-se das maiores crises humanitárias já vista.[34] Os grupos terroristas, fundamentalistas religiosos ou não, não são a motivação dos conflitos na Palestina, e nem das milhares de mortes e refugiados decorrentes dessa guerra. A guerra não começou devido à existência de grupos terroristas. Eles multiplicaram-se, no decorrer dela. São uma manifestação civil, diante de um cenário de ocupação irregular de seu território e restrição de direitos civis e básicos, como acesso à água e o direito de ir e vir imposto por Israel à Palestina.

Para esse aspecto, Chomsky e Achcar nos convidam a refletir, sobre esse aspecto da questão da Palestina e em uma possível saída, para uma resolução, visto que um dos desejos dos Palestinos é a autonomia do próprio Estado, e sair da submissão a Israel: "O antídoto para

[30] HOBSBAWM, 2007, p. 118.
[31] O terrorismo foi uma tática utilizada por gangues paramilitares na limpeza étnica que culminou na Nakba, a exemplo o atentado ao Hotel Semiramis (https://mypalestinianstory.com/the-beginning-of-the-end/).
[32] CHOMSKY, Noam; ACHCAR, Gilbert, 2007, p.03.
[33] CHOMSKY, Noam; ACHCAR, Gilbert, 2007, p.09.
[34] HOBSBAWM, 2007, p. 45.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

o terrorismo não é definitivamente a chamada Guerra ao Terror, mas sim, a justiça: justiça política, o Estado de direito, justiça social, justiça econômica. Esse é o único verdadeiro antídoto para o terrorismo. E o fim da repressão."[35]

1.2.2 Orientalismo

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

Orientalismo é um termo cunhado por Edward Said, que denota as formas de interpretação para com o povo árabe, que tanto vigora na sociedade ocidental de forma estigmatizada (principalmente após os atentados do 11 de Setembro, em Nova Iorque). Nessa perspectiva, separamos o árabe, o enxergando como um "outro", e não como um "nós", embutindo pré-conceitos definidos sobre o árabe e o muçulmano. É a partir desse referencial que se tenta aqui entender por que os abusos perpetrados por Israel contra os palestinos, que são um povo árabe, são aceitos no Ocidente com certa naturalidade.

Quando falamos de Oriente Médio, estamos falando da região que vai do Norte da África até a Índia e que no momento, é o palco dos conflitos dos quais irei analisar os fatores que conduzem até este estudo. O Ocidente não dá conta de entender a diversidade do Oriente, com mais de 17 países e 22 idiomas falados. E esta generalização e estigmatização do Oriente pelo Ocidente tem forte influência sobre os processos de colonização nessa região, ao longo da história. Essas regiões foram colônias de impérios que se construíram (macedônico, babilônico, romano, seljúcidas, otomanos, ingleses, franceses), e isso permitiu, durante o período das Cruzadas, que os povos árabes fizessem uma ponte entre o mundo do Oriente e o mundo do ocidente. Essa região passou por diversos formatos de exploração, o que produziu uma perspectiva visão preconceituosa reducionista de "Nós", o Ocidente civilizado e os "Outros", os orientais incultos. O ponto de vista que Said compartilha conosco, nos apresenta, de forma muito sensata, a oportunidade de analisar esse contexto de forma crítica, desde a Antiguidade. Há diversos preconceitos sobre a visão oriental, quem provêm erroneamente da ótica ocidental, um mito construído em torno desses povos, sob o julgamento ocidental. O Ocidente não enxerga o Oriente de maneira ampla e lúcida: há uma visão reducionista, eurocentrista.

Said observa esta visão desde a Antiguidade até chegar aos intelectuais do século XX; um discurso que visa o povo oriental como "passivo, seminal, feminino e até mesmo silencioso

[35] CHOMSKY, Noam; ACHCAR, Gilbert, 2007, p.11.

e apático”[36]. Observamos, que desde muito tempo já havia uma semente desses elementos sobre o Oriente, que vão ser altamente aproveitados na modernidade e apesar desse discurso já existir, foi somente no século XIX que ele surge no contexto de cientificismo e de racionalidade, com a expedição de Napoleão ao Egito, em 1789. A expedição de Napoleão no Egito não foi somente uma expedição militar; ela foi uma expedição de conhecimento. Nesta expedição, acompanharam Napoleão uma comitiva de "químicos, historiadores, biólogos, arqueólogos, cirurgiões e antiquários, era a divisão culta do exército.” [37] Said frisa neste ponto a intensificação da área de conhecimento dos estudos orientais, de seu surgimento enquanto saber. A partir deste momento, um novo avanço do imperialismo Europeu sobre a Asia e sobre a África irá se desenvolver:

> Admitimos, com justiça, que o Holocausto alterou permanentemente a consciência de nosso tempo: por que não reconhecer a mesma mutação epistemológica nas ações do imperialismo e no que o orientalismo continua a fazer? Basta pensar na linha que se inicia com Napoleão, passa pela ascensão dos estudos orientais e pela tomada do Norte da África, e continua em empreendimentos similares no Vietnã, no Egito, na Palestina e, durante todo o século XX, nos conflitos relacionados ao petróleo e ao controle estratégico no Golfo, no Iraque, na Síria, na Palestina e no Afeganistão. Em seguida basta pensar, em contraponto, na ascensão do nacionalismo anticolonial, durante o curto período de independência liberal, na era de golpes militares, insurgência, guerra civil, fanatismo religioso, confrontos irracionais e brutalidade intransigente contra a turma de “nativos” da vez. Cada uma dessas fases e eras produz seu próprio conhecimento distorcido do outro, bem como suas próprias imagens redutivas, suas próprias polêmicas litigiosas.[38]

Essa visão eurocêntrica, que tem o Oriental como atrasado, bárbaro e de alguma forma inferior, irá “justificar” o colonialismo, na ótica europeia. As fronteiras do mundo árabe serão construídas pela divisão europeia, com funções geopolíticas. Isso é decorrência dessa ideia abstrata ocidental de “Oriente” e “orientais”. Essa postura reducionista do Ocidente sobre os povos Orientais pode ser pontuada como um dos fatores determinantes para a culminância dos conflitos na região hoje, conforme Said nos aponta:

> É bastante comum ouvir altos funcionários de Washington e de outros lugares falando em mudar o mapa do Oriente Médio, como se sociedades antigas e miríades de povos pudessem ser sacudidos como amendoins num frasco. Mas isso já aconteceu muitas vezes com o “Oriente”, esse constructo semi-mítico que, desde a invasão do Egito por Napoleão, no fim do século XVIII, já foi feito e refeito um sem-número de vezes, sempre pela força agindo por intermédio de um tipo expediente de conhecimento cujo objetivo é asseverar que tal ou qual é a natureza do Oriente, e que devemos lidar com ele condizentemente. No processo, os inúmeros sedimentos de história que incluem incontáveis histórias e uma variedade estonteante de povos, línguas, experiências e culturas, tudo isso é desqualificado ou ignorado, relegado ao monturo, juntamente

[36]SAID, Edward W. *Orientalismo:* O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia de bolso, 2003, p. 106.
[37] SAID, 2003, p. 69.
[38] SAID, 2003, p. 10.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

> com os tesouros esmigalhados até formar fragmentos insignificantes — como é o caso dos tesouros retirados das bibliotecas e museus de Bagdá. Em minha opinião, a história é feita por homens e mulheres, e do mesmo modo ela também pode ser desfeita e reescrita, sempre com vários silêncios e elisões, sempre com formas impostas e desfiguramentos tolerados, de modo que o "nosso" Leste, o "nosso" Oriente possa ser dirigido e possuído por "nós".[39]

Said mostra que a luta imperialista pela determinação de territórios geográficos não está apenas na luta armada, na dominação pela guerra, ela também está na dominação simbólica, nas representações, ou seja, no âmbito da cultura se desenvolvem marcas importantes de dominação. Ao analisarmos por este ângulo, percebemos os desdobramentos pós-colonização, e como a colonização deixa as suas marcas de dominação simbólica e como elas permanecem em representações culturais:

> Minha ideia é que o interesse europeu e depois americano no Oriente era político segundo alguns dos óbvios relatos históricos que apresentei, mas que foi a cultura que criou esse interesse, que atuou dinamicamente junto com a lógica política, econômica e militar bruta para fazer do Oriente o lugar variado e complicado que ele evidentemente era no campo de estudo que chamo de Orientalismo.[40]

Embora o cristianismo e o islã só tenham se enfrentado a partir das Cruzadas, é perceptível desde a Grécia o olhar Eurocêntrico, pela forma que retratavam os Persas, não em sua essência, mas em seus preconceitos, em uma posição de superioridade, que é disseminada pelo mundo, pela visão dos que se consideram o centro do mundo e da civilização, da época.[41] Said defende que:

> sem examinar o orientalismo como um discurso, não se pode entender a disciplina enormemente sistemática por meio da qual a cultura europeia conseguiu administrar - e até produzir - o Oriente política, sociológica. ideológica, cientifica e imaginativamente durante o período pós-Iluminismo. (...) Portanto, falar de orientalismo é falar principalmente, embora não exclusivamente, de urna empresa cultural francesa e britânica.[42]

Ao analisar a "criação" do Estado de Israel após a Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas - ONU, ao estabelecer o assentamento de povos judeus numa região de povo majoritariamente árabe que já habitava ali, sem levar em consideração aspectos culturais e religiosos que são explícitos entre os dois povos, reduzindo esses dois povos orientais à visão eurocêntrica de "eles", colocou em xeque dois povos com tradições e interesses distintos, o que foi um dos fatores motivadores para a guerra que se instalou na região, quase que imediatamente. Em suma, a criação de um Estado judeu dentro de um território

[39] SAID, 2003, p. 07.
[40] SAID, 2003, p. 22.
[41] SAID, 2003, p. 28.
[42] SAID, 2003, p. 16.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

majoritariamente habitado por um povo distinto, foi o grande estopim para os conflitos hoje existentes na Palestina e dos grupos extremistas religiosos ou não, que acentuam a agressividade dos conflitos, cada vez mais.

Conscientizar-se do conceito de "orientalismo", cunhado por Said, proporcionará a abertura para entender "o outro lado": o do povo árabe. Em minha jornada como professora, ao abordar o conflito, percebo grade empatia por parte dos alunos ao povo judeu, mas quase nenhuma ao povo árabe, em grande parte, pela visão eurocêntrica intrínseca em nossa sociedade e da ausência de um senso crítico, para analisar ambos os lados, ao estudar o conflito.

1.3 Sionismo e fundamentalismo

Ao se pensar o fundamentalismo, o Ocidente tende precipitadamente a se voltar à questão muçulmana, mas é preciso entender que o fundamentalismo em outras culturas também existe de forma equivalente ou até mesmo superior ao fundamentalismo islâmico. É um tema amplo, aonde, partindo de conceitos e conhecimentos sobre as origens culturais dos povos judeus e árabes, é possível abordar os aspectos culturais das tradições de ambas as religiões que influenciam no comportamento de seus seguidores e de como reagem entre si de formas extremas.

Partindo dos apontamentos de Shlomo Sand e com acréscimos de Mário Liverani pretendo neste ponto colocar em xeque a relação sionismo x judaísmo em relação à fundação do Estado Moderno de Israel e analisar de que forma e até que ponto os sionistas se utilizaram da religião como embasamento para a justificativa da fundação de seu Estado na região da Palestina. Pretendo também analisar de que forma o fundamentalismo se apresenta nesse contexto, levando em consideração a interpretação do discurso do direito bíblico dos judeus de retornar ao direito do lar da terra de Canaã, apoiando deste modo, a expressão sionista do nacionalismo judaico.

1.3.1 Sionismo político

No fim do século XIX, movimentos nacionalistas ganhavam força em toda a Europa. Em meio a esses movimentos, ganha destaque o sionismo político, que tem Theodor Herzl, jornalista austro-húngaro, sua figura central. O termo "sionismo" é inspirado no Monte Sião, que se encontra localizado no território que outrora constituiu a Israel bíblica. O sionismo apontava que a sobrevivência do povo judeu, que estava espalhado pelo mundo naquele

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

momento, sem um país ou governo reconhecido, dependia da criação de um Estado independente e soberano, que era um dos maiores anseios do povo judeu, conforme Herzl exprime:

> Somos um povo uno. Temos tentado por toda a parte e lealmente entrar nas coletividades nacionais que nos cercam, apenas conservando a fé dos nossos pais. Não o admitem. Em vão somos sinceros patriotas, até mesmo, em certos lugares, exuberantemente patriotas; em vão fazemos os mesmos sacrifícios de dinheiro e de sangue como os nossos concidadãos; esforçamo-nos em vão por elevar a glória de nossas pátrias respectivas nas artes e nas ciências, e por aumentar as suas riquezas pelo comércio e pelas transações. Nessas pátrias em que habitamos já há séculos, somos interditados como estrangeiros, e, muitas vezes, por aqueles cujas raças não estavam ainda no país quando nossos pais já haviam aí padecido. (...) No estado atual do mundo, e sem dúvida ainda por muito tempo, a força tem primazia sobre o direito. É, pois, em vão que somos por toda a parte brava gente como eram os Huguenotes, a quem forçaram a emigrar. Ah! Se nos deixassem tranquilos! Mas creio que não nos deixarão em paz. Pela pressão e pela perseguição, não poderíamos ser exterminados. Nenhum povo da história suportou combates e padecimentos semelhantes aos nossos.[43]

Ainda sobre o termo "sionismo", Misleh, ao apontar a citação de Ilan Pappé, ressalta a secularização e nacionalização do judaísmo, assim como a reinvenção deste termo como forma de fortalecer o movimento sionista:

> Eretz Israel, a Terra de Israel, o nome da Palestina na religião judaica, havia sido venerada ao longo dos séculos por gerações de judeus como um lugar de peregrinação sagrado, nunca como um Estado secular futuro. A tradição e a religião judaicas ensinavam que os judeus deviam esperar a chegada do Messias prometido ao "final dos tempos", antes de poder regressar a Eretz Israel como um povo soberano, os servos obedientes de Deus, para a fundação de uma teocracia judaica... Em outras palavras, o sionismo secularizou e nacionalizou o judaísmo. Para realizar seu projeto, os pensadores sionistas reclamavam o território bíblico, que recriavam (de fato, reinventavam) como o berço de seu movimento nacionalista.[44]

O principal objetivo alegado desse movimento nacionalista era que não era possível a assimilação dos judeus no mundo e a criação de um Estado Judeu seria a única forma de acabar com milênios de perseguição e exílio. Nesse período, a região da Palestina estava sob domínio do então Império Otomano, que tinha como maioria de seus habitantes árabes e muçulmanos.

Em 1896 Theodor Herzl publica o seu livro "*Der Judentaat*" (O Estado judeu), que expressa a necessidade de uma pátria judaica, caracterizando assim um dos marcos iniciais do sionismo político. Herzl promoveu a necessidade de se estabelecer um Estado Político e de se criar uma organização com vistas a se criar esse Estado. No ano seguinte à publicação do livro,

---

[43] HERZL, Theodor. *O Estado judeu.* Tradução por: David José Pérez. Rio de Janeiro: Mercaz-Wizo Brasil, 1954, p. 43.
[44] PAPPÉ, 2008 *apud* M. MISLEH, Soraya. *Qaqun:* história e exílio de um vilarejo palestino destruído em 1948. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Cultura Árabes) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

acontece na Basileia, em 1897, o Primeiro Congresso Sionista Mundial, que tinha como principal objetivo dialogar de forma concreta sobre o estabelecimento de um Estado Judeu. Ali, a Palestina foi opção escolhida para Estado dos judeus. Sobre a escolha da Palestina, Herzl expressa em seu diário o sentimento sionista quanto ao país: "A Palestina é a nossa inolvidável pátria histórica. Esse nome por si só seria um toque de reunir poderosamente empolgante para o nosso povo."[45] Regressando a Viena após o Congresso, fez Herzl a seguinte anotação em seu diário, em 3 de setembro do mesmo ano, expressando positividade sobre as decisões do Congresso:

> Se eu resumisse o Congresso de Basileia numa só frase – o que jamais farei publicamente – diria: em Basileia foi fundado o Estado Judeu. Se eu dissesse isso em voz alta hoje, seria alvo de risos de todos. Mas talvez daqui a 5 anos, certamente daqui a 50 anos, todos saberão. A fundação de um Estado está na vontade de um povo (...).[46]

Podemos constatar, na leitura de diversos trechos ao longo dos diários de Herzl que a intenção dos sionistas era, para além de construir assentamentos para refugiados judeus na Palestina, instalar várias colônias que tinham o desenvolvimento constantemente monitorado, com a finalidade de se criar um Estado, posteriormente. Podemos sintetizar esse ideal nas próprias palavras de Herzel: "Uma colônia é um pequeno estado, um estado é uma grande colônia. Você quer construir um pequeno estado, eu, uma grande colônia."[47]. Para tanto, os sionistas tinham um plano de ação de introdução e fixação no território, bem antes da fundação do Estado de Israel:

> Quando ocuparmos a terra, traremos benefícios imediatos ao estado que nos recebe. Devemos expropriar suavemente a propriedade privada nas propriedades que nos foram atribuídas. Tentaremos atrair a população sem um tostão através da fronteira, procurando emprego para ela nos países de trânsito, negando-lhe qualquer emprego em nosso próprio país. Os proprietários virão para o nosso lado. Tanto o processo de expropriação quanto a remoção dos pobres devem ser realizados de forma discreta e circunspecta. Que os donos de imóveis acreditem que estão nos enganando, vendendo-nos coisas por mais do que valem. Mas não vamos vender nada de volta.[48]

Herzl, continua, em outro trecho de seu diário: "Vou agora dizer-lhe as principais características da nossa política. Nosso objetivo deve ser adquirir o país que ocupamos como independente imediatamente após nos declararmos um Estado."[49] Para garantir a viabilidade de

[45] HERZL, 1954, p. 67.
[46] HERZL, Theodor: 1860-1904. The complete diaries of Theodor Herzl. Tradução por: Harry Zohn. Edição por: Raphael Patai. New York : Dial Press, 1960, p. 581. (tradução própria)
[47] HERZL, 1960, p. 427. (Tradução própria)
[48] HERZL, 1960, p. 88. (Tradução própria)
[49] HERZL, 1960, p. 134. (Tradução própria)

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

tal estratégia, os sionistas contaram essencialmente com o apoio econômico e político do Barão de Rothschild, que representava seus interesses junto ao governo britânico:

> Agora mencionamos em primeiro lugar aquele grande amigo de Zion Baron Edmond Rothschild. Seus grandes serviços à colonização da Palestina e seus imensos sacrifícios são bem conhecidos. No entanto, não seria correto apresentá-lo como um mero benfeitor. As ações do Barão Rothschild são motivadas por uma grande ideia, a ideia de trazer massas cada vez maiores de judeus para a terra de seus antepassados, a fim de criar para eles oportunidades de ganhar a vida e regenerá-los moral e economicamente, como foi comprovado por seu discurso aos colonos durante sua estada mais recente na Palestina.[50]

Com a assistência do Barão de Rothschild, a causa sionista ganha apoio público, com a carta aberta do então ministro do exterior britânico aos sionistas, sinalizando apoio à causa. Abaixo, segue carta transcrita:

> Prezado Lord Rothschild,
> Tenho muito prazer em transmitir-lhe, em nome do Governo de Sua Majestade, a seguinte declaração de simpatia com as aspirações judeo-sionistas que foram apresentadas ao Gabinete e aprovadas por ele:
> "O Governo de Sua Majestade vê com simpatia o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu e envidará seus melhores esforços para facilitar a conquista desses objetivos, ficando claramente entendido que nada será feito que possa prejudicar os direitos religiosos e civis das comunidades não judaicas existentes na Palestina ou os direitos e condições políticas usufruídas pelos judeus em qualquer outro país."
> Agradeceria que o senhor levasse essa declaração ao conhecimento da Federação Sionista.
> Atenciosamente, Arthur James Balfour.[51]

A Declaração de Balfour é o primeiro documento público, emitido por uma grande potência na época, que garantia o estabelecimento de um lar judeu na Palestina. Said analisa o peso deste documento, para a causa sionista:

> O que é importante a respeito da declaração é que, em primeiro lugar, durante muito tempo, ela foi a base legal para as reivindicações sionistas em relação à Palestina e, em segundo lugar, e mais importante para os nossos objetivos aqui, que foi uma declaração cuja força só pode ser avaliada quando as realidades demográficas e humana da Palestina ficarem bem claras em nossas mentes. Isto é, a declaração foi feita (a) por um poder europeu, (b) a respeito de um território não-europeu, (c) num claro desrespeito à presença e aos desejos da população nativa residente no território e (d) tomou a forma de uma promessa sobre este mesmo território por um outro grupo estrangeiro, a fim de que esse grupo estrangeiro pudesse, literalmente, fazer desse território uma nação para o povo judeu.[52]

[50] HERZL, 1960, p. 806. (Tradução própria)
[51] Disponível em: <https://www.jewishvirtuallibrary.org/text-of-the-balfour-declaration>. Acesso em 30 jun. 2023.
[52] SAID, Edward W. *A questão da Palestina*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012, p.18.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

Apesar da declaração de Balfour datar de 2 de novembro de 1917, é possível, pelos diários de Theodor Herzl, inferir que as negociações entre os sionistas e o governo britânico pelo estabelecimento na Palestina já datavam de 1896, quando, em 24 de abril, num encontro com o então Secretário de Estado para as Colônias, Joseph Chamberlain, Herzl transcreve uma conversa com o estadista: "O país (Palestina) teria que se tornar atraente, e então ele, Joe Ch., receberia o crédito por fornecer à Inglaterra outra colônia. Sua reação a isso também não foi hostil. Ele disse que teríamos que ter Rothschild conosco de qualquer modo, pois o governo inglês contava com ele. "Nós o temos", eu disse." [53]

Herzl sabia que para conseguir sucesso em uma empreitada de proporções tão grandes, necessitaria de apoio internacional: "Que nos deem a soberania de um pedaço da superfície terrestre em relação às nossas legítimas necessidades de povo e nós nos encarregamos, nos mesmos, de todo o resto."[54] A esse ponto, já se havia escolhido o território - A Palestina, que com a narrativa ideal, era o território ideal, um plano de assentamento e desenvolvimento, e até mesmo as intenções de se formar um Estado na região. Mas e quanto aos habitantes do país que eles desejavam? Os palestinos? Herzl expõe o seu pensamento, sobre esta questão:

> Se S. M. o Sultão nos desse a Palestina, poderíamos tornar-nos capazes de regular completamente as finanças da Turquia. Para a Europa, constituiríamos aí um pedaço da fortaleza contra a Ásia, seríamos a sentinela avançada da civilização contra a barbárie. Ficaríamos como Estado Neutro, em relações constantes com toda a Europa, que deveria garantir a nossa existência.[55]

1.3.2 A construção da narrativa bíblica sobre Israel

Como já dito, com o fim da Primeira Guerra Mundial, os movimentos nacionalistas por todo o mundo passaram a ganhar maior notoriedade e força, e isso também ficou evidente para o povo judeu, conforme pontua Shlomo Sand: "durante a Primeira Guerra, que levou, em grande medida, ao apogeu da nacionalização das massas na Europa, eles [os judeus] foram defender sua nova pátria"[56]. E é exatamente nesse contexto de consolidação de nacionalismos que Sand questiona o sionismo, que se utilizou do judaísmo, para a construção de sua causa nacionalista, no território da Palestina. Para Sand, o sionismo é uma forma de negação do judaísmo, pois o

[53] HERZL, 1960, p. 1474. (Tradução própria)
[54] HERZEL, 1954, p. 64.
[55] HERZL, 1954, p. 67.
[56] SAND, Shlomo. *A invenção do povo judeu*. São Paulo: Benvirá, 2011, p.451.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

judaísmo é uma religião, e não um nacionalismo. O sionismo pegou muitos aspectos da tradição judaica e tal qual como um nacionalismo faz, reconstruíram o passado. Para o autor:

> Os sionistas também haviam escolhido a Terra Santa intencionalmente como o território onde o Estado deveria ser estabelecido porque entendiam o quanto ela era preciosa para os judeus. Haviam até se apropriado do nome Sião na tentativa de seduzir crentes ingênuos a se tornarem defensores do nacionalismo. Para todos os tipos de sionistas, os judeus constituíam um povo fossilizado que precisava ser reabilitado.[57]

Antes do conceito sionista, a relação dos judeus com a Palestina era metafisica, de lugar sagrado. Para Sand, há uma clara oposição entre judaísmo e sionismo. O sionismo fundiu a profunda relação dos judeus com a terra santa, fundindo-a num conceito de pátria. Porém, na tradição religiosa judaica, não há o conceito de pátria como conhecemos, foi uma construção:

> Até o nascimento do sionismo no final do século XIX, poucos judeus imaginavam que a Terra Santa fosse ou poderia vir a ser um território nacional para os judeus. O sionismo desconsiderou a tradição, os mandamentos e a opinião dos rabinos, e falou em nome daqueles que rejeitavam completamente essas coisas e manifestavam desprezo por elas em público. Com certeza não foi o primeiro ato de "substituição" da história: assim como os jacobinos falavam com confiança absoluta em nome do povo francês, que ainda não existia realmente, e os bolcheviques apresentaram-se como um substituto histórico para o proletariado, que apenas começava a existir no império russo, assim também os sionistas situaram sua pátria imaginária dentro do judaísmo e se viram como sucessores e representantes mandatários e autênticos. No fim das contas, a revolução sionista teve êxito em nacionalizar os principais elementos do discurso religioso judaico. Dali em diante, a Terra Santa tornou-se um espaço mais ou menos definido que deveria pertencer ao povo escolhido. Em resumo, durante o século XX, a Terra Santa tornou-se a "Terra de Israel".[58]

Sand aponta que a construção de promessa divina de "Terra Prometida" da Bíblia não aconteceu quando o povo estava assentado no território de Canaã (hoje, Palestina). A primeira teofania bíblica que o autor aponta é a aparição de Javé (Deus) a Abraão, no território da atual Turquia, lhe dando as seguintes instruções: "Vai do teu país, dos teus parentes e da casa de teu pai para a terra que te mostrarei" (Gênesis 12:1), o que foi obedecido, porém, devido à fome, logo ocorre a migração para o Egito. A segunda, ocorre no deserto, durante o Êxodo do Egito, onde Javé entrega a Moisés os Dez Mandamentos, no Monte Sinai, citando também a Terra Prometida: "Veja, envio um anjo à sua frente para guardá-lo no caminho e levá-lo ao local que preparei […] Quando meu anjo for à sua frente e o levar aos amorritas e aos hititas e aos periseus e aos cananeus, aos heveus e aos jebuseus, e eu os eliminarei" (Êxodo 23:20, 23).[59] Nesse ponto, Sand ressalta que "embora os ouvintes já devessem saber que a terra não estava vazia, o

[57] SAND, Shlomo. *A invenção da Terra de Israel:* De terra santa a terra pátria. 1. ed. São Paulo: Benvirá, 2014, p. 134.
[58] SAND, 2004, p. 135.
[59] SAND, 2004, p. 52.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

compromisso divino agora, pela primeira vez, contém uma promessa explícita de remover os habitantes originais que podem atrapalhar a colonização.” [60] No livro de Deuteronômio, podemos observar mais duas passagens, sobre promessas divinas relativas ao povo que habitava Canaã, quando Moisés enfatiza que Deus iria “liquidar as nações cuja terra o Senhor seu Deus está lhes dando” e que iriam “desapropriá-las e viver em suas cidades e em suas casas” (19:1). Moisés segue enfatizando que: “nas cidades desses povos que o Senhor seu Deus está lhes dando como herança, vocês não devem deixar vivo nada que respire” (Deuteronômio 20:16). Sand segue afirmando que:

> Daí em diante, a Bíblia como texto secular serviria de componente primordial dos argumentos judaicos para os direitos eternos do povo judeu. Era necessário citar também o fato ostensivo e inquestionável de que os judeus foram exilados à força da Terra no ano 70 d.C. (ou pouco depois) e acreditar que a maioria dos judeus modernos eram “racialmente” ou “etnicamente” descendentes dos antigos hebreus. Apenas a aceitação dessas três premissas possibilitava se estabelecer e manter a crença no direito histórico dos judeus. Minar qualquer uma delas interromperia seu funcionamento integrado como um mito capaz de incitar e mobilizar o povo judeu.[61]

Mario Liverani concorda com Sand em seus apontamentos ao nos apresentar em seus estudos o que ele chama de “*História Normal*”, que ocorre no período de desenvolvimento e ocupação da Palestina em meados do século XII AEC e se estende até o período babilônico e que muito assemelha o desenvolvimento do povo hebreu a outros povos do entorno; e o período que ele denomina “*História Inventada*”, que se dá por volta de 398 AEC, aonde Liverani nos traz à atenção um acontecimento crucial:

> Num caso, porém, verificou-se um evento particular, preparado pelo projeto de um rei de Judá (Josias) de dar vida a um reino unido de Judá-Israel, nos decênios entre o colapso da Assíria e a afirmação da Babilônia, e de substanciar sua tentativa nos planos religioso (monoteísmo javista, lei “mosaica”) e historiográfico. A rápida volta à Palestina de exilados judeus ainda não assimilados ao mundo imperial, sua tentativa de dar vida a uma cidade-templo (Jerusalém) com base no modelo babilônio e de unir em volta dela uma nação (Israel, agora sim em sentido mais amplo), comportaram a realização de uma enorme e variada reescrita da história anterior (que fora totalmente "normal"), de modo nela a situar os arquétipos fundantes que se pretendiam então revitalizar (o reino unido, o monoteísmo e o único templo, a lei, a posse do território, a guerra santa, etc.) sob o signo de uma predestinação totalmente excepcional.[62]

Esta narrativa, iniciada pelo rei Josias de Judá, tinha o objetivo de dar vida a um reino unido (Judá-Israel) e marca a virada da “história normal”, para a “história inventada” de acordo

[60] SAND, 2004, p. 52.
[61] SAND, 2014, p. 140.
[62] LIVERANI, Mario. *Para Além da Bíblia:* História Antiga de Israel. São Paulo: Loyola, 2008, p. 15.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

com Liverani, sobre a saga do povo de Israel, na região da Palestina, buscando sua legitimidade sobre o território:

> Outro elemento fundamental na legitimação arquetípica da posse da terra de Canaã, ao lado da teoria dos povos intrusos, é o da chegada de fora e da conquista armada, em cumprimento da promessa divina. As sagas sobre os 'Patriarcas' forneciam uma legitimação insuficiente, já que muito remota e localizada somente em alguns lugares-símbolo (os túmulos, as árvores sagradas). Um protótipo bem mais poderoso da conquista do país é posto em prática com a história do êxodo (ṣē't, e outras formas de yāṣā' 'sair') do Egito, sob a guia de Moisés, e da conquista armada, sob a guia de Josué".63

A narrativa bíblica do Êxodo como conhecemos, resultaria de uma série reelaborações com o intuito de legitimar a posse da terra palestina. Pois somente a narrativa patriarcal não seria suficientemente forte e coesa para tal intuito. Assim, fundiram-se a narrativa do Êxodo e a narrativa da conquista armada encabeçada por Josué, a fim de utiliza-se de lembranças do passado para construir um relato coerente para a formação de uma nova ordem e relação com a terra.

Liverani nos traz a reflexão de que teorizar como se deu a ocupação no território de Israel é um fenômeno complexo, e propõe "compor um quadro multifatorial próprio de um fenômeno histórico complexo".[64] Desta forma, o autor tira o peso exclusivamente do campo teológico de construir a história de Israel, trazendo também para a área das ciências, analisando e fazendo um contraponto dos diversos pontos de vista. O trabalho do historiador é verificar fatos e comprovar as veracidade ou inverdades das histórias registradas pelas mais diversas culturas. Em relação ao Êxodo, não há nenhum registo de uma grande quantidade de pessoas fugindo para a costa Oriental do Mediterrâneo em meados do segundo milênio a.C., seja no Egito ou nos países vizinhos. No deserto não há nenhuma evidência arqueológica que possa apoiar a noção de que cerca de três ou quatro milhões de pessoas viveram no deserto por aproximadamente quatro décadas. A falta de documentos ou registros arqueológicos não significa necessariamente que o Êxodo ou outros relatos da Bíblia sejam negados (e que fique claro que não é este o objetivo deste trabalho); no entanto, torna sua existência menos provável sob o ponto de vista histórico.

Sand critica esta visão construída da história judaica e a identidade judaica que foi formada com a diáspora. Sand não nega a existência de uma identidade judaica, mas de um Estado Judeu secular, que é militarista e racista no tratamento com o povo palestino:

---

63 LIVERANI, 2008, p. 339.
64 LIVERANI, 2008, p. 60.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

> O que significa então ser "judeu" no Estado de Israel? Ser judeu em Israel significa ser um cidadão privilegiado que goza de prerrogativas recusadas a todos aqueles que não são judeus e, particularmente, aos árabes. (...) Quando se é judeu, é permitido instalar colônias nas terras que não nos pertencem, mas também circular na Judeia e na Samaria em cidades ao redor, onde os habitantes locais não têm o direito de ir e vir livremente no interior de sua pátria. O judeu não será barrado, não será torturado, não terá sua casa revirada no meio da noite ou demolida por "engano", não será tomado como alvo de bala perdida… Todos esses atos que acontecem há cerca de cinquenta anos são destinados e reservados apenas aos árabes.[65]

Para Sand, o conceito de identidade de um povo é um conceito cultural, não genético, pois geneticamente falando, é muito mais provável que um muçulmano palestino seja descendente de judeus, do que um judeu secular, por exemplo. Ele pontua:

> Israel nunca se mostrou uma teocracia rabínica; desde seu nascimento, ele é e permanece uma etnocracia sionista. Essa etnocracia sempre precisou responder a um problema crucial: ela se diz "Estado judeu" ou ainda "Estado do povo judeu" do mundo inteiro, mas não consegue definir quem é judeu. As tentativas realizadas nos anos 1950 de identificar o judeu pela impressão digital, assim como as experiências recentes visando distinguir um DNA judeu, resultaram em nada. Por mais que alguns sábios sionistas em Israel e no exterior proclamem a existência de uma "pureza genética" que os judeus teriam preservado ao longo das gerações, ainda não conseguiram caracterizar um judeu segundo um protótipo de DNA. Critérios culturais ou linguísticos não podiam ser considerados: seus descendentes nunca compartilharam uma língua nem uma cultura comum. Apenas os critérios religiosos ficavam à disposição dos legisladores laicos: aquele que é nascido de mãe judia ou se converteu segundo a lei e a regra religiosa é reconhecido pelo Estado de Israel como judeu, proprietário exclusivo e eterno do Estado e do território administrado por esse. Daí a necessidade crescente, na política identitária oficial, de conservar os costumes religiosos.[66]

Sand não é contra a identidade judaica, mas contra o separatismo e limitação que essa identidade causa atualmente, assim como a identidade ariana causava, outrora. Shlomo Sand propõe que nacionalidade e cidadania devem se tornar únicas e as mesmas em Israel, não existir diferenciação entre cidadãos israelenses judeus e árabes, mas israelenses com uma nacionalidade israelense:

> Não se pode esquecer que, antes de formular uma ideia sobre uma mudança da política identitária israelense, seria preciso se libertar dessa maldita e interminável ocupação que nos leva ao inferno. A relação com o outro, com o cidadão de segunda classe de Israel, está intrinsecamente ligada à relação com aquele que vive em um imenso infortúnio, muito baixo na cadeia de ações de graça sionistas. Essa população oprimida, vivendo sob ocupação há quase cinquenta anos, privada de direitos políticos e cívicos, em uma terra que o "Estado dos judeus" considera como sua, está abandonada pela política internacional. Reconheço que meu sonho de um final de ocupação e da criação de uma confederação entre as duas repúblicas, israelense e palestina, havia subestimado a relação de forças entre as duas partes.[67]

[65] SAND, Shlomo. *Como deixei de ser judeu*. São Paulo: Benvirá, 2015, p. 96.
[66] SAND, 2015, p. 88-89.
[67] SAND, 2015, p. 107-108.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

Focar na nacionalidade e cidadania é importante pois ajuda a pensar na questão de uma forma diferente de essencialmente um conflito complexo, mas de um problema geral e concreto. Pensar que a cidadania pode levar em conta mais de uma nacionalidade. Há uma imensa desigualdade em Israel e a necessidade de corrigi-la. Há uma necessidade de reconhecer os palestinos em Israel como cidadãos com direitos coletivos e individuais, em uma nação igualitária.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

2 CONFLITO PALESTINA/ISRAEL

É importante salientar que embora hoje possamos perceber os certos aspectos religiosos que decorrem do conflito Israel x Palestina, ele não foi o estopim para o início dos ataques, ao contrário, apesar do estigma em torno do conflito histórico entre judeus e muçulmanos, essa rivalidade religiosa foi uma construção, e durante a maior parte da história da região esses dois povos coabitaram em harmonia e respeito recíproco, como defende Zucchi:

> (...) o ressentimento entre árabes e judeus que se iniciou a partir de então é fenômeno histórico que inexistia até a primeira metade do século XX, gerando-se, a partir da penetração imperialista na região e da transposição para o Oriente Médio dos antagonismos e preconceitos oriundos da Europa.[68]

Ao contrário do que possam muitos imaginar, Visacro explicita que:

> 1- Não há um ódio histórico que contrapõem árabes e judeus; 2- Há setores, dos dois lados, que não têm interesse num acordo de paz, mas há outros que a buscam com afinco; 3- Nações da região – como a Síria, Iraque e Irã – assim como algumas potências estrangeiras – a Inglaterra, os EUA e a antiga URSS –, na obtusa defesa de seus interesses mais imediatos, foram responsáveis por um imbróglio que hoje é de difícil solução.[69]

A questão da rivalidade entre muçulmanos e judeus é, portanto, uma construção histórica, que passa a ser um problema a partir do momento em que o Ocidente tenta alterar a forma de vida dos árabes, depois do século XX, especialmente após a segunda grande guerra.

Podemos perceber, então, que essa região já foi habitada por esses dois povos, o que podemos dizer, de certa forma, valida os direitos de ambos em seu próprio ponto de vista, de requererem a posse da área. No entanto, além desse legado histórico, existe também um certo apelo religioso, tanto do lado da narrativa sionista, quanto do lado de alguns grupos terroristas islâmicos, que circunda esse conflito, e o mesmo deve ser explicitado para um melhor entendimento da disputa, que acabou transcendendo para uma questão religiosa-cultural, indo para além da política e territorial.

Nesse tópico discorrerei sobre a narrativa tanto bíblica quanto arqueológica, da relação de Israel com o território, assim como a chegada dos árabes à região. Também abordarei historicamente como a criação do Estado de Israel foi o estopim para o conflito, que perdura até os dias de hoje, se acirrar, e tomar proporções que afetam milhares de pessoas de ambos os lados, em seu território.

---

[68] ZUCCHI, Luciano Kneip. *Implantação do Estado de Israel e a gênese dos conflitos israelo/árabes*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014, P.78.
[69] VISACRO, 2009. p. 155

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

2.1 Terra e História

Palaestina, deriva do romano "Philistia", que foi o nome dado ao território conquistado pelo império romano após a derrota da última revolta judaica em 135 A.D.[70] Iniciaremos o estudo narrando a trajetória e relação do povo judeu e muçulmano com a região. Neste capítulo histórico sobre a Palestina, iremos narrar como se deu o assentamento dos judeus nesse território durante a Antiguidade até a sua dispersão, num evento conhecido como Diáspora e em seguida a ocupação dos árabes, a partir da Idade Média. Conforme nos aponta Salomão,

> A Palestina Histórica é um território com 27 mil quilômetros em quatro áreas principais: uma área no Mediterrâneo, rica e fértil; uma área formada por montanhas onde está localizado a maioria dos lugares santos do cristianismo, do judaísmo e do islamismo bem como a área do Vale do Jordão, rica em recursos hídricos conjuntamente com a parte desértica localizada ao sul.[71]

Essa região é de suma importância para a história da humanidade, pois ali foi o berço de três religiões extremamente relevantes e ligadas entre si: o judaísmo, o cristianismo e o islamismo.[72] Por sua localização privilegiada, a região no entorno da Palestina é território estratégico para circulação de mercadorias entre Europa, Ásia e África, é rica em petróleo, o que ressalta sua importância econômica e geopolítica.

A Palestina, em épocas distintas, foi ocupada por vários povos, incluindo os judeus e árabes, que construíram um vínculo de lar com a região. Contar a história da ocupação desses povos nesse território e sua relação com ele, é contar sobre como os conflitos chegaram aos dias de hoje.

Nesse tópico, iniciarei focando na conhecida narrativa bíblica que conta a passagem dos judeus por este território. Farei algumas menções a Albrigth e Bright, apoiadores da teoria do êxodo judeu, tal qual consta nas escrituras sagradas. Essa narrativa tem um papel significativo na identidade e na história do povo judeu e vem sendo transmitida, reproduzida e aceita culturalmente ao longo dos séculos, o que lhe denota uma importância histórica e cultural. Porém, na sequência farei o contraponto com os apontamentos apresentados por arqueólogos e historiadores em publicações mais recentes, como Finkelstein e Silberman. Eles propõem uma nova perspectiva, completamente diferente da anterior, ou seja, "A estória do antigo Israel e o nascimento de suas escrituras sagradas a partir de uma nova perspectiva, uma perspectiva

---

[70] SALOMÃO, Wiliander França. *O livro da Palestina.* Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018. p. 25
[71] SALOMÃO, 2018. p. 25.
[72] SOARES, Jurandir. *Israel x Palestina*: as raízes do ódio. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1989, p. 8.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

arqueológica"[73]. O intuito dos autores separar história de lenda, não de forma a destruir conhecimentos ou crenças, mas partilhar as mais recentes percepções arqueológicas "não apenas sobre o quando, mas também sobre o porquê a Bíblia foi escrita, e porque ela permanece tão poderosa ainda hoje".[74]

Na narrativa bíblica, em meados de 2.500 A.C., há citações da Palestina na Bíblia como "Terra Santa" ou "Canaã", que seria a terra prometida por Deus aos descendentes de Abraão. Na ocasião, a terra era habitada pelos Filisteus, que têm a mesma origem semita dos hebreus. O episódio que culminou na instalação dos hebreus no território, conhecido como Êxodo, segundo esta narrativa se deu aproximadamente em 1.500 a.C., levando o povo hebreu a lutar com o povo já estabelecido naquela região, os Filisteus. Os hebreus se fixaram próximo ao rio Jordão, na região da Galiléia e se estabeleceram, iniciando sua fase de reinados e fazendo de Jerusalém a capital de seu território, chamado "Terra de Israel". Após a morte de seu governante Salomão, relevantes conflitos se sucederam, houve o nascimento e morte de Jesus Cristo e a tomada do território israelense pelos romanos, culminando na expulsão dos judeus, em 135 d.C., num episódio conhecido como "Diáspora"[75] .

As referências que o ocidente tem da origem histórica dos judeus se dá através da Bíblia Sagrada, que nos textos do Antigo Testamento tem em seus 5 primeiros capítulos, o Pentateuco, que corresponde ao Torá, livro sagrado da religião judaica. A origem do povo judeu nas escrituras ocorre em 2.000 ac, quando surgem na região sul da antiga Mesopotâmia, nas proximidades da cidade de Ur. Eram um povo seminômade e eram conhecidos como "hebreus". Tradicionalmente, a história desse povo na Antiguidade é dividida em três fases: a era dos Patriarcas, a era dos juízes e a era dos reis.

De acordo com Albright, a Idade Patriarcal da história hebraica se deu em algum momento da última parte da Idade do Bronze, durante o período da presença dos Hicsos no Egito. Abraão teria deixado a Mesopotâmia a caminho da Palestina cerca de 645 anos antes dos israelitas deixarem o Egito, ou seja, no final do século 20 a.C., de acordo com a data mais provável do Êxodo. Não há registro confiável da exatidão dessas tradições cronológicas, uma vez que elas não têm uma ligação precisa com a história extrabíblica. Este autor aceita, porém, a hipótese provável da conexão entre a entrada hebraica no Egito devido provavelmente à escassez de alimentos e a movimentação dos hicsos, datando-se assim 1900 e 1750 a.C. para a

[73] FINKELSTEIN, Israel F; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia desenterrada*: a nova visão arqueológica do antigo Israel e das origens nos seus textos sagrados. Trad. Nélio Schneider. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018, p. 03
[74] FINKELSTEIN, Israel F; SILBERMAN, Neil Asher, 2018, p.03.
[75]SOARES, 1989, p. 8.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

migração.[76] Finkelstein e Silberman discordam desta narrativa. Não há evidência arqueológica de migração nessa época nessa escala, até essa região:

> A suposta migração rumo oeste de grupos da Mesopotâmia na direção de Canaã – a assim chamada migração Amorita, na qual Albright situou a chegada de Abraão e sua família – evidenciou-se mais tarde como ilusória. A arqueologia refutou completamente a afirmação de que um movimento populacional repentino e maciço tenha ocorrido naquele tempo.[77]

Os autores seguem questionando a afirmação de que Abraão teria ido até Canaã com camelos, o que não ocorreu, já que os mesmos só foram domesticados mil anos depois, como animais de carga. E esses camelos estariam carregados de especiarias, como bálsamo e resina, na história de José. Esses produtos são típicos do comércio árabe que ocorre no período assírio, somente em torno de 800-700ac:

> As narrativas dos patriarcas estão repletas de camelos, usualmente rebanhos de camelos; porém, como ocorre na narrativa da venda de José como escravo pelos seus irmãos (Gênesis 37,25), camelos são descritos também como animais de carga usados no comércio com caravanas. Sabemos agora, por meio da pesquisa arqueológica, que camelos não foram domesticados como bestas de carga antes do final do segundo milênio, e essa sua capacidade não foi usada amplamente no Oriente Próximo antigo até bem depois de 1000 AEC. E um detalhe ainda mais eloquente – a caravana de camelos carregados de "especiarias, bálsamo e resina", na história de José – revela uma familiaridade óbvia com os principais produtos do lucrativo comércio árabe que floresceu sob a supervisão do Império Assírio nos séculos VIII-VII AEC.[78]

Esses e outros "furos" na história fazem Finkelstein e Silberman acreditarem que a história bíblica de Israel não é consistente, pois "todos os indícios apontam para uma época de composição muitos séculos após o tempo em que a Bíblia relata que as vidas dos patriarcas tiveram lugar. Estes e outros anacronismos dão a entender que houve um período de escrita intensa das narrativas sobre os patriarcas nos séculos VIII-VII AEC."[79] Para esses dois autores, as histórias de Israel no período patriarcal são provavelmente baseadas em tradições locais, numa tentativa de redefinir a unidade deste povo e consideram que a grande genialidade dos criadores deste épico foi ter unido pelo poder da lenda os filhos de Abraão, Isaac e Jacó, transformando-os numa grande família, feito muito mais poderoso do que breves histórias longínquas sobre indivíduos nômades perambulando as montanhas de Canaã.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

---

[76] ALBRIGHT, William Foxwell. *From the stone age to Christianity*: monotheism and the historical process. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1940, p. 10.
[77] FINKELSTEIN, Israel F; SILBERMAN, Neil Asher, 2018, p. 60.
[78] FINKELSTEIN, Israel F; SILBERMAN, Neil Asher, 2018, p.62.
[79] FINKELSTEIN, Israel F; SILBERMAN, Neil Asher, 2018, p.64.

Albright segue afirmando que os hebreus viveram por vários séculos no Egito antes de migrar novamente para a Palestina[80]. Com a saída do Egito de Moisés, levando os hebreus de volta para a região da Palestina, encerra-se o Período dos Patriarcas. Com Moisés, os judeus tem uma estruturação de sua religião, sendo este o fundador da comunidade judaica e o criador do sistema religioso de Israel, conforme nos aponta Albright, "este fato é enfatizado tão unanimemente pela tradição que pode ser considerado absolutamente certo. Em nenhum lugar há o menor sopro de dúvida lançado sobre este fato irrefragável pela tradição israelita."[81] Finkelstein e Silberman, porém, discordam dessa afirmação não-factual:

> Alguns vestígios arqueológicos dessa peregrinação pelo Sinai que durou uma geração deveriam ser visíveis. Contudo, excetuando os fortes egípcios ao longo da costa norte, nenhum acampamento ou sinal de ocupação da época de Ramsés II e seus predecessores e sucessores imediatos jamais foi identificado no Sinai. E não foi por falta de tentativa. Reiteradas explorações arqueológicas em todas as regiões da península, incluindo a região montanhosa em torno do sítio tradicional do Monte Sinai, nas proximidades do Mosteiro de Santa Catarina (cf. Anexo B), renderam apenas evidência negativa: nenhum caco de cerâmica, nenhuma estrutura, nenhuma casa, nenhum vestígio de algum acampamento antigo. (...) A conclusão – de que o êxodo não aconteceu na época nem da maneira descrita na Bíblia – parece ser irrefutável quando examinamos a evidência em sítios específicos onde se diz que os filhos de Israel acamparam por períodos extensos durante sua migração pelo deserto (Números 33) e onde é praticamente certo que se encontraria algum indício arqueológico – caso houvesse algum. De acordo com a narrativa bíblica, os filhos de Israel acamparam em Cades-Barneia durante trinta e oito dos quarenta anos de migrações.[82]

Finkelstein e Silberman afirmam que sobre o Êxodo, não há vestígios de uma população tão numerosa peregrinando a região por quase 40 anos e nem da existência de cidades citadas em suas narrativas:

> A Bíblia descreve como Moisés enviou emissários de Cades-Barneia ao rei de Edom pedindo permissão para atravessar seu território no caminho até Canaã. O rei de Edom recusou-se a dar permissão e os israelitas tiveram de contornar seu país. Logo, de acordo com a narrativa bíblica havia um reino em Edom naquele tempo. As investigações arqueológicas indicam que Edom só alcançou a condição de Estado sob os auspícios assírios no século VII AEC. Antes daquele período Edom era uma região marginal esparsamente povoada, habitada principalmente por nômades pastoris. Igualmente importante é que Edom foi destruído pelos babilônios no século VI AEC e a atividade sedentária só seria restabelecida ali em tempos helenísticos.[83]

Os autores defendem que a suposta saída do cativeiro do Egito para a terra prometida teria sido uma construção feita no século 8 a.C., época do rei Josias:

---

[80] ALBRIGHT, 1940, p. 184.
[81] ALBRIGHT, 1940, p. 196. (tradução própria)
[82] FINKELSTEIN, Israel F; SILBERMAN, Neil Asher, 2018, p.99.
[83] FINKELSTEIN, Israel F; SILBERMAN, Neil Asher, 2018, p.107.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

> Em Judá, esse foi o tempo do Rei Josias. A ideia de que YHWH acabaria por cumprir as promessas feitas aos patriarcas, a Moisés e ao Rei Davi – de um povo de Israel vasto e unificado vivendo em segurança em sua terra – foi uma visão política e espiritualmente poderosa para os súditos de Josias. Foi o tempo em que Josias embarcou em uma tentativa ambiciosa de tirar vantagem do colapso assírio e unir todos os israelitas sob seu comando.[84]

Inicia-se em seguida a fase dos juízes, entre 1390 a.C. e 1030 a.C., e é um período em que os israelitas estão mais organizados politicamente e distribuídos pela região da Palestina. De acordo com Albright, "(...) a Palestina foi ocupada pelos israelitas nas seguintes etapas: Gileade e Basã na Transjordânia (antes da morte de Moisés), centro-sul da Palestina, sul da Palestina, norte da Palestina (todos sob a liderança de Josué)"[85], entrando em conflito e dominando o povo cananeu, que habitava a região na época.

> A população da Palestina israelita primitiva era composta principalmente de três grupos: hebreus pré-israelitas, israelitas propriamente ditos e cananeus de diversas origens. Os hebreus se uniram tão rapidamente com seus parentes israelitas que quase nenhuma referência a essa distinção sobreviveu na literatura bíblica e as poucas alusões aparentes são duvidosas. Os cananeus foram trazidos para o rebanho israelita por tratado, conquista ou absorção gradual.[86]

Os israelitas se organizavam em 12 tribos, que eram gigantescos núcleos familiares, que se respeitam mutuamente e tinham a mesma religião e cultura.[87] Os chamados Juízes exerciam a função política e militar para essas tribos. Sobre os registros históricos deste período,

> as histórias em Juízes contêm assuntos de valor histórico muito diferente, variando do alto nível das narrativas de Gideão e Abimeleque (Jz 6-9) ao baixo nível da perícope de Sansão, que é quase folclore puro. Muitas das histórias de Josué e Juízes foram certamente transmitidas como sagas poéticas ou poemas triunfais.[88]

Finkelstein e Silberman afirmam, a despeito da narrativa de intensas guerras e conquistas dos israelitas nesse período, que a principal luta desse povo não era com outros povos, mas com as duras condições do ambiente em que viviam, de acordo com os vestígios arqueológicos identificados. Aparentemente coabitavam em relativa paz, eram autossuficientes economicamente, isolados das principais rotas comerciais da região e razoavelmente afastados uns dos outros, sem vestígios de comércio entre si. "Por isso, não nos surpreende que inexistam evidências de significativa estratificação social nestes povoados, nenhum sinal de edifícios

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

[84] FINKELSTEIN, Israel F; SILBERMAN, Neil Asher, 2018, p.109.
[85] ALBRIGHT, 1940, p. 210. (tradução própria)
[86] ALBRIGHT, 1940, p. 213. (tradução própria)
[87] ALBRIGHT, 1940, p. 214. (tradução própria)
[88] ALBRIGHT, 1940, p. 209. (tradução própria)

administrativos, nem grandes residências de dignitários ou produtos especializados de hábeis artesãos"[89].

Ainda sobre os conflitos do período, Finkelstein e Silberman explanam sobre a suposta conquista dos cananeus, defendendo que o mesmo processo ocorreu em relação à Transjordânia, com populações locais dando origem aos povos de Amon, Moab e Edom:

> O processo que nós descrevemos aqui é, na verdade, o oposto daquele que temos na Bíblia: a emergência do Israel primitivo foi uma consequência do colapso da cultura cananeia, não a sua causa. E a maior parte dos israelitas não veio de fora de Canaã – eles emergiram de dentro desta terra. Não ocorreu um êxodo em massa do Egito. Não houve uma conquista violenta de Canaã. A maior parte das pessoas que formaram o primitivo Israel eram moradores locais – as mesmas pessoas que vemos nas montanhas nas Idades do Bronze e do Ferro. Os israelitas primitivos eram – ironia das ironias – eles mesmos originariamente cananeus![90]

Albright defende que com o avanço dos ataques do povo filisteu sobre as tribos israelitas, houve a necessidade da unificação do poder, para melhor enfrentamento dos ataques externos. Desta forma, inicia-se entre os israelitas o período de monarquia[91], que vai de 1309 a.C. a 70 a.C. Durante este período, há uma grande consolidação e expansão dos israelitas pelo território da Palestina e a cidade de Jerusalém é instituída como nova capital de Israel. Bright concorda ao afirmar que:

> De fato, naquele momento, Israel foi provavelmente tão poderoso quanto qualquer potência do mundo de então. Com tudo isto, Israel passava irrevogavelmente para a nova ordem. (...) Seus domínios eram quase equivalentes às possessões egípcias da Ásia, no apogeu do império. Incluíam toda a Palestina, de leste a oeste, do deserto até o mar, com suas fronteiras ao sul bem dentro do deserto do Sinai, ao longo de uma linha do Golfo de Acaba até o Mediterrâneo, no rio do Egito (*Wadi el-Arîssh*).[92]

Sobre este período, Finkelstein e Silberman são taxativos em concordar com a existência histórica deste período, porém, discordam com o esplendor destes reinados e as datas de seus registros históricos:

> Não há razões para duvidarmos da historicidade de Davi e Salomão. Há, sim, muitos motivos para questionarmos as dimensões e o esplendor de seus reinos. Mas, e se não existiu um grande império, nem monumentos, nem uma magnífica capital, qual era a natureza do reino de Davi?[93]

[89] FINKELSTEIN, Israel F; SILBERMAN, Neil Asher, 2018, p.110.
[90] FINKELSTEIN, Israel F; SILBERMAN, Neil Asher, 2018, p.118.
[91] ALBRIGHT, 1940, p. 221-222.
[92] BRIGHT, John. *História de Israel*. Tradução por: Euclides C. da Silva. Revisão por: José Carlos Fernandes. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 1978, p. 266-267.
[93] FINKELSTEIN, Israel F; SILBERMAN, Neil Asher, 2018, p.142.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

O mais poderoso aporte arqueológico para registrar a existência de um dos reis de maior destaque deste período, Salomão, são as "portas salomônicas" de Hasor, Gezer e Meguido - ruínas arqueológicas que remetem a seu reinado. Porém, segundo estes dois estudiosos, tal modelo arquitetônico utilizado pelos palácios de Salomão aveio dos palácios bit hilani da Síria, e estes, constatou-se, só aparecem no século IX AEC, ou seja, meio século após o fim do reinado de Salomão, resultando assim, num modelo arquitetônico remetido a seu período, que ainda não existia. Logo, concluem: "Agora nós sabemos que a evidência arqueológica para a grande extensão das conquistas davídicas e para a grandiosidade do reino salomônico foi o resultado de datações equivocadas"[94] e defendem que é necessário reduzir as datas históricos dos reinados destes dois reis em cerca de um século, de acordo com os achados arqueológicos. Além deste fato, pontuam que as características arqueológicas deste período demonstram uma sociedade rural, sem vestígios de estruturas que remontem a grandes reinados como descritos nas escrituras e uma estimativa populacional pequena, para um grande núcleo na região, nesta época: "No século décimo, pelo menos, seu governo não possuía nenhum império, nem cidades com palácios, nem uma espetacular capital. Arqueologicamente, de Davi e Salomão só podemos dizer que eles existiram - e que sua lenda perdurou".

A morte de Salomão acaba por ser o estopim para que as já existentes tensões tribais explodissem em revoltas e rebeliões que dividiriam o reinado em dois: o Reino do Sul (Judá), com duas tribos, mantendo a capital em Jerusalém, e o Reino do Norte (Israel), com as demais 10 tribos, tendo como capital Samaria. Este episódio ficou conhecido como *O Cisma* e sobre ele, Bright pondera que:

> Assim que Salomão morreu (922) a estrutura por Davi levantada desabou precipitadamente, sendo substituída por dois Estados rivais de relevância secundária. Estes Estados viveram lado a lado, às vezes em guerra entre si, outras vezes em amigável aliança, até que o Estado do Norte foi destruído pelos assírios, precisamente 200 anos mais tarde. (722/1).[95]

Finkelstein e Silberman discordam da afirmação de que em algum momento, o Reino do Norte e o Reino do Sul tenham constituído uma única unidade política, antes de romperem definitivamente. Pesquisas arqueológicas demonstram que as ondas de ocupação das montanhas palestinas na Idade Antiga do Bronze (3500-2200AEC), na Idade Média do Bronze (2000-1550 AEC) e na Idade do Ferro I (1150-900 AEC) sempre apresentam a existência de sociedades distintas e separadas, sendo a região norte, baseada em agricultura mais povoada que o Sul, com

[94] FINKELSTEIN, Israel F; SILBERMAN, Neil Asher, 2018, p.140.
[95] BRIGHT, 1978, p. 302.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

populações nômades, sempre. Além disso, os Textos de Execração egípcios mencionam neste período em Canaã dois núcleos separados, e não únicos: Siquém e Jerusalém. Por isso, os autores concluem que:

> A evolução das colinas de Canaã em duas distintas entidades políticas foi um desenvolvimento natural. Não há evidência arqueológica em lugar algum de que esta situação de norte e sul tenha surgido de uma anterior unidade política – muito menos de uma localizada no sul.96

Apesar de serem povos distintos, partilhavam em comum, entretanto, o culto a Iahweh, escrita e dialeto semelhante. Por quê, porém, as escrituras sagradas retratam uma história diferente da fatual? Na visão desses dois autores, têm a ver com quatro profecias ligadas pela narrativa bíblica à queda deste império supostamente unificado: A primeira fala de Salomão como responsável pela quebra da unidade (1Rs 11,4-13); A segunda de Jeroboão como "herdeiro do norte", segundo o profeta Aías de Silo (1Rs 11,31-39); a terceira trata de Jeroboão recebendo, em Betel, a profecia de "um homem de Deus" sobre Josias que destruirá o altar de Betel (1Rs 13,1-2); e a quarta de Aías de Silo falando à esposa de Jeroboão do extermínio de sua dinastia e do exílio de Israel (1Rs 14,7-16):

> De um lado ele descreve Judá e Israel como Estados irmãos; de outro lado, ele mostra forte antagonismo entre eles. Era ambição de Josias expandir-se para o norte e tomar posse dos territórios montanhosos que outrora pertenceram ao reino do norte. Assim, a Bíblia legitima esta ambição, explicando que o reino do norte se estabelecera sobre os territórios da mítica monarquia unida, que fora governada a partir de Jerusalém; que havia um reino israelita irmão; que sua população era composta de israelitas que haviam prestado culto em Jerusalém; que os israelitas ainda vivendo nestes territórios deveriam voltar seus olhos para Jerusalém; e que Josias, o herdeiro do trono davídico e da promessa eterna feita a Davi, era o único legítimo herdeiro dos territórios do vencido Israel. Por outro lado, os autores da Bíblia precisavam deslegitimar o culto do norte – especialmente o santuário de Betel – e mostrar que as típicas tradições religiosas do reino do norte eram todas más, que elas deveriam ser eliminadas e substituídas pelo culto centralizado no Templo de Jerusalém.[97]

Após a suposta ruptura aonde o Reino de Israel posteriormente é dominado pelos assírios, ocorre um dos acontecimentos de maior destaque e marcantes para a história deste povo, o *Cativeiro da Babilônia.* Trata-se de um episódio no qual o império babilônico, em expansão, conquista o território da Palestina e submete o Reino de Judá, e como destaca Albright: "Em quinze anos houve pelo menos três grandes invasões caldeus a Judá, que foi finalmente posta de joelhos pela destruição de Jerusalém em 587 a.C. e completamente

[96] FINKELSTEIN, Israel F; SILBERMAN, Neil Asher, 2018, p.158.
[97] FINKELSTEIN, Israel F; SILBERMAN, Neil Asher, 2018, p.167.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

esmagada por calamidades subsequentes."[98] Sobre a importância deste evento para os judeus, Bright salienta:

> A destruição de Jerusalém e o exílio subsequente marcam a grande linha divisória da história de Israel. De um golpe, sua existência nacional terminou e, com ela, todas as instituições sobre as quais a vida de corporação se tinha expressado: nunca mais Israel seria recriado precisamente da mesma forma. Com o Estado destruído e, como consequência natural, com o culto nacional supresso, chegara ao fim a antiga comunidade de culto nacional. E Israel se tornara, no momento, um aglomerado de indivíduos arrancados de suas raízes e vencidos, não mais um povo por nenhuma marca externa. Porém, a maravilha está em que sua história não terminou, apesar de tudo. Israel não somente sobreviveu à calamidade, mas, formando uma nova comunidade das ruínas da antiga, retomou sua vida como povo. Sua religião, disciplinada, e fortalecida, igualmente sobreviveu, encontrando ao aos poucos a direção que deveria tomar nos séculos futuros. No exílio, e depois do exílio, nasceu o Judaísmo.[99]

Este exílio israelita durou cerca de 70 anos, até que um outro império em ascensão, o persa, sob a liderança de Ciro, subjugou os babilônicos, libertando assim os israelitas em 539 a.C., possibilitando que entre os anos de 538 a.C. e 522 a.C. um número considerável de israelitas retornassem à Palestina, reconstruindo assim seu Templo nos anos 520-515 a.C.[100] Apesar da libertação, a partir deste ponto, "Israel não era mais uma nação e, portanto, não mais possuía instituições nacionais" [101], explicitando-se deste ponto como tal acontecimento desarticulou este povo como Estado.

Para abordar a história dos Palestinos com a região, irei narrar uma etapa significativa do processo de ocupação da região da Palestina, a partir do momento em que Constantino incorporou a região ao seu império em expansão. Com o islamismo em ascensão, ele chega ao território em 637 d.C., com a tomada do território pelos árabes, se agregando às religiões presentes ali, até então o judaísmo e o cristianismo. Este ciclo se fecha com As Cruzadas, que impõem ao território o domínio do império otomano, e a terra permanece sob domínio muçulmano até 1918 d.C., quando, após o fim da Primeira Guerra Mundial, há a partilha dos territórios para o domínio europeu.[102]

O período romano de dominação sobre o território que hoje é a Palestina se estendeu até 700 d.C. e continuou nesta região mesmo após a queda do império romano do ocidente.

Nos anos 300 d.C., Constantino estabeleceu a capital do império Romano em Bizâncio, chamando-a de Constantinopla, na atual Turquia e seguiu governando Roma do Oriente. Como

---

[98] ALBRIGHT, 1940, p. 247. (tradução própria)
[99] BRIGHT, 1978, p. 463.
[100] ALBRIGHT, 1940, p. 247.
[101] BRIGHT, 1978, p. 504.
[102] SOARES, 1989, P. 8-9.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

Constantino se cristianizou, assim como todo o império romano, nesse período, a região da Palestina experimentou uma forte cristianização nesse período, com a construção de templos para peregrinações. Este período foi de intenso desenvolvimento e enriquecimento da região, "graças à intensificação do comércio com a Índia e às visitas dos peregrinos"[103]. Essa dominação prosseguiu até os anos 638 d.C., quando os árabes, recentemente islamizados por Muhammad começaram a invadir a região, na intenção de implantar grandes impérios islâmicos, chamados de califados. Segundo Aragão, a população da região demonstrou aceitação dos árabes no domínio da Palestina, durante este período:

> Os judeus e samaritanos, a essa altura, ainda importantes grupos na população, tinham poucos motivos para regressar à administração de Bizâncio, cujos costumes de perseguição levada a cabo pelos cristãos contra os pagãos tinham crescido de tom, com mais dureza ainda, depois da expulsão dos invasores persas. Quanto ao resto da população, os cristãos eram arameus e os heterodoxos preferiram o governo dos árabes ao dos bizantinos, com os quais tinham pouco em comum, quer em religião, quer em etnia.[104]

Essa dominação seguiu até os anos 1.200 D.c. e sofreu uma forte influência muçulmana, tendo ocorrido a construção de muitas mesquitas pela Palestina. A partir deste período, tiveram início as Cruzadas, expedições de reinos europeus cristãos que buscavam dominar a região. As quatro primeiras Cruzadas foram as que tiveram mais influência, na região da Palestina:

> A primeira Cruzada, entre 1096 e 1099, tinha objetivos bastante claros: libertar a Terra Santa de seus ocupantes muçulmanos e, em seguida, assegurar a defesa dos Estados Latinos do Oriente. O grande resultado foi a conquista de Jerusalém, em julho de 1099. Na segunda Cruzada, de 1146, as diretivas do papa já não eram obedecidas com rigor. Dela participaram o rei da França, Luís VII, e o imperador germânico, Conrado III. (...) No sentido prático, essa Cruzada não obteve grandes resultados e Jerusalém foi retomada por Saladino, príncipe do Egito, em outubro de 1187. A terceira Cruzada foi, então, convocada, para resistir a Saladino. (...) A partir da quarta Cruzada, convocada pelo papa Inocêncio III, em 1204, os interesses comerciais tornaram-se evidentes. O plano consistia em atacar os muçulmanos no Egito e de lá reconquistar a costa da Palestina.[105]

Entretanto, os cristãos não conseguiram manter seu domínio no território e foram expulsos. Após a expulsão dos cruzados, os povos árabes organizaram guardas de escravos treinados, principalmente oriundos dos turcos. A essas guardas, deu-se o nome de Mamelucos. Com as vitórias, os mamelucos foram ganhando notoriedade e destaque político, até se transformarem numa classe social respeitada, vindo a assumir o governo dos califados e

[103] ARAGÃO, Maria José. *Israel x Palestina:* Origens, história e atualidade do conflito. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p. 21.
[104] ARAGÃO, 2006, p.23
[105] DORÉ, Andrea. (2000). *Diplomacia e relações comerciais entre o Oriente e o Ocidente:* duas experiências do século XIII. Rio de Janeiro: Tempo, nº 10, pp. 137-158, p. 137

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.
PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

formando o chamado período de império mameluco, que dominou o território da atual Palestina até o ano de 1517, quando perderam o domínio da região para os Turcos- Otomanos, que constituíram um império que manteve o seu poder até a Primeira Guerra Mundial, quando o império foi derrotado e se desfez, em 1918. Portanto, o domínio turco-otomano na região foi por mais de meio milênio, antes de passar para os britânicos, após o fim da Guerra, até passar para as mãos dos judeus, com a formação do Estado de Israel.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

2.2 O Estado Moderno de Israel e o surgimento dos primeiros grupos extremistas

Até a Primeira Guerra Mundial, grande parte do Oriente Médio fazia parte do Império Turco-Otomano. Buscando independência do domínio turco na região, judeus e árabes se juntaram à Entente e ao final da guerra, vitoriosos, os territórios Turcos, incluindo as regiões das hoje Palestina e Israel, passaram para o domínio britânico, o que permaneceu até 1947. O acordo de Sykes-Picot assinado em 1916, foi o responsável pela divisão dos mandatos nesta região, conforme nos aponta Houat:

> A Carta Constituinte da Liga das Nações, no seu artigo 22, dividiu os territórios que seriam objeto de mandato em três categorias: A, B e C. Os territórios da categoria A eram aqueles que, segundo esse artigo, possuíam um "estágio de desenvolvimento cuja existência como nações independentes pode ser provisoriamente reconhecida". Os territórios da categoria B eram aqueles "em que o Mandatário deve ser responsável pela administração do território". Por fim, os territórios da categoria C "podem ser melhor administrados sob as leis do Mandatário como porções integrais do seu território". Os territórios árabes do ex-Império Turco Otomano, inclusive a Palestina, foram classificados como pertencendo à categoria A.[106]

Com a vitória após o fim da Primeira Guerra Mundial, os Britânicos passaram a permitir de forma maciça a presença e migração do povo na região, a partir de 1917. Cabe ressaltar que no início do século XX a população da Palestina era composta de "uma minoria cristã (11% da população local) e uma esmagadora maioria muçulmana (78% da população local). Os judeus formavam apenas 11% da população da região)".[107]

Entre as décadas de 1930 e 1940, os judeus passaram a migrar em massa para a região. A Inglaterra ainda não havia cumprido a promessa de criar um Estado independente para ambos os povos, e o constante aumento do número de judeus na região devido ao advento do holocausto nazista em meados da Segunda Guerra Mundial, passou a gerar conflitos entre os

---

[106] HOUAT, Stephan Fernandes. *A criação do Estado de Israel e um Estado único como solução dos conflitos*. Belém: Revista Saber, v.7, n.1, p. 293-310, 2008, p. 300.
[107] PAES, Diego Cristóvão Alves de Souza. *Sessenta anos de Israel.* Minas Gerais: Revista Conjuntura Internacional, 2008, p.01.

dois povos. Em 1935 um grupo palestino, com o intuito de combater o mandato britânico e se opor à ocupação de suas terras por sionistas, organizou uma resistência armada que tinha seus objetivos de combate em três fases:

> preparação psicológica e a disseminação do espírito revolucionário, a formação de comitês para recolher contribuições e outros para adquirir armas, comitês de treinamento, segurança, espionagem, propaganda e informação e para contatos políticos – e, então, revolta armada.[108]

O grupo não obteve êxito em seu objetivo, mas foi percursor de uma onda de protestos que culminou na *Revolta Palestina*, em 1936. Durante os anos em que os Britânicos estiveram administrando a região, adotaram uma postura ambígua em relação aos conflitos entre os dois povos. Durante este período, quatro organizações paramilitares sionistas operavam, segundo Gattaz: o *Haganah*, a organização militar judaica oficial na Palestina, porém mantinha atuação ilegal; O *Irgun*, formado por dissidentes do Haganah, realizava ataques a postos militares e soldados britânicos principalmente por meio de sequestro e assassinato; *Stern*, que consistia em dissidentes de Irgun e representava a ala extrema da milícia sionista e atuava contra a dominação britânica e até mesmo contra judeus europeus; Os *Esquadrões Noturnos Especiais* se dedicavam a combater a resistência palestina ao colonialismo sionista.[109]

Após a Segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1947 e 1948, os britânicos transferiram a tutela da região para a ONU, que enfim divide o território entre os palestinos e judeus em uma votação onde "os representantes norte-americanos, nos corredores e lobbies de hotel exercessem grande pressão sobre os países que haviam manifestado oposição à partilha", como pontua Gattaz.[110] Presidida por um brasileiro, Osvaldo Aranha, o Plano de Partilha de 1947 que definiu a divisão do território da Palestina entre muçulmanos e judeus não ficou precisa e clara, desagradando tanto judeus quanto árabes, resultando no agravamento dos conflitos. A favor da partilha, votou a grande maioria dos países europeus e do continente americano. Contra ela, a maioria esmagadora dos países asiáticos e africanos.[111]

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

---

[108] KANAFANI, Ghassan. *A Revolta de 1936-1939 na Palestina*. São Paulo: Sundermann, 2015, p. 38.
[109] GATTAZ, André. *A Guerra da Palestina*: da criação do Estado de Israel à Nova Intifada. São Paulo: Usina do Livro, 2003, p. 82-83.
[110] GATTAZ, 2003, p. 94.
[111] Na Resolução 181 da ONU, foram votos a favor da partilha da Palestina: África do Sul, Austrália, Bélgica, Bolívia, Brasil, Bielo-Rússia, Canadá, Costa Rica, Checoslováquia, Dinamarca, Equador, Estados Unidos, Filipinas, França, Guatemala, Haiti, Holanda, Islândia, Libéria, Luxemburgo, Nicarágua, Noruega, Nova Zelândia, Panamá, Paraguai, Peru, Polônia, República Dominicana, Suécia, Ucrânia, União Soviética, Uruguai e Venezuela; Votaram contra a partilha da Palestina: Afeganistão, Arábia Saudita, Cuba, Egito, Grécia, Iêmen, Índia, Irã, Iraque, Líbano, Paquistão, Síria e Turquia; Abstiveram-se na votação sobre a partilha da Palestina: Argentina, Chile, China, Colômbia, El Salvador, Etiópia, Honduras, Iugoslávia, México e Reino Unido.

Do ponto de vista árabe, a partilha dos territórios beneficiou os judeus, que ficaram com 54% do território, tendo uma minoria de habitantes e os árabes com 46% do território, tendo a maioria da população na região. Sobre este fato, Said aponta que:

> Apesar do fluxo regular de colonos judeus para a Palestina a partir de 1882, é importante notar que nas semanas anteriores à criação de Israel, na primavera de 1948, havia apenas uma grande maioria árabe por lá. Por exemplo, em 1931 a população judaica era de 174.606 pessoas entre um total de 1.033.314; em 1936 o número de judeus subiu para 384.078 entre 1.366.692; e em 1946 eles eram 608.225 numa população total de 1.912.112.[112]

Os árabes rejeitaram esse Estado criado pela ONU, considerando a partilha desproporcional. Os árabes enxergavam essa partilha como mais uma intervenção ocidental em sua região, por não haver representantes árabes no Conselho de Segurança da ONU, enxergando essa partilha como uma imposição colonial ocidental para beneficiar um povo estrangeiro. Em contrapartida, os judeus sofreram perseguições históricas na Europa, como a Inquisição, a não-expressão de sua fé, uma série de massacres, sendo alvo de preconceitos até os dias de hoje. O holocausto foi produto final e radical de uma série de preconceitos antigos que se concretizaram. Evidentemente, ao ser criado um Estado para o seu povo, quiseram o local onde tinham vínculos, que tem algum tipo de história ancestral. Os dois povos, de alguma forma e ao seu modo, sofreram injustiças ao longo da história, particularmente no que se refere ao assentamento territorial. Para Said, é importante frisar a injustiça que o povo palestino sofre nesse momento, em uma situação em que o outro povo envolvido também já sofreu injustiças territoriais, tornando-se "uma ironia complexa: as vítimas clássicas dos anos de perseguição antissemita e do Holocausto tornaram-se, em sua própria nação, carrascos de outro povo, que passou a ser, portanto, vítima das vítimas".[113]

Na percepção de Cattan, a votação da Resolução 181 da ONU para a partilha da Palestina se mostrou ilegal pois a ONU não "possui qualquer soberania ou qualquer outro tipo de direito sobre algum país e, consequentemente, sobre a Palestina. Consequentemente, as Nações Unidas não possuíam poder para decidir a partilha daquele país".[114] Tal partilha também feriu a soberania nacional da Palestina, que desde a dissolução do Império Turco-Otomano ao fim da Primeira Guerra Mundial já se constituía como país independente, conforme frisa Cattan: "com a terminação da existência da Liga, suas funções com respeito aos territórios

[112] SAID, 2012, p. 13.
[113] SAID, 2012, p. 33.
[114] CATTAN, 1978, p. 42.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

sob mandato chegarão ao fim".[115] O autor segue pontuando, sobre a ilegalidade da partilha e a violação dos direitos do povo palestino:

> O povo da Palestina deveria emergir como uma nação inteiramente independente tão logo terminasse a temporária limitação de sua soberania imposta pelo Mandato [portanto, de acordo] com o princípio de autodeterminação dos povos, reconhecido pela Carta [das Nações Unidas] o povo palestino tinha o direito de afirmar sua identidade nacional e preservar a integridade de seu território.[116]

Em 14 de Maio de 1948, antes mesmo dos Britânicos saírem oficialmente do território, os judeus declaram a sua independência e criam o Estado de Israel. Os árabes, já insatisfeitos com a divisão das terras, com esse ato, declaram guerra aos Israelenses no dia seguinte à criação do Estado, iniciando a Guerra Árabe-Israelense de 1948. Fazem parte desta coalisão: Egito, Jordânia, Iraque, Síria, Libano, Arábia Saudita e Iêmen.

Os árabes, ao recusarem a autoridade da ONU quando da fundação do Estado de Israel e imediatamente iniciarem uma invasão imediata ao território recém-fundado, inauguraram uma sucessão de conflitos, marcando o início das relações na região, desde a fundação do Estado de Israel, de forma violenta. Nesse momento, temos dois contrapontos: Os dos judeus, com um Estado recém-fundado, após dois mil anos sem território, tendo que defender a região recém adquirida e os árabes, que tiveram a região dividida, e dividida de uma forma desproporcional.

Israel consegue se organizar em um exército forte e consegue derrotar a Liga Árabe, numa reviravolta vitoriosa que deu ao episódio o nome de *Nakba* (que traduzido para o português significa "catástrofe"). Assinam o Armistício em 1949 e após esse ocorrido, Israel toma posse de mais terras, além das designadas anteriormente pela ONU. Houve uma imigração por expulsão em massa dos palestinos dos territórios ocupados, gerando desejo de justiça e retorno dos refugiados a partir de então às suas terras. Os povos que habitavam essas regiões migraram principalmente para o Líbano e a Jordânia. Mesmo após esse êxodo, ainda restaram palestinos habitando a região da Faixa de Gaza e da Cisjordânia. Os palestinos que por algum motivo permaneceram, são denominados "árabes-israelenses" e foram integrados por Israel como cidadãos, mas com direitos restritos. A expansão de Israel diminuiu consideravelmente o domínio de terras em posse dos árabes na região ao longo dos anos e gerou uma série de reações por parte dos palestinos, e é nesse contexto que muitas organizações da resistência surgem, inclusive de orientação islâmica. Nas palavras de Buzetto:

> Seria impossível, nesse momento, apresentar as posições seja da totalidade das organizações políticas palestinas, pois são inúmeras, sejam as mais antigas,

[115] CATTAN, 1978, p. 42-43.
[116] CATTAN, 1978, p. 46.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

> principalmente ligadas à Organização para a Libertação da Palestina (OLP), ou as mais jovens, nascidas durante a Intifada ou após os Acordos de Oslo e as eleições para a Autoridade Nacional Palestina (ANP). Só entre aquelas que estão na OLP ou surgiram a partir de cisões em partidos da OLP, temos o Fatah, a FPLP, a Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP), o Partido do Povo Palestino (PPP), a FPLP – Comando Geral, a Frente Árabe Palestina (FAP), a Frente Árabe de Libertação (FAL), a Frente de Luta Popular Palestina (FLPP), a Iniciativa Nacional Palestina (INP), a As-Sa'iqa, a União Democrática Palestina (UDP). No campo do nacionalismo islâmico, se destacam o Hamas e a Jihad Islâmica. Todas essas são partidos políticos. No movimento sindical temos a União Geral dos Trabalhadores Palestinos (GUPW), a Federação dos Sindicatos Independentes Palestinos (IFU), a Federação Geral dos Sindicatos Palestinos (PGFTU), entre outras. Entre as mulheres destacam-se a União Geral de Mulheres Palestinas (GUW) e a União dos Comitês de Mulheres Palestinas (UPWC). Entre os camponeses, a União dos Comitês de Trabalho Agrícola (UAWC), filiada à Via Campesina, tem se fortalecido nos últimos anos.[117]

Devido ao grande número de organizações de resistência islâmicas que surgiram na região da Palestina após a criação do Estado de Israel, irei focar nos principais grupos políticos e/ou religiosos que surgiram no decorrer dos anos e nos marcos históricos mais relevantes que contextualizam o seu surgimento.

Em torno de 1950 os árabes começaram a organizar grupos de resistência armadas. Então surge o FATAH, um dos mais importantes grupos de resistência árabe e dominou o cenário político da Palestina até meados dos anos 2000. O seu nome é a sigla de *Harakat Al Tahrir Al Falastini* (Movimento de Libertação Nacional da Palestina), escrita da direita para a esquerda. Salem expressa a base ideológica deste grupo:

> A violência revolucionária é a única via para a libertação da pátria; esta violência deve ser exercida pelas massas populares; o nosso objetivo é eliminar toda a identidade sionista sobre o território ocupado da Palestina, nas suas formas política, econômica e militar; a ação revolucionária deve ser independente de todo o controle dos partidos os estados; a luta revolucionária será de longa duração; a revolução e palestina na origem e árabe no seu desenvolvimento.[118]

Por ser maioria na Palestina, ele exerce grande influência sobre a OLP ao longo dos anos. O grupo tem um caráter nasserista (onde não há só um símbolo de autoridade) e tem uma forte filosofia nacionalista centralizadora. Said sintetiza que "o mais importante é que o Fatah representa o fato derradeiro de ser um palestino oprimido, sem envolver necessariamente cada palestino em uma teoria de guerra de povos ou análise de classes".[119]

---

[117] BUZETTO, Marcelo. *A Questão Palestina*: Guerra, Política e Relações internacionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 32-33.

[118] SALEM, Helena. *Palestinianos, os novos judeus*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978, p. 80-81.
[119] SAID, 2012, p. 183.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

Já o *Hizb al-Tahrir*, em tradução livre, "Partido da Libertação", tinha por objetivo fundar um império muçulmano unificado, o "califado" e tinha objetivos religiosos, se aproximando dos ideais extremistas dos fundamentalistas islâmicos.

Na década de 1960 houve o surgimento da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP) e Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP):

A Organização para a Libertação da Palestina (OLP) foi criada em setembro de 1964 após a primeira sessão do Congresso Nacional Palestino (CNP) em Jerusalém. É uma frente nacional inicialmente formada por vários grupos com o interesse em comum de organizar e consolidar forças palestinas com o propósito de unificar os interesses palestinos num único projeto, através de uniões sindicais. Dentre os grupos que o constituíram estava o FATAH, que detinha a hegemonia da organização. Inicialmente, a OLP pregava que a única forma de libertação da Palestina era a luta armada, o que a caracterizava como uma espécie de organização guerrilheira. Porém, a partir dos anos 1980, a OLP passou a buscar vias mais pacíficas e políticas, e a reconhecer o Estado de Israel. Said resume a importância da OLP para a causa palestina:

> Em suma, o papel da OLP é representar os palestinos como nenhuma outra organização poderia (e, também nesse ponto, a OLP abre espaço para qualquer palestino em qualquer parte; essa é sua realização mais importante); e, além disso, apesar das deficiências de suas políticas ou lideranças, seu papel é manter viva a causa palestina, algo maior do que organizações ou políticas provisórias.[120]

A Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP) é uma dissidência de um dos setores do Movimento Nacionalista Árabe (MNA). Surgiu em 1967 e tem como característica a sua vertente política marxista-leninista, que une a luta pela libertação nacional da Palestina à luta de classes no país. Seu representante Bassam Abu Sherif sintetiza seus ideais: "temos a consciência de que a luta é demorada, até conseguirmos mudar a posição da balança do poder na região, há tanto tempo favorável a Israel e ao imperialismo. A luta é longa, e no seu decorrer também deverão participar grupos progressistas judeus".[121] Lançaram mão de práticas militares, atentados, tentativas de dificultar acordos de paz, do decorrer de sua atuação. Seu caráter marxista o diferencia os outros grupos, principalmente por sua organização:

> Têm uma base social organizada dentro e fora da Palestina; estão sempre presentes em organizações populares e de massas; possuem um vínculo concreto com as lutas da classe trabalhadora palestina; procuram realizar um trabalho de formação política

[120] SAID, 2012, p. 189.
[121] SALEM, 1978, p.89.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

> e ideológica numa perspectiva marxista; têm estimulado e organizado setores importantes da juventude palestina; estão presentes nas principais lutas, campanhas e movimentos unitários; continuam realizando o trabalho de solidariedade e organização com os refugiados; mantem contatos com organizações não sionistas/antissionistas da esquerda israelense; têm procurado estabelecer contatos com movimentos e partidos de esquerda em todo mundo; e optaram por realizar a resistência através de diversas formas de luta, seja a participação político-eleitoral [...] seja a luta de massas, a participação em Organizações Não governamentais e a organização da resistência militar.[122]

A Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP) surgiu em 1969 como uma ramificação da Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP) e discordava das práticas militares utilizados por este grupo. Dentre os objetivos deste grupo que surgiu estão:

> Luta pela instalação na Palestina de um estado democrático e laico; esse objetivo deve ser atingido mediante etapas; formação de uma frente nacional com um programa mínimo comum; concentração no trabalho político dentro dos territórios ocupados e nos campos de refugiados; independência em relação aos regimes árabes; na medida do possível, diálogo e ação conjunta com os grupos progressistas e anti-sionistas de Israel.[123]

A FDLP é incisiva em suas críticas junto a OLP devido a "incompetência da pequena-burguesia para levar até o fim a revolução palestina, criticando a postura antidemocrática e reacionária dos governos árabes e defendendo a necessidade de construção da unidade palestina."[124]

Em 1967, a Guerra dos Seis Dias teve como elemento motivador o "pan-arabismo"125, que defendia uma fundação de uma coalisão árabe para unificar o território árabe, a seu ver dividido por estrangeiros, fruto do Imperialismo, inclusive o Estado de Israel. A Liga Árabe[126] criou em 1964 um Comando Árabe Unificado, posicionando suas forças entre Israel e Líbano. Coggiola pontua que "esse exército responderia unicamente à direção da Liga Árabe e não às autoridades libanesas. Como ressalva se consentiu que essas tropas entrariam no Líbano só com o consentimento de seu governo."[127] Em 1966, Egito, Síria, Jordânia e Iraque firmaram pactos militares de proteção mútua contra Israel; em 1967 o Egito exige que a ONU remova as tropas posicionadas na fronteira de Israel e logo em sequência restringiu "o estreito de Tiran para os navios israelenses, e para todos os navios que tivesses Israel como destino ou origem,

[122] BUZETTO, 2015, p. 68
[123] SALEM, 1978, p.91
[124] BUZETTO, 2015, p. 74.
[125] O pan-arabismo ou nasserismo surgiu nos anos 1950 e trazia consigo ideais nacionalistas árabes, como a libertação dos palestinos, desta forma, indo contra os interesses ocidentais e de Israel na região. Houve a partir daí uma forte aproximação entre Israel e EUA.
[126] A Liga Árabe foi formada em 1945 e tinha como objetivo fortalecer economia, política e cultura entre os países que a compunham, além de realizar a mediação de conflitos e disputas comerciais em favor dos países árabes.
[127] COGGIOLA, 2016, p.291.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

interrompendo o fluxo comercial e logístico de Israel pelo Mar Vermelho"[128], gerando imensos impactos econômicos negativos para Israel. Prevendo uma possível retaliação, o Egito, Jordânia e Síria, apoiados pelo Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Argélia e Sudão posicionaram tropas nas fronteiras de Israel.

Em posição ameaçada, Israel optou por iniciar ataques preventivos, mostrando um exército mais bem treinado e equipado, apesar do número inferior:

> Com o controle total dos céus, porém, as forças israelenses em terra estavam livres para invadir o Egito e a Jordânia. Os reforços árabes tiveram sérios contratempos, o que permitiu que os israelenses tomassem grande parte da cidade sagrada em apenas 24 horas. No terceiro dia da guerra, 7 de junho, as forças jordanianas foram empurradas para a Cisjordânia, atravessando o rio Jordão. Israel tinha tomado conta de toda a Cisjordânia e de Jerusalém. No terceiro dia de luta, todo o Sinai já estava sob o controle de Israel: Israel impusera sua superioridade militar, ocupando a Cisjordânia, o sector oriental de Jerusalém e as colinas de Golã, na Síria.[129]

Nomeada como "A Guerra dos Seis Dias" devido à rápida e decisiva vitória de Israel, essa guerra rendeu como domínio de terras a Faixa de Gaza e Cisjordânia (Palestina), Colinas de Golã (Síria) e Península do Sinai (Egito)[130], afirmando o Estado de Israel como potência bélica.

Esse acontecimento, Said pontua, foi essencial para que os palestinos ganhassem uma nova percepção sobre a luta armada contra a ocupação de seu território: "Após a derrota catastrófica de 1967, tornou-se óbvio que os Estados árabes não poderiam resolver sua disputa com Israel pelas armas."[131]

Em 1973, aconteceu num dia sagrado e comemorativo para os judeus, o episódio que viria futuramente a ser denominado "Guerra do Yom Kippur". O Egito, com o dobro de soldados e contando com o apoio de nações como Síria, Iraque, Cuba e União Soviética devido às relações de Israel com os EUA, atacam de surpresa o território de Israel. Militarmente, houve a vitória do Egito no campo de batalha, porém, devido a pressões externas, numa tentativa de conter o avanço do pan-arabismo, que começou a preocupar o Ocidente, não houve ocupação de territórios israelenses.

Durante o período da década de 1970 o Egito e Estados Unidos se aproximaram, com a expansão da política externa dos EUA sobre o Oriente Médio: "havia interesses norte-

[128] COGGIOLA, 2016, p. 292
[129] COGGIOLA, 2016, p.293.
[130] A resolução 242 da ONU determinou a desocupação destes territórios, o que ainda não foi completamente atendida por parte de Israel. Somente desocupou a Península do Sinai, em um acordo posterior com o Egito, em 1979.
[131] SAID, 2012, p.191.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

americanos envolvidos, constantes alusões à importância estratégica e civilizadora da região, manchetes de grande pompa e drama".[132] O Egito enxergou uma oportunidade de obter apoio dos EUA na região, que até então era exclusivo de Israel. Em troca de fornecimento de armas, financiamentos, treinamento militar e proteção do Egito contra possíveis retaliações árabes, com a mediação dos EUA, Anwr Sadat, presidente do Egito assina um acordo de Paz em 1978 com Israel. Israel devolve as terras da Península do Sinai para o Egito e com isso, tem o reconhecimento da legitimidade do Estado de Israel por este país, abandonando também o apoio aos palestinos:

> Visto que Israel não tinha nenhum conflito territorial real com o Egito, foi relativamente fácil prometer devolver a Sadat um Sinai desmilitarizado [em troca de] um acordo geral de "segurança" com os Estados Unidos, um fornecimento de petróleo garantido por quinze anos, cerca de 15 bilhões de dólares em armas e ajuda, um grande mercado árabe extremamente vulnerável para explorar e uma enorme força de trabalho egípcia sem qualificação e barata.[133]

A assinatura do acordo tem esse nome pois ocorreu em Camp David, nos EUA e seus termos foram desastrosos para a causa palestina, como ressalta Sayeg:

> A uma parte do povo palestino (menos de um terço do total) foi prometida uma parte de seus direitos (excluindo o direito nacional à autodeterminação e à soberania) em uma parte de sua terra natal (menos de um quinto da área total); e essa promessa deve ser cumprida daqui a muitos anos, por um processo em etapas, no qual Israel terá poder de veto sobre qualquer acordo. Além disso, a vasta maioria de palestinos está condenada à perda permanente de sua identidade nacional palestina, ao exílio permanente e à condição de apátrida, à separação permanente entre eles e a Palestina – a uma vida sem esperança ou sentido nacional.[134]

Logo após sua assinatura, "Israel anunciou vinte novos assentamentos na Cisjordânia, já pontilhada de 77 outros"[135]. A partir deste acontecimento, a OLP, perdendo apoio, opta por uma postura mais política e de diálogo. A situação do povo palestino durante a década de 1980 era de um território dividido, que para ser atravessado, era necessária a autorização de Israel. Gattaz pontua que foi um período marcado por:

> políticas de deportação, tortura de detidos, prisões em massa, demolição de casas, espancamento e assassinato de pessoas inocentes – entre elas crianças, mulheres e idosos – e humilhação dos palestinos em sua vida cotidiana através de revistas arbitrárias, bloqueios, toques de recolher, fechamento de escolas e instituições comunitárias, etc.[136]

[132] SAID, 2012, p.208
[133] SAID, 2012, p.234.
[134] SAYEG *apud* SAID, 2012, p. 242.
[135] SAID, 2012, p. 220.
[136] GATTAZ, 2003, p.168.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

Israel passou a fazer ‘assentamentos” em território palestino, o que torna ainda mais delicada a resolução de questão territorial da Palestina, pois de alguma forma, há israelenses habitando de forma definitiva esse território, que demonstra a não intenção de abandono das terras. Todo esse contexto resultará na Intifada, em 1987.

Com a ascensão de Yassef Arafat no Egito, o período de relativa paz chegou ao fim. Esse líder mais uma vez declarou guerra contra Israel, que contra-atacou, destruindo bases estratégicas no Líbano.

Nesse contexto, em retaliação, foi criado o grupo extremista Hezbollah, em torno de 1985, que é visto pelos muçulmanos e palestinos como um grupo de resistência contra Israel, mas encarado como grupo terrorista pela maior parte do mundo ocidental e pela liga Árabe.

Apesar dos conflitos, Israel continuou a se expandir, criando comunidades judaicas na Cisjordânia e em Gaza, contribuindo com as alterações de ânimo nessas regiões.

As violações de direitos civis e humanos, bloqueios, invasões a casas, revistas e proibições a recursos básicos por parte de Israel aos palestinos causaram uma profunda insatisfação na população palestina e desencadeou em uma série de revoltas civis espontâneas contra o domínio israelense nessas regiões, que ficaram conhecidas como Intifada, ou “Revolta das Pedras”, em 1987. O termo significa “levante”, em árabe. As revoltas populares se caracterizaram pela discrepância no uso da força entre os lados, numa “eclosão de protestos, greves, boicotes e confrontos violentos, nos quais os jovens palestinos reagiam às balas com pedras”.[137]

Essa fase caracterizou-se por um grande apoio midiático e mundial aos palestinos, inclusive da ONU e culminou no reconhecimento da independência do Estado da Palestina em 1988 durante uma sessão da ONU, excetuando-se do voto a favor nessa sessão EUA e Israel. Os esforços diplomáticos mostraram-se eficazes e fizeram com que em 1993 encerrassem-se as Intifadas.

Nesse período, já existia na Palestina a *Irmandade Muçulman*[138] (*Ikhwan AlMuslimun*), que era um grupo pacífico, com estratégias de ações socioeconômicas de suporte à população, mas com nenhuma proposta prática de expulsão dos israelenses do território ocupado. Hassan al-Banna, seu fundador, acreditava que este deveria ser um movimento social “que mobilizasse

[137] VISENTINI, Paulo G. Fagundes. *O grande Oriente Médio:* da descolonização à primavera árabe. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, p. 56.

[138] A Irmandade Muçulmana é a mais antiga organização fundamentalista conhecida e é considerada percursora dos Grupos fundamentalistas islâmicos. Foi fundada entre 1928 e 1929, no Egito e lutavam pela aplicação da sharia como legislação civil.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

os egípcios em torno do Islã e criasse as bases da verdadeira liberdade"[139]. Essa percepção de falta de ação imediata para enfrentamento à ocupação a Palestina, acabou gerando um outro grupo que almejava a libertação por via armada dos palestinos e o fim de Israel, o Hamas, que se caracteriza por ser um movimento islâmico de resistência, autor de diversos ataques civis. Hamas é a sigla para *Harakat al-Muqãwamat al-Islãmiyyah* (Movimento de Resistência Islâmica, em português), em síntese, o Hamas se autocaracteriza como:

> (...) um movimento nacional de libertação da Palestina que luta pela libertação dos territórios ocupados e pelo reconhecimento dos direitos legítimos dos palestinos (...) O movimento luta contra Israel, um Estado agressor, usurpador e opressor que dia e noite ergue seu rifle contra o rosto de nossos filhos e filhas. (...) O Islã é inteiramente o quadro de referência ideológica do Hamas. Encontra-se nos valores islâmicos a fonte de inspiração do movimento para seus esforços de mobilização e, em especial, para tratar da enorme diferença de recursos materiais entre, de um lado, o povo palestino e seus aliados, e, de outro, os israelenses e seus aliados. (...)Trata-se de uma organização política, cultual e social calcada em bases populares que possui uma ala militar separada especializando-se na resistência armada contra a ocupação israelense. [140]

O Hamas possui base religiosa e não possui viés declaradamente político como outros grupos, mas "se mostra contente com a forma capitalista de economia, que está baseada na livre iniciativa".[141] A década seguinte à criação do Hamas irá se caracterizar na Palestina como anos de crise uma polarização entre o Fatah e o Hamas. De um o Fatah, com base na Cisjordânia, que é um grupo pacifista laico e nacionalista, mas que que após anos de tentativas de diálogo não consegue encontrar uma resolução para a questão da Palestina e cada vez mais vai perdendo adeptos, que passam a enxergar a luta armada como uma alternativa mais eficaz e do outro lado o Hamas, com base na Faixa de Gaza, que se coloca como representante dos grupos religiosos, negando qualquer tentativa de diálogo com Israel.

Em 1993 houve uma tentativa de paz definitiva, para que Israel aceitasse a Palestina como Estado soberano e os Palestinos aceitassem a existência de Israel: Os Acordos de Oslo. Foi movida por Yasser Arafat, representante do Fatah, e Yitzhak Rabin, representando Israel.

Durante a Guerra do Golfo, em 1991, a OLP apoiou o Iraque e isso enfraqueceu a organização midiaticamente e politicamente. Segundo Gattaz, "terminada a Guerra do Golfo, a OLP estava diplomaticamente isolada e em grave crise financeira, devido à cessação do apoio financeiro do Kuwait e da Arábia Saudita".[142] Isso fez a OLP abrir mão de seus princípios e concordar em assinar os acordos de Oslo, em 1993.

---

[139] PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. *Islã:* Religião e Civilização –uma abordagem antropológica. Aparecida: Editora Santuário, 2010, p. 148.
[140] HROUB, Khaled. *Hamas*: um guia para iniciantes. Rio de Janeiro: Difel, 2008, p. 44 – 45.
[141] HROUB, 2008, p.100.
[142] GATTAZ, 2003, p.180.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

O acordo consistia numa redivisão de territórios na Cisjordânia e Faixa de Gaza, definindo quais seriam da posse exclusiva da Palestina e de Israel, e quais seriam territórios palestinos com influência de Israel, devido ao enorme número de assentamentos israelenses espalhados por todo o território da Palestina. Said salienta que:

> Celebraram-se os acordos de Oslo em 1993, que "cediam" alguma autonomia aos palestinos em trechos limitados do território, como contrapartida ao fornecimento de garantias de segurança a Israel, mas postergavam a discussão de temas mais espinhosos, tais como os direitos dos refugiados e o status de Jerusalém.[143]

O acordo não foi muito bem aceito pela população de ambos os países, resultando no assassinato de Rabin por um extremista judeu que era contra o acordo e na perda da influência política de Arafat, pois sua atitude passou a ser vista como rendição aos olhos dos palestinos, visto que ficariam só com cerca de 18% do que deveria ser seu território original e deste território, a maior parte era imprópria para o cultivo, o que inviabilizava completamente a sobrevivência e autossuficiência nestes locais. Neste contexto, o Hamas ganhou maior força de atuação na causa Palestina.

Pode-se dizer que o acordo de Oslo delineia a situação do conflito com maior solidez nos dias de hoje, pois ele redefine quais seriam os territórios palestinos e os territórios israelenses. E esse redesenho de mapa torna a questão da Palestina ainda mais atual, pois a maioria das questões dos conflitos atuais na Palestina está vinculada ao fracasso deste acordo na manutenção da divisão destes territórios.

Apesar do fracasso do acordo, ele resulta na criação da "Autoridade Nacional Palestina" (ANP), também reconhecida pela ONU, aonde os palestinos passam a ter uma entidade política que os representa de fato, diferente da OLP.

A despeito dos Acordos de Oslo, que definiu os territórios de cada país, Israel continuou a expandir seus assentamentos e ocupando cada vez mais territórios, desrespeitando o acordo que manteve a relativa e frágil paz até então.

Devido à provocação do então Ministro da defesa Ariel Sharon ao visitar a Esplanada das Mesquitas em 28 de setembro de 2000, causando revolta palestina, teve início outro conflito civil nesse período, a segunda Intifada, resultando em mortes civis entre israelenses e Palestinos.

Com a justificativa de supostamente proteger os Israelenses dos ataques do Hamas, Ariel Sharom cria um muro como barreira na Cisjordânia, que era onde se localizavam essas

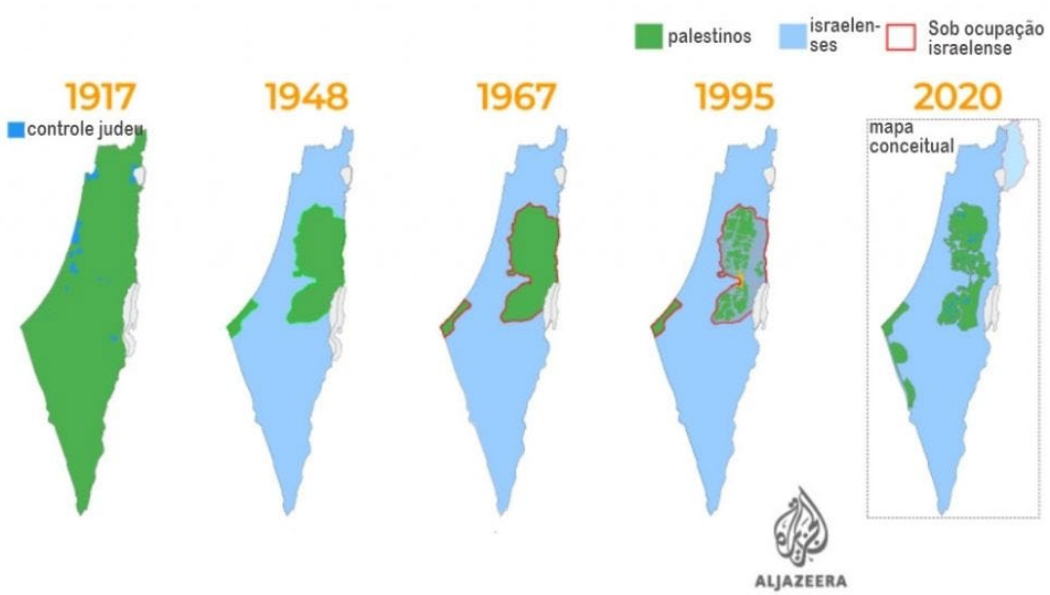
[143] SAID, 2012, p. XI

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

comunidades judaicas. O governo de Israel foi acusado de invadir território palestino, durante a empreitada.

Em 2005 Israel abandona a Faixa de Gaza, porém, reforça a sua presença na Cisjordânia. A morte de Yassef Arafat em 2005 e sua sucessão por Mahmoud Abbas, diminui ainda mais a influência do Fatah entre os grupos pró-libertação palestinos, que já estava enfraquecido devido a acusações de corrupção e o Hamas, grupo mais extremista e religioso, passa a ter controle do governo Palestino, aumentando ainda mais sua influência, e consequentemente, a tensão entre Palestina e Israel.

Figura 1. Ocupação da Palestina.



Fonte: Al-Jazeera[144]

[144] Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/5/18/mapping-israeli-occupation-gaza-palestine>. Acesso em 30 jun. 2023.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

Figura 2. Muro de separação. Fonte: Al-Jazeera[145]

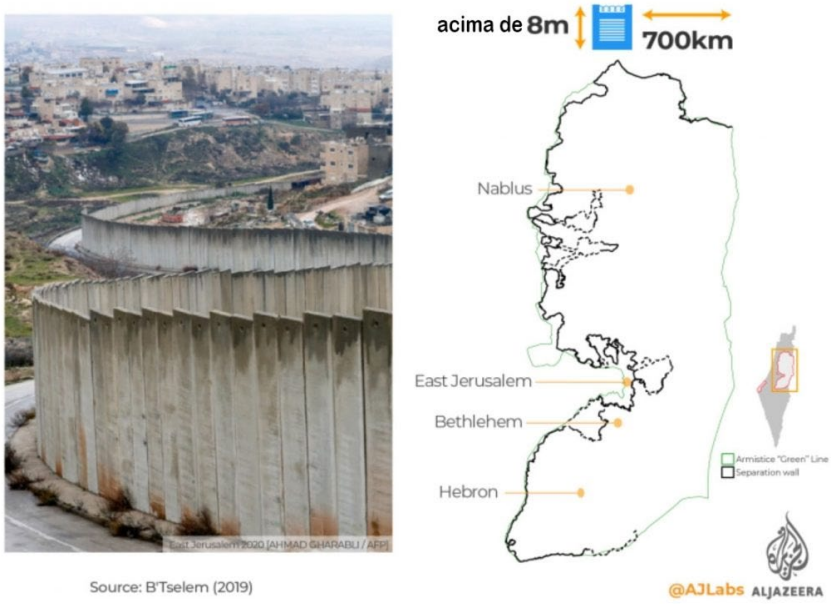
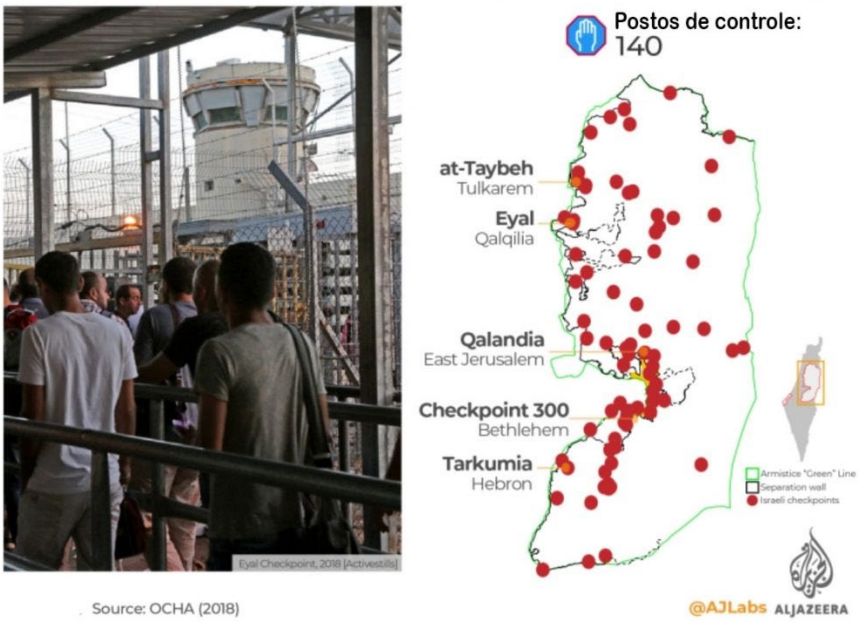


Figura 3. Postos de controle israelenses. Fonte: Al-Jazeera[146]



Um dos pontos dos Acordos de Oslo foi a garantia da democracia na Palestina, através de eleições. Em 2006, Ismail Haniya, representante do Hamas, foi eleito para Primeiro-Ministro

[145] Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/5/18/mapping-israeli-occupation-gaza-palestine>. Acesso em 30 jun. 2023.
[146] Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/5/18/mapping-israeli-occupation-gaza-palestine>. Acesso em 30 jun. 2023.

no país. Colocar um grupo extremista à frente do país naquele momento representa um provável desejo por mudanças mais assertivas por parte do governo palestino em relação aos conflitos que se arrastam por décadas. Porém, do ponto de vista Ocidental e de Israel, era a consolidação de um grupo terrorista no poder.

Israel e a comunidade internacional não reconheceram o governo do Hamas, democraticamente eleito. Devido a isso, os recursos internacionais repassados à ANP de organizações como a ONU e também o repasse dos impostos dos palestinos foram cortados e o diálogo de Israel e de toda a comunidade internacional com a Palestina foi continuada através do Fatah, em recusa ao reconhecimento do governo eleito do Hamas. Uma das medidas de rechaço de Israel à vitória do Hamas foi o bloqueio do acesso à Faixa de Gaza. Os palestinos, em contrapartida, criticaram Israel e o Ocidente pelo não reconhecimento da vitória legítima do Hamas, com base na democracia acordada nos Acordos de Oslo, assinada por Israel.

A partir deste ponto, o Hamas e o Fatah engatam em uma crise partidária interna, pois o Hamas luta para ter a sua legitimidade reconhecida, enquanto o Fatah é o único partido que dialoga com Israel e o Ocidente, acarretando uma guerra civil na Palestina.

Desde que assumiu o controle da Palestina, o HAMAS e o governo de Israel se atacam violentamente, pela posse territorial da região. Nestes últimos anos, milhares de soldados e civis morreram devido a esses conflitos.

Said nos apresenta a perspectiva de que as organizações da resistência de orientação islâmica são resultado da busca do povo palestino em reaver o seu território e a sua identidade:

> Como tenho dito, as principais doutrinas da identidade palestina estão alicerçadas na necessidade de reintegração da terra e da realização da soberania palestina. O sionismo sempre negou não somente a legitimidade dessa necessidade, como também sua realidade. Quanto maior a insistência palestina, mais profunda a negação sionista e mais concretamente articulada era a consciência minoritária de Israel, que, é claro, intensifica-se em períodos de conflito.[147]

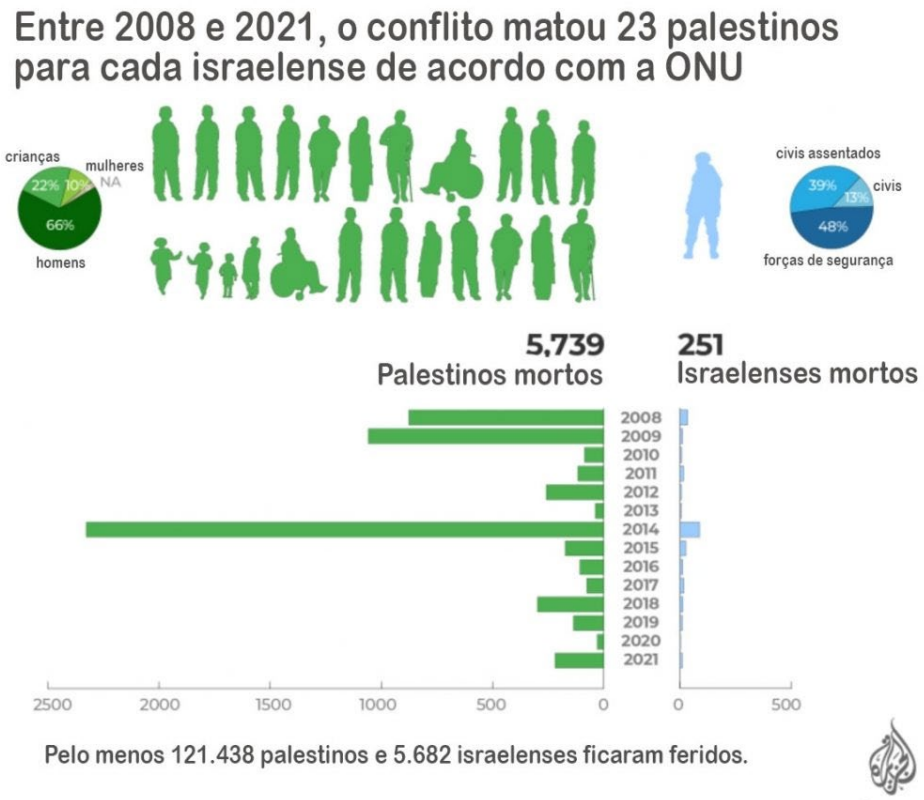
O resultado desses conflitos ao longo dos anos é de incontáveis mortes e destruição da região. À esta altura, não é prioridade avaliar quem é o culpado, ou quem iniciou este conflito, mas como se trará paz, a este território.

[147] SAID, 2012, P.170.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

Figura 4. Saldos do conflito. Fonte: Al-Jazeera[148]



2.3 Uma resposta à questão?

Ao analisarmos superficialmente o conflito da Palestina, num primeiro momento, pode-se ter a impressão equivocada de que é uma questão impossível de se resolver. Judith Butler, ao tratar das questões entre esses dois povos, busca unificar as teorias de pensadores israelenses e palestinos como Said, Arendt, Lévinas e Benjamin, defendendo e argumentando a favor de um binacionalismo entre Israel e Palestina, de uma coabitação entre Judeus e Palestinos, como uma possível solução deste impasse que se arrasta por tantos anos:

> "Essa adjacência não escolhida, esse viver com os outros e em contraposição a eles, pode perfeitamente se tornar a base para um binacionalismo que busque desfazer o nacionalismo (...) Essa coabitação seria guiada pela memória e pelo apelo à justiça que surge da despossessão, do exílio e da contenção forçada, não só para dois povos, mas para todos os povos"[149]

[148] Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/5/18/mapping-israeli-occupation-gaza-palestine> . Acesso em 30 jun. 2023.
[149] BUTLER, Judith. *Caminhos Divergentes:* judaicidade e crítica ao Sionismo. Tradução: Rogério Bettoni. 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2017, p.181.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

Ao sintetizar as teorias de binacionalismo proposta por Said, a coabitação por Arendt e a memória por Benjamin, Butler defende que é possível convivência não-violenta entre esses dois povos, perfomatizando um encontro entre estes autores judeus e palestinos, de uma maneira que sua argumentação não é apenas uma proposição teórica, porém algo possível de ser realizado.[150]

Para Butler, é indispensável o afastamento do pensamento de que toda à crítica ao Estado de Israel, é uma crítica ao povo judeu. Estas afirmações limitam o debate sobre o tema, trazendo para um campo religioso e particular, um debate que deveria ser amplo, político e ético. Sobre isso, a autora afirma:

> se eu conseguir mostrar que existem recursos judaicos para a crítica da violência de Estado, da subjugação colonial das populações, da expulsão e da despossessão, terei conseguido mostrar que uma crítica judaica da violência de Estado Israelense é, pelo menos, possível – talvez até eticamente obrigatória.[151]

Não é antissemítico criticar as decisões do Estado de Israel e suas ações como país, porém, é importante reconhecer que algumas críticas ao estado de Israel são antissemíticas e que eles devem ser combatidos, assim como nos oporíamos a qualquer forma de racismo ou xenofobia. E como toda forma de racismo, o antissemitismo não é aceitável. Porém, não podemos assumir que uma crítica ao Estado de Israel seja antissemitismo, a menos que inclua retórica antissemita ou estereótipos antissemíticos. Os princípios da ética judaica não devem ser falados e determinada por uma única voz. Butler ressalta a importância deste princípio:

> Um ponto, no entanto, já parece claro: igualdade, justiça, coabitação e crítica da violência de Estado só podem continuar sendo valores judaicos se *não* forem exclusivamente valores judaicos. Isso quer dizer que a articulação desses valores deve negar a primazia e a exclusividade do quadro de referência judaico, deve passar por sua própria dispersão. Na verdade, como espero demonstrar, essa dispersão é uma condição de possibilidade para pensar a justiça, e seria bom lembrarmos dessa condição no tempo presente.[152]

É possível, dentro da tradição judaica, desenvolver uma crítica ao Estado de Israel pela disposição e subjugação do povo palestino desde a sua fundação, em 1948 ao compreendermos que o Estado de Israel por si só não exemplifica todos os valores que uma pessoa encontra no judaísmo, que ele não representa exclusivamente a tradição judaica. O Estado Israel deveria ser um Estado democrático, que trata a todos os seus cidadãos com a mesma justiça,

---

[150] A proposta de Judith Butler, baseada principalmente nas teorias de Said, Arendt e Benjamin, pode ser sintetizada no seguinte trecho de sua obra: "Essa adjacência não escolhida, esse viver com os outros e em contraposição a eles, pode perfeitamente se tornar a base para um binacionalismo que busque desfazer o nacionalismo (...) Essa coabitação seria guiada pela memória e pelo apelo à justiça que surge da despossessão, do exílio e da contenção forçada, não só para dois povos, mas para todos os povos" (BUTLER, 2018, p. 181)

[151] BUTLER, 2017, p.11-12.

[152] BUTLER, 2017, P.14.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

independentemente de sua religião ou etnicidade. Deveria ser um Estado que se opõe à desigualdade social dentro de seu país, que não exerce militarismo e controle colonial sobre seus cidadãos, e deveria ser um Estado que faz reparações sociais honestas pelo despojo ao longo dos anos dos que se tornaram 5,7 milhões de refugiados palestinos no decorrer da intervenção do Estado de Israel na região[153].

Butler cita a obra de Edward W. Said, *Freud e os não europeus,* para articular duas reflexões essenciais em sua argumentação, utilizando-se da narrativa bíblica de Moisés, o fundador do judaísmo: a primeira, de que Moisés era estrangeiro (foi criado como egípcio), o que significa que não devemos pensar em árabes e judeus como opostos, mas nos árabes como parte da fundação dos judeus. Butler defende:

> Na verdade, ele nos remete à figura de Moisés para mostrar que um momento fundacional do judaísmo - aquele em que a lei é transmitida para o povo – centra-se numa figura para a qual não existe distinção de vida para árabe e judeu. Uma coisa está implicada na outra - será que essa figura também não seria útil para entendermos como as duas identidades se articulam entre si fora dos termos da situação presente, em que Israel, reivindicando representar um Estado baseado em princípios de soberania judaica pratica formas de domínio colonial sobre os palestinos mediante privação de direitos, ocupação, confisco de terras e expulsão?[154]

Se ressaltarmos essa percepção de que nas raízes da origem do judaísmo se encontra um estrangeiro, seremos capazes de repensar todo o conceito de pertença na fundação da tradição judaica e na atual postura política do Estado de Israel em relação à nacionalidade, e ao outro.

A segunda reflexão que Butler trata, baseada na análise de Said, fala do "deslocamento" do povo judeu, retratado na Bíblia no livro de Êxodo, situação que hoje de igual modo povo palestino também passa, na condição de refugiados decorrente da ocupação de seus territórios. Nesse aspecto, Butler problematiza um ponto crucial:

> O Estado de Israel é responsável pelo deslocamento forçado dos palestinos e de sua subjugação constante; a despossessão dos judeus da Europa e sua destruição constituem sua história catastrófica própria, separada. Consideremos que existem modos historicamente específicos de catástrofe que não podem ser medidos ou comparados por nenhum padrão neutro ou comum. No entanto, não seria possível entender a despossessão dos outros e fazer frente a ela com base em outras extrapolações de sua própria história de despossessão?[155]

[153] Dados retirados do relatório da Agência da ONU para Refugiados: "Tendências Globais 2020". Disponível em <https://www.unhcr.org/60b638e37/unhcr-global-trends-2020#_ga=2.57199402.1687736795.1649532422-244097877.1649532422> Acesso em 09 de abril de 2022.
[154] BUTLER, 2017, P.38.
[155] BUTLER, 2017, P.38.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

Figura 5. Cidadãos palestinos de Israel. Fonte: Al-Jazeera[156]

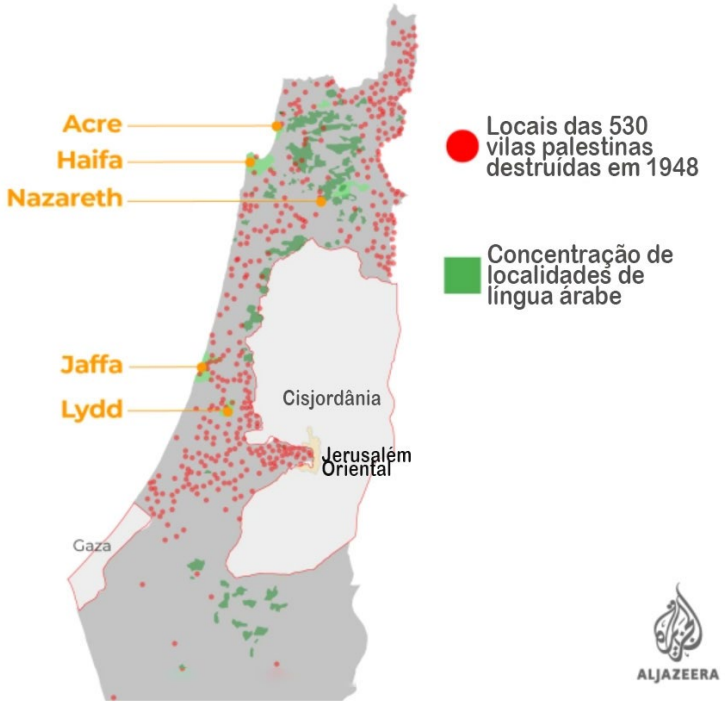
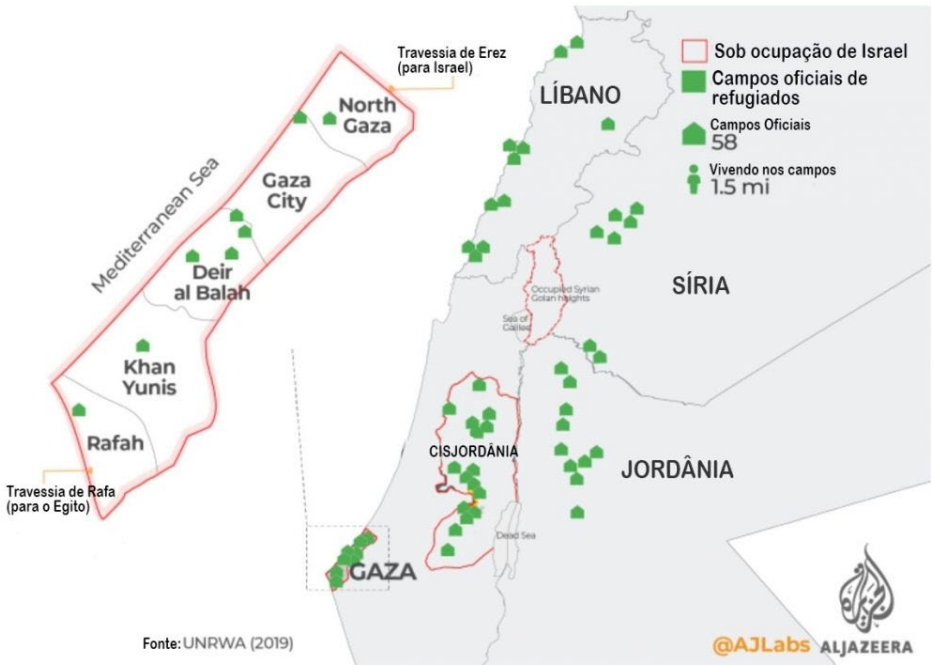


Figura 6. Refugiados. Fonte: Al-Jazeera[157]



[156] Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/5/18/mapping-israeli-occupation-gaza-palestine> . Acesso em 30 jun. 2023.

[157] Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/5/18/mapping-israeli-occupation-gaza-palestine>. Acesso em 30 jun. 2023.

Said aponta que os judeus foram refugiados antes dos palestinos, e essa experiência histórica em comum de expropriação pode servir como base para formar um novo conceito de coabitação entre esses dois povos. Para Said, esta é a prática de relacionar, e não apenar identificar, a experiência e o sofrimento do outro, de uma forma universal. Esta prática nos protege da possibilidade de esquecer acontecimentos de opressão e que essa prática se repita em outro lugar, em outra época. Said objeta o exílio ao frisar que:

> É inadequado afirmar apenas que um povo foi espoliado, oprimido ou massacrado, e que lhe foram negados seus direitos e sua existência política (...). Isso não significa de modo alguma perda de especificidade histórica; trata-se, ao contrário, de uma prevenção para evitar que uma lição sobre a opressão, aprendida num determinado lugar, seja esquecida ou violada numa outra época ou lugar. E só porque representamos os sofrimentos vividos pelo nosso povo — sofrimentos que nós mesmos poderíamos ter vivido —, não estamos livres do dever de revelar que nosso próprio povo pode estar agora cometendo crimes semelhantes contra suas vítimas.[158]

Said enxerga dentro da experiência histórica dos judeus uma possibilidade de solidariedade para com os refugiados palestinos e frisa a importância de estabelecer relacionamentos de igualdade entre os grupos que sofreram opressão. Mesmo que a opressão se dê de formas distintas entre dois povos, o sofrimento político não é justificável e não é aceitável aonde quer que ele ocorra. Não é o suficiente manter a preocupação com o sofrimento do seu próprio grupo, é necessário extrapolar, sair da própria situação para enxergar a dos outros.

Butler enfatiza que inspirados pela narrativa bíblica, cabe a nós analisarmos a história de Moisés e trazê-la para as circunstâncias contemporâneas, numa tarefa de transpor e fazer uma análise ética do êxodo: todo povo que foi forçado a abandonar a sua terra diante da possibilidade de morte deve ter o direito o direito de retornar, ou o direito de encontrar um novo local de pertencimento: o direito à cidadania. Se todos os povos têm igual direito de pertencimento, então, nenhum grupo deve ser refugiado em detrimento a outro. Portanto, a história tem que ser transposta e universalizada, para não acabarmos sendo contraditórios, ao afirmar que só alguns povos refugiados têm direito a um lar. O direito à terra a todos os refugiados deve ser um ideal ético e político.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

[158] SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993.* Tradução de Milton Hatoum. — São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 53

3 TRABALHANDO O TEMA COM O ENSINO MÉDIO

Nos capítulos anteriores, busquei apresentar, de forma conceitual e histórica aspectos do conflito da palestina, apresentando alguns pontos fundamentais para o entendimento e discussão da questão palestina, no que diz respeito aos aspectos religiosos que permeiam o conflito. O século XXI conferiu às questões religiosas um protagonismo nas questões sociais. A disciplina de história deve ter uma abordagem adequada para criar conhecimentos na escola que ajudem os alunos a entender de forma crítica o debate sobre o assunto. Neste capítulo, buscarei trazer todas as reflexões abordadas anteriormente de forma a se trabalhar didaticamente com o estudante, visando lhe proporcionar aprendizagens e ponderações reforçadas com criticidade, sobre o tema.

Dreher nos provoca a um questionamento: "Você é fundamentalista? Se a pergunta fosse dirigida a nós, certamente responderíamos com um sonoro não"[159] É necessária uma promoção da reflexão deste questionamento junto ao estudante. Ele precisa ter plena consciência do significado desta pergunta, atento ao risco de se combater fundamentalismo com fundamentalismo, se não nos esvaziarmos de todos os nossos pré-conceitos, ao estudar um tema. O ensino e a aprendizagem da disciplina de história têm um papel fundamental na formação de cidadãos tolerantes, críticos e mais engajados na sociedade já que são responsáveis por desmanchar preconceitos. Oz nos convida à reflexão de pré-conceitos que nós, e os estudantes, somos submetidos continuamente:

> É tudo consequência da globalização!", "A culpa é dos muçulmanos!", "Tudo isso é por causa da permissividade!", ou "por causa do Ocidente!", ou "por causa do sionismo!", ou "por causa desses imigrantes!", ou "por causa da secularidade!", ou "por causa dos esquerdistas!" – tudo que se tem que fazer segundo essas alegações é apagar o que se acha estar sobrando, marcar com um círculo que lhe pareça o mais correto, depois ir lá e matar esse satã (acompanhado dos seus vizinhos ou de quem por acaso estiver perto), e assim abrir de uma vez todos os portões do paraíso. Cada vez mais, para muita gente, o sentimento público mais forte é o de profunda repulsa.[160]

O estudo das religiões e da religiosidade dentro da escola deve partir de um ponto de vista crítico, levando em consideração a compreensão de questões sociais e históricas, municiando assim o aluno com ferramentas conceituais para distinguir as práticas religiosas em vários aspectos e contribuindo para um debate social capaz de desconstruir pré-conceitos.

> Quando se verificam ou listam esses fatos, só se pode chegar à conclusão de que a religião retornou à história. Não conseguimos mais entender a situação do mundo

[159] DREHER, 2006, p. 05.
[160] OZ, 2017, p. 14-15.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

> atual se não tivermos dispostos a reconhecer que a religião também é um fator do processo histórico. Para quem foi formado na tradição iluminista ocidental, [...], essa constatação é sinistra. Sinistra porque o surgimento de movimentos fundamentalistas evidencia que a História da Modernidade segue um curso diferente daquele propalado pelo culto à razão. [...] No entanto, o retorno da religião não é apenas fundamentalismo. É necessário que se pergunte pela importância cultural desses movimentos religiosos. Eles são expressão autêntica da cultura de nossos dias. 161

Somente por meio de uma compreensão do significado histórico e cultural das religiões o aluno será capaz de separar atos políticos de violência de práticas religiosas e ser tolerante com todas as expressões de fé.

3.1 O ensino religioso e o ensino sobre religiões no Ensino Médio

A Constituição Federal, em seu artigo 210, prevê a oferta de ensino religioso na modalidade de ensino fundamental: "O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental."[162]; assim como na Lei de Diretrizes e Bases, que em seu art. 33 dispõe:

> O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.[163]

Podemos observar, desta forma, a relevância na conjuntura e trajetória histórica desta temática religiosa em nosso país, que virou garantia na legislação. O ensino médio, porém, não foi incluído nesta normatização, ficando assim a sua oferta de modo facultativo, nesta modalidade, o que inviabiliza a complementação e até compreensão de sua contribuição para os estudantes de ensino médio.

Em 2016, iniciou-se no país um movimento de reforma do Ensino Médio via Medida Provisória[164] e depois concretizou-se em forma de lei em 2017[165], resultando no Novo Ensino Médio, tendo por fim as suas bases consolidadas pela nova BNCC[166], em 2018.

---

[161] DREHER, 2006, p. 88-89

[162] BRASIL. *[Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 2016, p. 124.

[163] BRASIL. *Lei no 11.274, 6 de fevereiro de 2006*. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as 129 diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 7 fev. 2006.

[164] Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.

[165] Lei Federal nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

[166] A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem por finalidade normatizar e definir o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver no decorrer das etapas e modalidades da

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

No Novo Ensino Médio, houve o aumento da carga horária, que passou do mínimo 800 horas anuais, para 1.000 horas anuais, totalizando 3.000 horas durante o decorrer dos três anos da modalidade. Dentro desta nova carga horária, destinou-se 1.800 horas para o currículo base, que se dividiu em quatro áreas de conhecimento (Matemática e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas), que é comum a todo o Estado brasileiro, e as 1.200 horas restantes, dividiram-se em partes diversificadas, e o quê na BNCC antiga era um currículo comum a todo o Estado Brasileiro, tornou-se flexível, em forma de itinerários formativos, que é definida de acordo com a realidade e particularidade de cada região. É dentro da base de 1800 horas, que abrange a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, que a temática religião encontra lugar, dentro do currículo do ensino Médio, como podemos constatar, ao consultar a BNCC, em sua competência específica de número 5:

> Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos. O exercício de reflexão, que preside a construção do pensamento filosófico, permite aos jovens compreender os fundamentos da ética em diferentes culturas, estimulando o respeito às diferenças (culturais, religiosas, étnico-raciais etc.), à cidadania e aos Direitos Humanos. Para a realização desse exercício, é fundamental abordar circunstâncias da vida cotidiana que permitam desnaturalizar condutas, relativizar costumes, perceber a desigualdade e o preconceito presente em atitudes, gestos e silenciamentos, avaliando as ambiguidades e contradições presentes em políticas públicas tanto de âmbito nacional como internacional.[167]

Levando em consideração que na organização da nova BNCC o ensino se dá dentro de áreas de conhecimentos, significa, na prática, que as disciplinas têm as suas fronteiras diluídas: não há um rol de conteúdos exclusivos; há um conjunto de competências, que se desdobram em habilidades a serem apreendidas pelos estudantes dentro de cada área de conhecimento e que não são exclusivas de nenhuma disciplina, mas da área de conhecimento, como um todo. E é dentro destas competências e habilidades, que o Ensino Religioso pode dar a sua contribuição em eixos que abrangem a diversidade religiosa, como liberdade religiosa, laicidade do Estado, direitos humanos, respeito à diversidade, manifestações religiosas, rituais, simbologias, princípios éticos, relações de gênero, violência, valor da vida, dignidade humana, etnocentrismo, racismo, história, cultura e religiosidade dos povos e etnias, intolerância, etc. Além, inclusive, do próprio conteúdo religioso em si: As doutrinas, princípios e valores que cada religião possui, o sagrado e o profano nas culturas e tradições religiosas, os mitos, rituais,

Educação Básica no Brasil. Sua importância está em ser a balizadora da qualidade da educação em todo o território nacional.

[167] BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018, p. 564.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

textos sagrados, laicidade do Estado, função social da religião, etc. Há todo um conteúdo sociocultural a ser abordado, que pode ir se desdobrando em temas específicos, desde que dialoguem com as habilidades e competências a serem desenvolvidas no ensino médio.

Ainda com base na BNCC, ao analisar as habilidades em que a competência nº 5 da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas se desdobra, é que podemos observar de que várias formas podemos inserir o debate da Questão da Palestina em sala de aula à luz do viés religioso que é um de seus aspectos, sem perder a finalidade pedagógica em sala de aula: (EM13CHS501) Compreender e analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a autonomia e o poder de decisão (vontade).

> (EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e propor ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais.
> (EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.
> (EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.[168]

No que tange a orientação curricular, o Ensino religioso, não estando em nível de ensino médio na Constituição, nem na LDB, e nem na BNCC, o deixa completamente desguarnecido de orientação curricular, o que é torna desafio se trabalhar a temática no que se refere a conteúdos, didática de ensino, materiais didáticos, interdisciplinaridade etc., ficando assim à cargo das outras disciplinas da área de ciências humanas e sociais aplicadas, abordar esta temática, unindo-as ao conteúdo: História, Geografia, Sociologia e Filosofia.

A escola, por ser uma instituição pública, seja ela privada ou mantida pelo Estado, deve ser defensora dos princípios públicos. Os direitos humanos são um dos pilares do Estado democrático de direito, e a escola não deve ser neutra, em face de suas violações, como é observável no conflito entre Israel e Palestina. Abordar essa temática, aliada ao aspecto religioso do conflito, dá aos alunos um panorama muito mais completo, para a reflexão de um tema tão atual e tão relevante.

É nítida a relevância do potencial de contribuição das ciências da religião para a área de ciências humanas e sociais aplicadas, no ensino médio. Os conteúdos conversam e convergem entre as disciplinas, o que permite que um assunto tenha uma abordagem ampla. Como

[168] BRASIL, 2018, p. 564.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

professora da disciplina de história, percebo que há uma intencionalidade pedagógica ao incluir na exposição do conteúdo relativo ao conflito da Palestina os seus aspectos religiosos e de direitos humanos, tornando o debate muito mais completo.

3.2 Proposta de sequência didática

Como forma de transmitir o assunto abordado neste trabalho aos estudantes, proponho uma metodologia em forma de sequência didática em torno do gênero textual oral argumentativo (ver apêndice A). A sequência didática é uma modalidade organizativa do trabalho pedagógico em sala de aula. Dolz, Noverraz e Schneuwly apontam que a sequência didática é "um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito", com finalidade de "dar acesso aos alunos a práticas de linguagem novas ou dificilmente domináveis"[169]. Parte-se de um tema e a partir dele, o professor desdobra várias atividades em torno daquele assunto, visando uma apropriação e consolidação mais ampla do conhecimento, conforme os autores ressaltam:

> Criar contextos de produção precisos, efetuar atividades ou exercícios múltiplos e variados: é isso que permitirá aos alunos apropriarem-se das noções, das técnicas e dos instrumentos necessários ao desenvolvimento de suas capacidades de expressão oral e escrita, em situações de comunicação diversas.[170]

Nesta modalidade, o professor organiza o seu trabalho da seguinte maneira: apresentação da situação; produção inicial; módulos de atividades e produção final[171]. Na sequência didática proposta para trabalhar o tema abordado neste trabalho, sugiro que na etapa da apresentação da situação, onde o professor exporá o gênero e a metodologia a ser utilizada para abordar o assunto, que os alunos apresentem as suas percepções prévias sobre o tema, para em sequência, ainda nesta etapa, o professor apresente o conteúdo. Essa etapa é essencial pois preparará os estudantes para as etapas seguintes da sequência didática, de forma a lhes dar todo o embasamento necessário para se apropriar do tema, conforme apontam Dolz, Noverraz e Schneuwly:

> A apresentação da situação visa expor aos alunos um projeto de comunicação que será realizado "verdadeiramente" na produção final. Ao mesmo tempo, ela os prepara para

[169] DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michele; SCHNEUWLY, Bernard. *Sequências didáticas para o oral e a escrita:* apresentação de um procedimento. In: DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard e colaboradores. Gêneros orais e escritos na escola. Trad. E Org. de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004, p. 97-98.
[170] DOLZ, NOVERRAZ E SCHNEUWLY, 2004, p. 96
[171] DOLZ, NOVERRAZ E SCHNEUWLY, 2004, p. 97.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

> a produção inicial, que pode ser considerada como uma primeira tentativa de realização do gênero que será, em seguida, trabalhado nos módulos.172

Este momento se distribuirá em quatro aulas, podendo ser adaptado pelo professor: duas para exposição de metodologia, sondagem do conhecimento já consolidado por parte dos alunos e apresentação do tema e conteúdo relacionado a ele em si e duas para a sensibilização dos estudantes, utilizando como recurso didático para ilustração do tema trabalhado um filme, a fim de suscitar o debate das aulas seguintes.

Na produção inicial, os alunos se dividirão em grupos para a dinâmica de debate proposta pelo professor; neste momento, terão oportunidade de socializar seus conhecimentos a fim de defender seu ponto de vista; Não se espera que nesse ponto o estudante tenha apreendido todos os conceitos necessários para a compreensão de um tema tão complexo, mas o fato de exporem suas ideias e as socializarem entre sim, de modo a dar forma ao futuro debate que se seguirá na próxima fase, os fará ter contato com pontos de vistas e argumentos diversos que giram em torno do fundamentalismo e dos conflitos que estão sendo estudados:

> a produção inicial tem um papel central como reguladora da sequência didática, tanto para os alunos quanto para o professor. Para os alunos, a realização de um texto oral ou escrito concretiza os elementos dados na apresentação da situação e esclarece, portanto, quanto ao gênero abordado na sequência didática. Ao mesmo tempo, isso lhes permite descobrir o que já sabem fazer e conscientizar-se dos problemas que eles mesmos, ou outros alunos, encontram. Através da produção, o objeto da sequência didática delineia-se melhor nas suas dimensões comunicativas e também se manifesta como lugar de aprendizagem necessária das dimensões problemáticas.[173]

"Nos módulos, trata-se de trabalhar os problemas que apareceram na primeira produção e de dar aos alunos os instrumentos necessários para superá-los."174 O módulo de atividades consistirá na culminância da metodologia de debate proposta pelo professor. Esta fase é quando o aluno, em posse do conhecimento obtido sobre o tema, pode usá-lo em prol do gênero proposto ao professor na situação inicial, que é o gênero textual oral argumentativo, trabalhado nesta fase com os estudantes em forma de debate, numa dinâmica de simulado da ONU. Pode levar uma ou duas aulas, dependendo da interação dos estudantes com o assunto e entre si. O professor pode optar por incluir mais módulos, casa julgue necessário. Aqui, compreendo que pela diversidade de que a sequência proposta dispõe, o objetivo será alcançado com as atividades sugeridas no decorrer dela. A escolha da dinâmica baseada na simulação da ONU ocorreu pelo papel importante desta organização na mediação do conflito entre Israel e

[172] DOLZ, NOVERRAZ E SCHNEUWLY, 2004, p. 98.
[173] DOLZ, NOVERRAZ E SCHNEUWLY, 2004, p. 101.
[174] DOLZ, NOVERRAZ E SCHNEUWLY, 2004, p. 102.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

Palestina. Nesse cenário caótico, a Organização das Nações Unidas trabalha através iniciativas diplomáticas e de mediação, tentando conter a onda de violência desencadeada por ambas as partes.

Em 1947, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Resolução 181, que sugeria a partilha da Palestina em dois estados entre árabes e judeus e isso acentuou as hostilidades e fogo cruzado, gerando anos de um conflito que tem baixas as expectativas de alcançar uma paz duradoura a curto prazo. A ONU, por sua vez, empenha-se na promoção de um diálogo diplomático e na tentativa de mediações, além de criar várias agências e iniciativas para ajudar a lidar com a situação humanitária na região, incluindo a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA), que fornece assistência humanitária à população palestina. É importante lembrar aos alunos, porém, que apesar da atuação da ONU no conflito, o desfecho do conflito depende da vontade política das partes envolvidas. A resolução do conflito entre Israel e Palestina continua a ser um ponto que requer atenção e exige a cooperação e o engajamento de todas as partes interessadas, bem como destaca Hobsbawm:

> Nenhum desses órgãos tem algum poder efetivo além daquele que lhes é conferido voluntariamente pelos Estados, ou por acordos entre eles, ou graças ao apoio de países poderosos. [...] Como apenas os Estados têm poder real, o risco é que as instituições internacionais se mostrem ineficazes ou carentes de legitimidade ao tentarem lidar com questões como os crimes de guerra.[175]

A produção final, com vistas à preparação para o ENEM[176], consistirá na produção de redações que abordem os temas debatidos. Tanto os módulos de atividades quanto a produção final poderão ter caráter avaliativo, como nos indicam Dolz, Noverraz e Schneuwly:

> A sequência é finalizada com uma produção final que dá ao aluno a possibilidade de pôr em prática as noções e instrumentos elaborados separadamente nos módulos. Esta produção permite, também, ao professor realizar uma avaliação somativa.[177]

Abaixo, segue proposta para que os professores de nível médio possam trabalhar o tema em sala de aula:

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

[175] HOBSBAWM, 2007, p. 29.
[176] O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é uma das provas externas realizadas pelos estudantes de ensino médio no país. É aplicada pelo Governo Federal e tem o objetivo de avaliar o desempenho individual dos participantes a nível de conhecimentos adquiridos até o fim do ensino médio.
[177] DOLZ, NOVERRAZ E SCHNEUWLY, 2004, p. 106.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA – ABORDANDO O TEMA O "FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO" NO ENSINO MÉDIO

Modalidade: Ensino Médio

Disciplina(s)/Área(s) do Conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Tema: Abordando o Fundamentalismo Religioso em Sala de aula a partir dos conflitos entre Palestina e Israel

Conteúdos:

- Fundamentalismo Religioso
- Contexto histórico da criação do Estado de Israel
- Início da disputa de territórios e conflitos na Palestina e criação de grupos terroristas
- Direitos humanos

Competência(s) / Objetivo(s) de Aprendizagem:

- Compreender o conceito de fundamentalismo e sua prática nas mais diversas religiões;
- Contextualizar historicamente a formação de Israel como um Estado;
- Conhecer o processo de longa duração do conflito árabe-israelense
- Reconhecimento da história e das fundamentações das religiões envolvidas.

Habilidades da BNCC:

(EM13CHS501) Compreender e analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a autonomia e o poder de decisão (vontade).

(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e propor ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais.

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

Previsão para aplicação: 7 aulas (50 minutos/aula);

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

PRODUÇÃO INICIAL

Objetivo: Apresentação para os alunos da sequência didática que será trabalhada, levantamento de saberes já concretizados pelos estudantes sobre o tema, exposição do conteúdo proposto e sensibilização com filme.

O objetivo desta etapa é deixar claro que apesar de haver sim, fundamentalismos religiosos de ambos os lados que permeiam e agravam os conflitos, que o motivo das disputas é territorial e político e que o resultado de todos os anos deste conflito é de numerosos refugiados e mortos. Deve-se levar os alunos a pensar os conflitos na perspectiva dos direitos humanos e entender o fundamentalismo como uma prática vivenciada por diversas religiões.

Duração: 04 aulas (50 minutos)

Recursos necessários: Caixa de som, notebook, Data show e/ou televisão, para exibição do filme e slides para apresentação dos conteúdos e pincel para quadro branco.

Metodologia/Ação propositiva: Iniciar a aula apresentando a proposta de sequência didática e o tema que será abordado, para os alunos e a sua culminância. Em seguida, realizar um levantamento do conhecimento prévio dos estudantes sobre o que eles acham que significa fundamentalismo religioso, e o que sabem sobre os conflitos entre israelenses e palestinos, e se eles acham que isso influencia a guerra da região hoje. O professor pode ir anotando as pontuações dos estudantes no quadro branco, para depois voltar a este ponto e dar os devidos apontamentos para reflexões. Em seguida, o professor apresenta o conteúdo aos estudantes. Inicia-se esclarecendo os conceitos de fundamentalismo religioso para em sequência abordar o processo histórico da divisão da Palestina e criação do Estado de Israel. Serão utilizadas duas aulas expositivas dialogadas sobre o conteúdo e duas aulas para a sensibilização do tema, com o filme sugerido.

Inicia-se trabalhando o conceito de fundamentalismo religioso, pois quando se fala nos conflitos entre Israel e Palestina, um dos temas mais levantados e questionados pelos estudantes é o terrorismo, mais especificamente baseado no fundamentalismo religioso, que é o tipo mais veiculado pela mídia. É importante os estudantes terem a compreensão de alguns dos aspectos que podem motivar tais atos. Para a condução dessa aula, será necessário estar apropriado do conceito de fundamentalismo, que é trabalhado no primeiro capítulo deste estudo, partindo dos princípios expostos por Martin Marty:

- Tem caráter oposicionista: Se contrapõe e tudo e todos que podem lhes ameaçar.
- São anti-hermeneuticos: Seus textos sagrados são tidos como verdades absolutas e expressões do divino

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

- São contra a modernidade: O contato com o novo, ameaça os seus valores e tradições.

Iniciar a aula lançando o questionamento aos alunos sobre o que entendem por fundamentalismo. Permitir que os estudantes exponham o que sabem, e observar quais as principais associações que realizam, enquanto se registra no quadro um resumo das ideias e opiniões apresentadas. À medida que os alunos pontuem seus pontos de vistas, o professor pode solicitar alguns exemplos de práticas que representem o fundamentalismo nas religiões. É provável que durante as respostas surjam exemplos associados a alguns atos praticados por grupos terroristas que seguem o Islamismo como religião, como o terrorismo. Entretanto, é importante conduzir os alunos à reflexão de que o fundamentalismo pode ser praticado por seguidores das mais variadas religiões, e que estes podem apresentar uma perspectiva intolerante e demasiadamente rígida a respeito de outras tradições. É relevante deixar claro, que esse tipo de alienação pode acarretar ações violentas e que no fim das contas esses grupos representam acima de tudo a defesa de uma ideologia, do que de uma doutrina religiosa.

Espera-se desta etapa que os alunos compreendam que as características do fundamentalismo são aplicáveis às mais diversas realidades e religiões. O professor deve esclarecer que a finalidade desta aula não é colocar em xeque a opção religiosa de nenhum indivíduo, mas fazer com que os alunos compreendam como alguns grupos podem utilizar a religião como base para disseminar discursos de ódio, violência, preconceito e repúdio a outras religiões e com finalidades políticas e que o fundamentalismo pode ser praticado por todas as religiões. Neste ponto, o professor pode também trazer para a sala de aula algumas reportagens sobre o tema, para ampliar o debate.

Após explanado o conceito de fundamentalismo religioso, e de como ele pode influenciar em vários aspectos do conflito estudado e se apresentar em diversas religiões, e não exclusivamente em uma, o professor pode em seguida adentrar no aspecto histórico da aula, conforme trabalhado no segundo capítulo deste estudo e apresentar aos estudantes todo o contexto da criação do Estado de Israel, a ligação do povo judeu com o território, sua saga ao longo da história, a influência do sionismo na construção da idealização da Palestina como lar dos judeus, os conflitos que se iniciaram imediatamente após a criação do Estado de Israel e seus desdobramentos que se seguem até os dias de hoje, como a criação de grupos extremistas e o uso do terrorismo nos ataques.

Esta etapa da aula tem um viés mais histórico e é onde deve ser desconstruído o conceito equivocado que os estudantes demonstram muitas vezes de que o conflito entre esses dois países tem razões essencialmente religiosas, apesar de haver aspectos religiosos que inevitavelmente

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

permeiam o conflito. O professor deve esclarecer os conceitos de sionismo e jihad, que acabaram se entranhando ao processo dos conflitos, ora como causa, ora como consequência, mas não como exclusivo motivador dos embates

Para sensibilizar os alunos a respeito da temática, recomenda-se a exibição do filme "Uma Garrafa no Mar de Gaza" (do original francês "Une Bouteille à la Mer"), que pode ser encontrado também no *YouTube.* O filme conta a história de Tal, uma jovem judia que reside em Jerusalém e que deseja compreender o motivo por sua cidade recebe ataques que matam tantos inocentes. Ela pede para que seu irmão jogue no mar um recado em uma garrafa, que contém uma mensagem e o seu e-mail para contato. A garrafa com a carta é recebida em Gaza pelo jovem palestino Naïm e ele passa a se comunicar com a garota por e-mail. Inicialmente, as mensagens são hostis, mas com o tempo eles passam a ser amigos e confidentes e é interessante ver a evolução da relação entre os jovens, de países em guerra entre si. O filme é relevante para os alunos do ensino médio pois os protagonistas têm idade semelhante aos estudantes e mostram o desenrolar da trama de uma perspectiva a partir desta ótica juvenil de enxergar o mundo. O filme não foca em se posicionar a favor ou contra nenhum dos dois lados, mas mostra aspectos reais e relevantes da guerra, e os impactos dele nos inocentes de ambos os países: pessoas que sonham com o fim do conflito e com a convivência pacífica. É uma mensagem de esperança, porém não se trata de um filme otimista, pois os ataques entre os países ainda persistem, sem previsão de resolução. Ao fim do filme, ao trazer o assunto para a reflexão, o professor pode para trabalhar o aspecto dos direitos humanos que permeiam este conflito, abordado no presente estudo em torno das teorias de Judith Butler de coabitação e de orientalismo, de Edward Said, no segundo capítulo.

MODULOS DE ATIVIDADES

Conteúdo: Fundamentalismo religioso e Criação do Estado de Israel

Objetivo: Atividade para sistematização de informações e Simulação da ONU

Duração: 02 aulas

Recursos necessários: Projetor data show, folhas de papel, canetas, cadeiras, bandeiras personalizadas, cronômetro.

Metodologia/Ação propositiva: Para a consolidação dos conhecimentos e esquematização dos argumentos para a atividade seguinte, proponha aos alunos que se sentem em grupos (de preferência o que utilizarão para compor a simulação da ONU) e preencham a tabela abaixo, ou que o professor utilize o Datashow para que todos os estudantes possam visualizar as questões e pensar na sequência de argumentações do próximo módulo. As respostas podem

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

permanecer com os estudantes, para que os mesmos reflitam em suas constatações e a utilizem de roteiro para a simulação da ONU. É uma atividade para ser debatida em grupo, colocando dessa forma os estudantes na posição de protagonistas na construção dos saberes adquiridos. O professor, nesta etapa, é um intermediador e facilitador do conhecimento.

Fundamentalismo Religioso	
Pontue algumas características do fundamentalismo.	
O Fundamentalismo é um fenômeno que se manifesta em apenas uma religião?	
Cite exemplos de expressões fundamentalistas em nas religiões cristã, islâmica e judaica.	
Cite ao menos um aspecto fundamentalista religioso expressado no sionismo e no islã.	

Formação do Estado Moderno de Israel	
Os judeus tinham um país, antes de 1948? Aonde viviam?	
Cite ao menos um motivo para a justificativa da criação de um Estado para os Judeus	
Descreva a sequência de acontecimentos que	

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

culminou na formação de Israel como um país oficial	
Descreva os principais conflitos ocorridos após a criação do Estado de Israel.	

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

Para consolidar o aprendizado e trabalhar a compreensão dos fatos estudados e a capacidade de argumentação, sugerimos a realização de uma dinâmica de simulação da ONU. Esta dinâmica, também conhecido como MUN (Model United Nations) foi criada nos Estados Unidos e tem como finalidade proporcionar aos estudantes uma vivência como diplomatas, promovendo uma maior visibilidade dos problemas globais e levar o estudante, por meio de debate, alcançar soluções acerca de problemáticas internacionais. Cada grupo de estudante representará um país participante da ONU em forma de uma delegação, que será distribuído por sorteio. Os alunos defenderão o ponto de vista do país que estará representando. Através desta atividade o aluno tem oportunidade de melhorar a sua oratória, comunicação, confiança, capacidade de negociação, capacidade de síntese, conhecer novas culturas e questões mundiais. Nesta dinâmica, em particular, o professor irá propor uma reunião do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados e os países participantes deverão debater propostas e apresentar resoluções para a situação dos refugiados em decorrência do conflito entre Palestina e Israel.

1ª Etapa: Sorteio dos grupos (delegações). Sugiro que os países participantes sejam escolhidos entre os atuais membros permanentes da comissão de segurança da ONU: Estados Unidos, França, Reino Unido, China e Rússia; entre os membros de mandato rotativo atuais: Brasil, Albânia, Gabão, Gana, Emirados Árabes Unidos (AEU), Índia, Irlanda, Quênia, México e Noruega; além dos países envolvidos no conflito: Israel e Palestina. Lembrando que, para que a atividade atenda aos objetivos, é fundamental que os alunos se preparem antecipadamente, pesquisando informações sobre o tema e o impacto em seus países para basear a sua argumentação. As delegações devem expor os posicionamentos e interesses dos países que representam. Um DPO (Documento de Posicionamento Oficial) deve ser elaborado previamente por cada país.

2ª etapa: Simulação. O diretor da mesa deve abrir com o discurso inicial e em seguida faz-se a chamada para confirmar a presença de cada país na reunião, que deve levantar a sua bandeira ao ser chamado, confirmando sua presença.

3ª etapa: Leitura do DPO: Cada país expõe seu posicionamento a respeito da situação dos refugiados em decorrência do conflito entre Palestina e Israel, registrando o seu posicionamento.

4ª etapa: O Diretor da mesa abre as inscrições para os debates. As delegações que desejarem participar, devem levantar as suas bandeiras, para que o secretário registre a ordem dos oradores. Cada delegação terá dois minutos para expor suas opiniões:

- Os discursos podem comentar o que foi dito pelos outros delegados
- Os discursos podem apresentar novas ideias para a comissão debater
- Um(a) delegado(a) pode apresentar uma moção para encerrar o debate se considerar que a comissão está pronta para votar

5ª etapa: Votação. O diretor da mesa propõe as moções e resoluções para votação. Os países a favor devem levantar sua bandeira. Para serem aprovadas, devem ter maioria de votos

6ª etapa: Ao fim da sessão da comissão, o diretor da mesa lê as moções, recomendações e resoluções que foram aprovadas durante os debates e encerra a sessão.

A avaliação desta atividade pelo professor pode ocorrer por meio da observação do desenvolvimento da dinâmica e pela análise das argumentações apresentadas pelos dois grupos, da participação das testemunhas e da argumentação dos jurados em relação à motivação que tiveram para realizar tal escolha. Além disso, o professor pode elaborar exercícios sobre a temática ou solicitar que os alunos produzam um texto sobre o conteúdo.

PRODUÇÃO FINAL

Conteúdo: Fundamentalismo, Terrorismo e Criação do Estado de Israel

Objetivo: Elaboração de produção escrita com foco no ENEM e Avaliações externas

Duração: 01 aula

Recursos necessários: Projetor data show, folhas de papel, canetas.

Metodologia/Ação propositiva: Nesta etapa, os temas abaixo serão distribuídos entre os alunos, de forma que cada um receba ao menos um e possa construir, partindo da frase-tema recebida, elaborar um de até 30 linhas dissertativo-argumentativo, com uma proposta de intervenção. Os alunos utilizarão os conhecimentos e reflexões adquiridos nas aulas anteriores, seja no conteúdo apresentado pelo professor, seja no debate suscitado entre os estudantes, que abordou vários pontos e perspectivas do tema estudado:

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

- De que forma sionismo influenciou na criação do Estado de Israel, como conhecemos hoje?
- O Holocausto, ocorrido durante o século XX, foi uma perseguição sistemática de minorias europeias como muçulmanos, ciganos, comunistas, discordantes do regime nazista Alemão, além de judeus. Esta prática exilou um imenso número de pessoas deste povo. É possível afirmar que o conflito persistente entre Israel e Palestina, possa ter causado impactos semelhantes?
- O Hamas, considerado um grupo terrorista devido à série de atentados suicidas cometidos contra israelenses, surgiu em 1987, no início da primeira Intifada, com o objetivo de combater a ocupação israelense e expandir a fé islâmica. Em 2006, o Hamas venceu democraticamente as eleições parlamentares na Palestina, porém, sofreu oposições de outros países e hoje, sua principal área de influência é a regia da Palestina chamada Faixa de Gaza.
- (UFMG –2010) No início do século XX, a expressão fundamentalismo foi cunhada, no mundo ocidental, para designar a tendência de alguns grupos cristãos a recusar aspectos do mundo moderno – como o racionalismo e o liberalismo -, em nome de um retorno às Escrituras Sagradas. Posteriormente, em fins do mesmo século, o termo começou a ser usado em outros contextos e situações e ganhou notoriedade com o advento do Fundamentalismo Islâmico, que se caracteriza pelo mesmo impulso de retornar aos fundamentos da religião. Alguns grupos terroristas encontram inspiração em tal movimento religioso, mas é um equívoco confundir terrorismo com fundamentalismo.

2. CITE duas razões para a emergência do Fundamentalismo Islâmico. Razão 1 –

Razão 2 –

2. ANALISE uma dessas razões.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi propor uma análise do contexto e da forma como o fundamentalismo religioso é abordado no ensino de história na modalidade do ensino médio, tomando como referência os conflitos na Palestina. Os professores, alunos, e sociedade em geral, por vezes, encontram-se cercados por percepções e informações muitas vezes superficiais, unilaterais e distorcidas sobre este conflito. Por isso, é importante incentivar ao professor que aborde questões contemporâneas relevantes de forma a abranger todos os aspectos possíveis, principalmente no que diz respeito a questões relativas ao Oriente Médio, já que nós, ocidentais, tendemos a enxergá-los como "outros", e nos distanciarmos da análise adequada de tudo o que diz respeito à orientalidade.

Além disso, a busca pelas raízes históricas desses conflitos permite mostrar aos alunos a importância de conhecer a história do Oriente Médio, que nem sempre é abordada da devida forma nos livros didáticos. O tema permite o desenvolvimento de debates sobre o respeito às diferenças, ou seja, a necessidade de entender as diferenças entre as religiões e seu impacto, direto ou indireto na organização e política dos Estados. Nem todos os grupos de resistência palestina são terroristas ou fundamentalistas religiosos. Ao contrário, os que mais se destacam são os que são engajados politicamente na luta pela libertação de seu território.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

É preciso analisar constantemente o material didático disponível nas escolas brasileiras para garantir que ele mude e amplie a compreensão da realidade dos estudantes, potencializando-a. A proposição deste trabalho, ao gerar uma sequência didática como exemplo de como trabalhar o tema fundamentalismo religioso em sala de aula é estabelecer estratégias de aprendizagem que permitam aos alunos ir além das informações superficiais que recebem diariamente; é torná-los cidadãos críticos e empáticos ao que acontece não somente a seu entorno, mas no mundo em que vive.

O estudo crítico da história, partindo de uma perspectiva ampla, inclusive da religiosa, nos permite uma reflexão mais completa sobre os conflitos contemporâneos, como a compreensão do conflito árabe-israelense. Descobrir o cerne de problemáticas que permeiam questionamentos atuais, como por exemplo sobre o motivo da insistência de Israel ocupar territórios palestinos, sobre a razão dos palestinos resistirem e não deixarem o território, dos grupos de resistência de fundo religioso que surgiram a partir da ocupação e o contexto no qual atuam, a explicação de porquê a ONU outorgou a um país com população estabelecida a sede de outra nação, etc. As respostas a estas questões só são esclarecidas através da compreensão dos fenômenos político, histórico-geográfico, econômico e religioso que liga os indivíduos às

terras hoje consideradas israelenses. O ensino de disciplinas das ciências humanas no ensino médio, permeando inclusive o aspecto religioso consolida-se, portanto, como um corpo de conhecimentos que pode subsidiar a reflexão sobre diversas questões sociais. Permite aos alunos desconstruir as opiniões da mídia sobre questões contemporâneos e permite uma visão processual dos fenômenos culturais. Também nos ajuda a criar uma abordagem mais tolerante à dinâmica social e a determinar a partir de que "lugar" uma pessoa cria e reconstrói a sua percepção social.

Este trabalho não tem como objetivo encerrar as possibilidades de abordagem sobre este tema em sala de aula, mas sim oferecer uma referência para o estudo do fundamentalismo religioso junto aos estudantes e sua abordagem no ensino de história. Este estudo também aspira proporcionar maior visibilidade à necessidade de abordagem crítica de temas religiosos em sala de aula, principalmente nas aulas de história. De que forma compreenderemos as mais diversas manifestações fundamentalistas sem entender as correntes religiosas? Como questionar o radicalismo islâmico sem conhecer o Islã? Como identificar os diversos tipos de fundamentalismos, se estamos dotados de pré-conceitos?

Despertar o sentimento crítico dos alunos, o respeito às diferenças, tolerância e cidadania são funções do ensino de história. Por isso, é importante abordar a questão do Fundamentalismo em sala de aula como estratégia para criar condições que levem a uma educação mais plural, necessária, para as questões que se colocam no século XXI.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

PPGER Faculdade Unida de Vitória

REFERENCIAS

ALBRIGHT, William Foxwell. *From the stone age to Christianity*: monotheism and the historical process. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1940.

APOLINÁRIO, Maria Raquel; KOPEZYNSKI, Manuel Carlos Garcez; ZANCHETTA, Carlos. *O terrorismo*: a ameaça do século XXI. Disponível em: http://www4.moderna.com.br/pnld2011/download/complementacao_pedagogica/geografia/terrorismo_ameaca_do_seculo_xxi.pdf. Acesso em: 23 jan. 2021.

ARAGÃO, Maria José. *Israel x Palestina:* Origens, história e atualidade do conflito. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus:* o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. (H. Feist, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BOFF, Leonardo. *Fundamentalismo, terrorismo, religião e paz*. 1 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

BORGES, Anselmo. *Religião e diálogo inter-religioso*. Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

BRASIL. *Lei no 11.274, 6 de fevereiro de 2006.* Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as 129 diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 7 fev. 2006.

BRASIL. *[Constituição (*1988*)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

BRIGHT, John. *História de Israel*. Tradução por: Euclides C. da Silva. Revisão por: José Carlos Fernandes. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 1978.

BUTLER, Judith. *Caminhos Divergentes:* judaicidade e crítica ao Sionismo. Tradução: Rogério Bettoni. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

BUZETTO, Marcelo. *A Questão Palestina*: Guerra, Política e Relações internacionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CATTAN, Henry. *A Palestina e o Direito Internacional*. Curitiba: Grafipar, 1978.

CHAUÍ, Marilena. *Fundamentalismo religioso*: a questão do poder teológico-político. *In* Filosofia Política Contemporânea. Controvérsias sobre Civilização, Império e Cidadania. Atílio A. Boron, Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. São Paulo, Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2006.

CHOMSKY, Noam; ACHCAR, Gilbert. *Perilous Power:* The Middle West and US foreign policy. Londres: Penguin, 2007.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

CLEMESHA, Arlene. *Palestina, 1948-2008*. 60 anos de desenraizamento e desapropriação. Scientia Agricola, 5, 167-187, 2018.

COELHO, Rosana de Souza; JORGE, Marco Antônio Coutinho. *O fundamentalismo religioso e suas vicissitudes éticas e políticas. Trivium,* Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 11-23, jun. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912018000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 jan. 2022.

COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução Árabe e o Islã*: entre Panarabismo, Pan-islamismo e socialismo. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.academia.edu/> Acesso em 08 jun. 2023.

COSTA, H. S. *O Revivalismo Islâmico*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas –Centro de Estudos Islâmicos da Universidade Técnica de Lisboa, 2001.

COTRIM, Gilberto. *História global:* Brasil e geral. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CUNHA, Lucas Pereira. *A cultura judaico-cristã e a sua relação com os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988*. Dissertação (Mestrado em ciências das religiões) - Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2014.

DREHER, Martin Noerberto. *Fundamentalismo*. São Leopoldo: Sinodal, 2006.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michele; SCHNEUWLY, Bernard. *Sequências didáticas para o oral e a escrita:* apresentação de um procedimento. In: DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard e colaboradores. Gêneros orais e escritos na escola. Trad. E Org. de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

DORÉ, Andrea. (2000). *Diplomacia e relações comerciais entre o Oriente e o Ocidente:* duas experiências do século XIII. Rio de Janeiro: Tempo, nº 10, pp. 137-158.

FARES, Mohamad Ahmad Abou. Introdução ao Sagrado Alcorão. Curitiba, 1988.

FERNANDES, Dalvani; GIL FILHO, Sylvio Fausto. *Geografia em Cassirer:* Perspectivas para a geografia da religião. *GeoTextos*, vol. 7, n. 2, 211-228, dez. 2011. Disponível em https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/5283/4092 Acesso em: 21 jan. 2021.

FINKELSTEIN, Israel F; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia desenterrada*: a nova visão arqueológica do antigo Israel e das origens nos seus textos sagrados. Trad. Nélio Schneider. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

GATTAZ, André. *A Guerra da Palestina*: da criação do Estado de Israel à Nova Intifada. São Paulo: Usina do Livro, 2003.

GIORDANI, Mário Curtis. *História da Antiguidade Oriental.* 13. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

GRIEV, Paul. *A brief to Islam*. New York: Carroll & Graf Publishers, 2006.

HATHOUT, Hassan. *Viagem pela mente de um muçulmano*. Espanha: American trust publications, 2014.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

HERZL, Theodor. *O Estado judeu.* Tradução por: David José Pérez. Rio de Janeiro: Mercaz-Wizo Brasil, 1954.

HERZL, Theodor: 1860-1904. *The complete diaries of Theodor Herzl.* Tradução por: Harry Zohn. Edição por: Raphael Patai. New York: Dial Press, 1960.

HOBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOUAT, Stephan Fernandes. *A criação do Estado de Israel e um Estado único como solução dos conflitos*. Belém: Revista Saber, v.7, n.1, p. 293-310, 2008.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HROUB, Khaled. *Hamas*: um guia para iniciantes. Rio de Janeiro: Difel, 2008.

JUNGLAUS, Guilherme M.; SEDLMAYER, Karla L.; NASCIMENTO, Victor de M. *Conflito Israel e Palestina:* uma análise sobre as negociações de paz e as perspectivas de resolução do conflito. Revista Fronteira, Belo Horizonte, v. 17, n. 33, p. 110 - 123, 1° sem. 2018.

KANAFANI, Ghassan. *A Revolta de 1936-1939 na Palestina*. São Paulo: Sundermann, 2015.

LANNES, S. B. *A Formação do Império Árabe–Islâmico:* História e Interpretações. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2013.

LAURIA, Bianca Vince; SILVA, Henrique Roder; RIBEIRO, Poliana Garcia. *O Estado Islâmico.* Série Conflitos Internacionais, v. 2, nº 2, Marília, abr. 2015. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v-2-n-2- o-estado-islamico.pdf.> Acesso em: 05 mai. 2023.

LIVERANI, Mario. *Para Além da Bíblia:* História Antiga de Israel. São Paulo: Loyola, 2008.

M. MISLEH, Soraya. *Qaqun:* história e exílio de um vilarejo palestino destruído em 1948. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Cultura Árabes) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MARTY, Martin E. *O que é fundamentalismo?* - Perspectivas teológicas. Revista Concilium, Ecumenismo, 1992.

MURR, V. *The Power of Ideas*: Sayyid Qutb and Islamism. Rockford College Summer Research Project 2004. Disponível em: http://www.stephenhicks.org/wp-content/uploads/2009/02/murr-qutb.pdf. Acesso em: 21 de jan. 2021.

OLIVEIRA, José Lisboa Moreira de. *Riscos atuais do fundamentalismo religioso.* Caminhos, Goiânia, v. 6, n. 2, p. 229-240, jul./dez. 2008

ORO, P. I. *O outro é o demônio:* uma análise sociológica do fundamentalismo. São Paulo: Paulus, 1996.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

OZ, Amós. *Mais de uma luz:* fanatismo, fé e convivência no século XXI. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

PACE, Enzo; STEFANI, Piero. *Fundamentalismo religioso contemporâneo*. São Paulo: Paulus, 2002.

PAES, Diego Cristóvão Alves de Souza. *Sessenta anos de Israel*. Minas Gerais: Revista Conjuntura Internacional, 2008.

PANCIERI, Ana Claudia Gobetti. *Teologia pluralista das religiões:* Uma proposta de diálogo inter-religioso. Dissertação (Mestrado em ciências das religiões) - Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2017.

PETRAS, James; SARAMAGO, José; CHOMSKY, Noam; PIRIS, Alberto. *Palestina Existe.* Madri: Foca, 2002.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. *Islã:* Religião e Civilização –uma abordagem antropológica. Aparecida: Editora Santuário, 2010.

QUTB, Sayyid. *Milestones* (Special Edition). Birmingham - United Kingdom.: Maktabah Booksellers and Publishers, 2006.

RIBEIRO, M. *O desafio da paz, contribuição das/às religiões:* alguns elementos iniciais. *Revista Atualidade Teológica*, 15(39), 583-596, 2011. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=20405@1> Acesso em: 21 de jan. 2022.

ROCHA, Zeferino. *A perversão dos ideais no fundamentalismo religioso.* Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental, 17(3),761-774, 2014.

RODRIGUES, Samuel. *Contributo para a interpretação do fundamentalismo islâmico.*1993. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1660/1/NeD68_SamuelRodrigues.pdf> Acesso em: 23 jan. 2021.

SALOMÃO, Wiliander França. *O livro da Palestina*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

SAND, Shlomo. *A invenção do povo judeu*. São Paulo: Benvirá, 2011.

SAND, Shlomo. *A invenção da Terra de Israel:* De terra santa a terra pátria. 1. ed. São Paulo: Benvirá, 2014.

SAND, Shlomo. *Como deixei de ser judeu*. São Paulo: Benvirá, 2015.

SANTANA, Bruna Brasil. *O fenômeno contemporâneo da Jihad e o conceito de Guerra Irregular no atual conflito Israel-Palestina*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

SAID, Edward W. *Orientalismo:* O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia de bolso, 2003.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.

PPGCR Faculdade Unida de Vitória

SAID, Edward W. *Representações do intelectual:* as Conferências Reith de 1993. Tradução de Milton Hatoum. — São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

SAID, Edward W. *A questão da Palestina*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

SALEM, Helena. *Palestinianos, os novos judeus*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

SHAPIRA, Anita. *Israel*: Uma história. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

SILVA, Maria Lúcia da. *A Linguística e a Sociolinguística numa perspectiva brasileira*. Revista Filosofia Capital. Vol.4, n.8, Brasília, 2009, p. 23-39.

SILVA NETO, O. G. da. *Sobre Fundamentalismos Éticos*. Aufklärung: Revista De Filosofia, p.131-136, 2014.

SOARES, Jurandir. *Israel x Palestina*: as raízes do ódio. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1989

TEIXEIRA, Faustino. *O diálogo inter-religioso na perspectiva do terceiro milênio.* Horizonte, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 19-38, 2º sem., 2003. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/237657329_O_dialogo_inter-religioso_na_perspectiva_do_terceiro_milenio> Acesso em: 22 de jan. 2021.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. *Simulação do Modelo ONU 2014*, 2009-2017. Disponível em <https://2009-2017.state.gov/documents/organization/232728.pdf> Acesso em: 05 mai. 2023.

VASCONCELOS, Ana. *Terrorismo: as faces do terror.* São Paulo: On-line. 2016.

VISACRO, Alessandro. *Guerra Irregular:* Terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. *O grande Oriente Médio:* da descolonização à primavera árabe. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

ZABATIEIRO, Júlio Paulo Tavares. *Uma história cultural de Israel.* São Paulo: Paulus, 2013.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 25/09/2023.